

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
CULTURA CONTEMPORANEAS

JOANA D'ARC PERREIRA DUTRA

LUTA SINDICAL E COMUNINCAÇÃO
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A COMUNICAÇÃO
DESENVOLVIDA PELO SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO DA BAHIA

Salvador – Bahia
2003

JOANA D'ARC PERREIRA DUTRA

**LUTA SINDICAL E COMUNICAÇÃO
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A COMUNICAÇÃO
DESENVOLVIDA PELO SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO DA BAHIA**

Dissertação submetida em satisfação parcial dos requisitos ao grau de mestre em comunicação e cultura contemporâneas da faculdade de comunicação da Universidade Federal da Bahia

Orientador: Prof. Dr. Emiliano José

**Salvador – Bahia
Maio/ 2003**

**Ao meu pai
José Ossian Dutra (in memorian).
Você precisava ter visto tudo isso.**

AGRADECIMENTOS

Tantos foram os que tiveram ao meu lado, nessa empreitada, que corro o risco de esquecer alguns desses personagens que comigo construíram esse estudo. Aos meus ausentes então, obrigada.

Aos meus orientadores. O primeiro, oficial, Emiliano José, pelas conversas esclarecedoras e pelo acolhimento intelectual e afetivo (a você devo muito) e ao outro, extra-oficial, Albino Rubim, pela generosidade, por investirem mim e por ter me incluído no Grupo de Pesquisa Mídia e Eleições.

A toda equipe do SINTSEF, funcionários e sindicalizados por abrirem as portas. E em especial a Edson, Neolídia, Ney, Marcilio e Ricardo pelos dados e diálogos.

A minha família por acreditar em mim muito mais do que mereço e em especial a minha mãe, Dilminha, e ao meu sobrinho, Antonio, pela fé e inspiração constante.

Aos meus amigos de Fortaleza por terem apostado no meu potencial quando nem eu cria. Pelo amor dedicado a mim e por serem tão recordistas.

A Pablo por ter me apresentado a Bahia, por ser responsável por eu estar aqui, por me amar e por deixar que eu participe de sua vida.

A Leandro, meu amigo, meu amor, por ter me incentivado a terminar esse trabalho me propondo um novo desafio (nós sabemos que vai da certo) e também por ter me dado o Miguel. Vocês são minha família na Bahia.

Aos amigos que fiz aqui e que apontaram tantos caminhos acadêmicos e que tanto afeto me deram. A vocês – Suzy, Gica, Milena, Luti, Graciela, Suzana, Dr. Salmito, Ruth, Fran e Íris (e suas filhas lindas) o meu carinho.

A Flamarion Reis pelas manhãs de trabalho, por ser tão amável, pela dedicação desmedida. Esse trabalho é nosso.

Aos meus alunos da Unibahia e da Faculdade Dois de Julho por ter suportado ouvir meus questionamentos sobre comunicação sindical durante o último ano e por torcerem por mim.

À Néa por tudo que jamais poderei devolvê-la.

À Deda, por suportar essa reta final sorrindo sempre.

A Deus por ter mantido meu corpo e alma vivos depois do acidente (vocês sabem) e por sustentar minha inspiração a vitalidade nos momentos difíceis.

Todos têm o direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de opinião sem interferência, e a busca, recepção e envio de informação e de idéias através de qualquer mídia e sem limites de fronteiras.”

Art.19, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948

RESUMO

A pesquisa pontua o papel da comunicação nas atividades sindicais, a partir de um estudo de caso com Sindicato dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (SINTSEF/Bahia). Partindo de uma reflexão sobre a realidade do movimento sindical e suas perspectivas, e ainda da estreita relação entre a trajetória da comunicação sindical e a luta dos trabalhadores no Brasil, e ainda compreendendo a comunicação e seus usos como uma importante ferramenta de mobilização, formação e conscientização das bases trabalhadoras, observou-se em que medida os produtos comunicacionais publicados pela entidade atuam na relação com a base e com a sociedade. Para identificar aspectos comparativos entre a prática e as rotinas jornalísticas em sindicatos e grandes meios, optou-se pela investigação em três veículos publicados pela entidade, a saber: o boletim diário Via Direta, o jornal bimestral A a Z e o sítio www.sintsef.org.br. Nos dois primeiros, além de caracterizá-los, procurou-se identificar o caminho percorrido entre fato e a notícia veiculada nas publicações. Foram apontadas as temáticas mais comuns, as fontes acionadas e as rotinas de produção dos jornais. No caso do sítio, verificou-se como são aplicadas características potenciais da Internet como hipertextualidade, memória, interatividade, customização ou rotinização e multimídia. Para tanto, foram adotados os seguintes procedimentos: observações livres e estruturadas das publicações, entrevistas com os jornalistas envolvidos (assessores de imprensa e estagiários), coordenadores de entidade e aposentados filiados; visitas à entidade com acompanhamento de suas rotinas políticas e jornalísticas.

Palavras – chave: Comunicação, sindicatos, jornalismo.

ABSTRACT

This research points out the role played by communication in union activities, having as its object of study the Union of Civil Servants in the state of Bahia (SINTSEF/BA). Starting with a reflection on the reality of the unionization on the struggle of Brazilian workers and trying to understand communication and its resources as an important tool for mobilization, grouping and awareness of working bases, it has been observed to what extent the communication products published by the union have worked in the relations with the base and the society in general. To identify comparing aspects between journalistic practices in unions and the media, three of the union's means of communication have been selected: the daily journal *Via Direta*, the bimonthly newspaper *A a Z* and the site www.sintsef.org.br. In the first two, besides characterizing them, the way taken by the fact to becoming published news has been identified. The most common themes have been demonstrated as well as the used sources and the routine in the production of the newspapers. As for the site, it has been studied how potential internet characteristics, such as hypertextuality, memory, interactivity, costliness, routine and multimedia, are used. The following producers have been taken: free and well structured observation of the means; interviews with the involved journalists (press agents and trainees), union coordinators, and trade retired workers; and visits to the union to observe political and journalistic routines.

Key-words: communication, Union of Civil, Journalism

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

INTRODUÇÃO.....	10
1 MOVIMENTO SINDICAL: CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS.....	10
1.1 As entidades sindicais como organizadoras sociais.....	26
1.2 O servidor publico e sindicalismo	35
2. COMUNICAÇÃO SINDICAL-UMA IMPRENSA ESPECIALIZADA	37
2.1 Comunicação sindical: importância reconhecida	51
2.2 Evolução dos departamentos de comunicação sindical = democracia ampliada?	53
2.3 Relações de poder	57
2.4 Uma sociedade ambientada pela mídia.....	61
2.5 Ode à intuição e o não planejamento da comunicação sindical.....	63
3 COMUNICAÇÃO PARA O SERVIDOR E PARA SOCIEDADE.....	70
3.1 Mudar (ampliar) era preciso	76
3.1.1 Em via (única) direta.....	77
3.1.1.1. Do fato à notícia – das construções das pautas	79
3.1.1.2 Das falas acionadas	84
3.1.2 Diversificação de A a Z	90
3.1.3. SINTSEF na rede’	95
3.2. Antes tarde do que nunca – 60 % da categoria é de aposentados.....	100
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
ANEXOS	

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estatística dos temas abordados Via Direta	81
Gráfico 2 - Falas Acionadas Via Direta	86
Gráfico 3 - Falas do SINTSEF Via Direta.....	88
Gráfico 4 - Temáticas do De A a Z	93
Gráfico 5 - Falas do SINTSEF no De A a Z.....	94

QUADROS

Quadro 1 - Estatística dos temas abordados Via Direta	86
Quadro 2 - Temáticas do De A a Z.....	93

INTRODUÇÃO

O objeto de nossa pesquisa é o conjunto de políticas de comunicação desenvolvidas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Bahia (SINTSEF) – mais especificamente as publicações Via Direta, A a Z e o site www.sintsef.org.br, como essas políticas podem interferir no fortalecimento da ação sindical e na aproximação da entidade com sua base e destas com a sociedade.

O movimento sindical brasileiro vive, especialmente nas últimas décadas, algumas das transformações mais significativas da sua história. Os baixos índices de sindicalização, a pouca participação das bases nos processos de mobilização do movimento e ainda a desmotivação dos trabalhadores em se engajar em campanhas sindicais – aqui tanto as salariais como as caráter social em que o emprego não necessariamente é o objetivo – evidenciam e explicam essa crise.

Sem querer de antemão aderir aos que compreendem o afastamento das bases de suas entidades representativas ou mesmo a crise de representação enfrentada hoje como reflexo do processo excludente de produção de bens de consumo – a crise do (des) emprego – ou ainda àqueles que percebem no movimento uma inadequação aos processos de (re) vinculação do cidadão, e que reclamam novas formas de inserção na sociedade, o certo é que a convicção de que se pensar a questão sindical e suas relações com outros campos de resistência e conhecimento urge.

Nesse sentido, o desafio que nos colocamos nesse estudo é tentar evidenciar como as políticas de comunicação em sindicatos – muitas vezes confundidas como a simples adoção de estratégias pontuais – estão incluídas nessa crise como alternativa de superação da mesma. Compreendemos, aqui, a comunicação não como sinônimo de mídia, mas como processo emancipador, em boa medida, e que, portanto, deveria estar no cerne da ação sindical não

somente para publicizar as ações do sindicato – ou de sua diretoria – mas como um exercício constante de democracia.

Centramos nosso trabalho nas hipóteses de que: 1) Ainda é tímida a compreensão que a ação sindical deve ser pensada para além da luta pela ampliação dos postos de trabalho, mas como interventora do cotidiano dos trabalhadores como Cidadãos. Nesse sentido, subsidiamos nossas reflexões nas observações de sociólogos que vivem, atualmente, esse embate nas universidades, centrais sindicais ou partidos políticos progressistas, como André Gorz e Leôncio Martins Rodrigues.(1999). 2) Embora os departamentos de comunicação de sindicatos classistas tenham evoluído, tanto do ponto de vista da chegada definitiva do profissional de comunicação nas entidades, como no volume de investimentos e ainda na diversidade de veículos publicados – hoje, somente a CUT tem mais de 900 jornalistas atuando em entidades afiliadas e mais de 12 milhões de exemplares semanais – o que, no entanto, não assegurou uma compreensão menos instrumental da ferramenta informação. 3) Mesmo tendo surgido, ainda no início do século XIX, como uma tentativa de assegurar uma participação dos trabalhadores na circulação de informação na sociedade, ou em outras palavras, de dar voz a uma parcela da sociedade que não tinha espaço nos meios massivos de comunicação, a imprensa sindical (em seus mais diversos modos de apresentação) tente a reproduzir relações demasiadamente verticais com seu(s) público(s), tais como as estabelecidas pelos grandes meios de comunicação. Para a sustentação dessa nossa terceira hipótese, optamos tanto numa retrospectiva histórica do tema, com Maria Nazareth Ferreira(1978) e Toni André Sharlau Vieira(1996), quanto pela defesa de que há uma visão ainda tecnocrata da comunicação sindical observada por João Luis Van Tilburg(1989). Aqui, faremos ainda algumas considerações sobre as relações de poder simbólico (BOURDIEU,1998) experimentadas no âmbito dos sindicatos e da utilização da comunicação para perpetuação do poder dos dirigentes sindicais. 4) que há uma forte inspiração (para não dizer repetição) das rotinas jornalísticas

(TRAQUINA, 2000) praticadas em veículos comerciais quando da seleção das pautas e também das falas que aparecem nas publicações sindicais.

A pertinência do nosso estudo ausenta-se, basicamente, em três pilares. Por um lado, por estabelecer uma vinculação entre os desafios do movimento sindical dentro do processo de globalização neoliberal da contemporaneidade e os usos da comunicação; pelo crescimento considerável da comunicação sindical como campo de trabalho jornalístico e a necessidade de uma intervenção técnica no desenvolvimento de políticas de comunicação em organizações do terceiro setor e ainda pelas escassas pesquisas na área, refletida na pouca bibliografia específica e na pequena quantidade de disciplinas voltadas para a temática nos cursos de graduação e nos programas de pós – graduação.

Por fim, para apresentarmos nosso estudo, além da introdução e da conclusão, dividimos o trabalho em três etapas. Em um primeiro momento, procuramos problematizar a crise pela qual passa o movimento sindical. Uma reflexão sobre as causas dos processos desmobilização da classe trabalhadora nacional e suas implicações para os rumos do movimento sindical. Aqui, faremos um recorte em um tipo específico de sindicalismo- pela particularidade do nosso objeto – que reúne os servidores públicos, uma vez que entendemos que as características desse conjunto de trabalhadores, seus contextos políticos e sociais e a política implantada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, nos últimos oito anos, implicaram em mudanças radicais nas atividades de suas entidades representativas.

Em seguida, faremos uma problematização da comunicação sindical em meio a essa crise. Que desafios são colocados a sindicalistas frente a uma sociedade ambientada pela mídia(RUBIM,2000) e como ver suas relações sociais permeadas pelas novas tecnologias?

Que relação podemos propor entre comunicação e ação sindical nessa nova configuração midiática na contemporaneidade? Aqui fazemos um percurso também histórico de como a

comunicação tem sido trabalhada por jornalistas e dirigentes sindicais tentando identificar avanços por um lado e uma utilização ainda intuitiva por outro.

No terceiro e último capítulo da pesquisa, apresentamos um estudo de caso da comunicação realizada SINTSEF. E justificamos: a entidade, de forma particular, articulada a comunicação à sua atividade sindical, de forma sistemática, desde sua fundação em 1989 e vem passando por um processo de evolução tanto da compreensão das potencialidades da comunicação como dos seus diversos modos de interposição.

Tentaremos, pois, diagnosticar esses “usos” da comunicação e ainda como a adoção de estratégias de comunicação específicas ampliou e aproximou as bases do sindicato e, em que medida tornou a relação entre sindicatos e trabalhadores mais participativa e democrática.

1 MOVIMENTO SINDICAL: CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVA

A organização dos trabalhadores em grupos com reivindicações coletivas, no Brasil, tem origem nos últimos anos do século XIX¹. Essa organização está vinculada ao processo de transformação de nossa economia, cujo centro agrário era o café. A substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, a transferência de lucro do café para a indústria e o poder político concentrado nas mãos dos cafeicultores marcaram esse momento. Esses trabalhadores, em primeiro lugar, reuniram-se em “sociedades de socorro” e ajuda mútua para depois se fortalecerem com o surgimento da chamada União Operária, e com o advento da indústria, eles passaram a se organizar por ramo de atividade dando origem aos sindicatos.

O surgimento das ordens-sanções com a denominação de sindicatos se dá em 1906. Em abril desse mesmo ano, é fundada a Confederação Operária Brasileira (COB) e em 1917, é editado o Decreto Legislativo n 1637 que permite a constituição de sindicatos profissionais e sociedades corporativas (VIEIRA, 1996:14).

Para demarcar espaço ou mais precisamente controlar as atividades dos trabalhadores, em 1923 o governo cria o Conselho Nacional de Trabalho com função meramente consultiva, o que viria a ser o Ministério do Trabalho, que nasce em 1930. ”Nos anos 20, a classe trabalhadora começa a ocupar um próprio na arena política, atingindo uma organização sindical nos modernos, o que chamou a atenção dos governantes”(Vieira, 1996:14).

O atrelamento entre Estado e movimento sindical no Brasil ganha maior força a partir da revolução de 1930. Com a criação do Ministério do Trabalho e a publicação do Decreto 19.1770, a Lei dos Sindicatos, como ficou conhecido, a aproximação ganhou tamanha dimensão que marcou a trajetória do movimento no Brasil. É bom que se registre que as

¹ ORIGENS do sindicalismo no Brasil. Salvador.set.2001. Disponível em: <http://www.sintsef.org.br>. Acesso em 22 setembro de 2001.

inúmeras tentativas de controle estatal sobre os sindicatos não se deram sem resistência , a exemplo da Revolta de São Paulo em 1932. A violência e a perseguição contra alguns líderes dos trabalhadores e também de outros setores da sociedade que, em muitos casos ainda timidamente, se manifestavam como mulheres e estudantes, deixou uma mancha na história brasileira.

Desde a entrada em vigor a Lei de Segurança Nacional, em 1935, os sindicalistas vinham sofrendo perseguições e as entidades passaram a perder suas características. Para aumentar o poder do Estado sobre as organizações dos trabalhadores, Vargas consolidou um modelo de cooptação de dirigentes e a criação de novos sindicatos, visando controlar as reivindicações e constituir uma estrutura sindical vertical e subordinada ao Estado (VIEIRA, 1996:15).

Ainda no início dos anos 30, quando foi legalizado o primeiro sindicato no Brasil, já se discutia o papel do sindicalismo. Se representar a classe com carteira de trabalho assinada estava no cerne de sua função, as crises econômicas que se alastram pelo Brasil e o fechamento de vários postos de trabalho com reduções drásticas nos seus quadros funcionais colocou essas entidades representativas em xeque. Era preciso discutir o papel do sindicato.

A repressão do Estado ao movimento, aliado às suas tentativas, muitas vezes bem sucedidas, de cooptação, também foi registrada pela imprensa sindical como analisaremos mais adiante. Na verdade, a tentativa de controle do Estado sobre o movimento sindical foi explicitada de duas formas. Por um lado, uma forte repressão econômica, através do controle na contas dos sindicatos, e por outro através de uma repressão administrativa e estatutária, quando a própria CLT estipulava até onde a ação dos sindicatos podia ir.(GIANOTTI, 1987:41).

A formação do proletariado brasileiro teve características bastante peculiares e foi determinante para marcar, até hoje, o comportamento político e social dos trabalhadores do Brasil. A industrialização do país, aliada a uma intervenção frágil do movimento sindical,

fortemente influenciado pelo populismo, apontou, por exemplo, para inexistência de um partido operário de massa como na Europa.

Um texto publicado em 1968, Leôncio Rodrigues, aponta que o processo de industrialização brasileiro industrializou-se de uma tecnologia moderna importada dos países desenvolvidos e que já em seus primórdios tratava-se de um fenômeno que “poupava” a mão-de-obra.

“Aliada à insuficiência dos investimentos, às elevadas taxas de crescimento demográfico e à atração que as grandes cidades exercem sobre as populações pobres do interior” (RODRIGUES, 1968:343), esse tipo de industrialização potencializou a aglomeração de cidadãos em estado de subemprego ou de desemprego crônico nos centros industriais, notadamente nas áreas periféricas, especialmente no estado de São Paulo.

Se na década de 40, a economia brasileira teve capacidade de empregar na indústria os imigrantes que apresentavam uma proporção significativa da população urbana, na década seguinte o cenário foi drasticamente modificado. No setor secundário, por exemplo, as taxas de emprego desabaram, ao mesmo tempo em que as taxas de crescimento do total da população, e, em especial, da parte urbana, aumentaram consideravelmente.

Nossa classe trabalhadora teve uma participação nas disputas sociais à luz de líderes que apresentavam muito mais um sentimento nacionalista do que os interesses do operariado.

Entre nós, a emergência política das camadas trabalhadoras e a ampliação de sua participação na política nacional se efetuaram sob a égide do populismo, ou seja: orientadas não por ideologias negadoras do sistema social, mas por aspirações de integração à sociedade urbana e moderna, sob a liderança de tipo paternalista, originárias das classes superiores (RODRIGUES, 1968, 342).

Um dos instrumentos de ruptura com o Estado certamente foi à promulgação da Constituição de 1988. Ela modifica esse controle estatutário na medida em que cada sindicato adquiriu o direito de estabelecer leis e regras próprias para estatutos como nas questões

financeiras, mas manteve o imposto sindical, até hoje a principal fonte de renda de muitos sindicatos. No entanto, a possibilidade de intervenção do governo ainda foi mantida.

A trajetória do sindicalismo e da comunicação sindical se confundem. Nas páginas das publicações da imprensa operária brasileira, estão registradas nas lutas, vitórias e derrotas dos movimentos liderados pelas entidades classistas no Brasil. Para o pesquisador Toni André Scharlau Vieira, essa trajetória pode ser dividida em cinco fases. Num primeiro momento, do início do século XIX até 1920, quando se observa a formação dos primeiros centros urbanos e das aglomerações operárias.

(...) há uma grande influência das idéias anarquistas traídas pelos imigrantes europeus, Como o sindicalismo estava em formação, houve uma grande produção editorial para propagandear os ideais libertários e aumentar a mobilização da incipiente classe assalariada brasileira.(VIEIRA,19996:19).

Com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PC do B), uma nova fase é iniciada. Marcada pela derrocada dos anarquistas e o avanço dos comunistas, esta fase se estende até 1945 é motivada pela vitória da Revolução Russa em 1917. A partir da Era Vargas, os sindicatos vivem um dos períodos de controle mais rígido por parte do estado.

Com o fim da ditadura Vargas e com a retomada da normalidade institucional a indústria brasileira começa desenvolver-se de forma mais acentuada, entre 1946 e 1964. Esse desenvolvimento marca o que os autores classificaram como o terceiro período da trajetória do momento sindical brasileiro. Nesse momento, os sindicatos retomam as lutas, motivados pelo clima de liberdade do pós-guerra e da Constituinte de 1946.

Em 1947, o PC é colocado novamente na ilegalidade e as entidades permanecem atreladas ao Estado. A mudança significativa desde período é a participação dos partidos políticos que passam a exercer, como até hoje, uma forte influência nos sindicatos. Há, ainda, uma retomada das publicações sindicais, desarticuladas no período anterior, que assumem campanhas nacionais seguindo a política defendida pelo PC na época.(VIEIRA, 1996).

Ainda seguindo a cronologia dos autores, o quarto momento para o movimento sindical brasileiro inicia-se após o golpe militar de 64.

A relativa liberdade obtida pós 1946 e a influência política do governo João Goulart(1961-1964) são substituídas por uma repressão violenta com o desaparecimento de várias lideranças sindicais. Há uma desestruturação do movimento e parte das organizações e partidos que atuavam nos sindicais se voltam a luta armada (VIEIRA,1996:20).

A participação da igreja católica na configuração do novo período a ser vivenciado pelo movimento sindical brasileiro, ou melhor, sua reorganização, também foi importante, notadamente durante o ano de 1974. O trabalho de conscientização de trabalhadores rurais, as atividades em comunicação comunitária desenvolvidas junto a mulheres e jovens e o processo de politização junto às Comunidades Eclesiais de Base (Ceb's) pressionaram as entidades a se voltarem contra a ditadura militar, principalmente após o movimento da classe operária na região do ABCD paulista, iniciada no final da década de 70. “As articulações visando a criação de uma central sindical, desafiando a legislação em vigor, transformam-se num principal acontecimento que culmina na criação da Central Única de Trabalhadores (CUT) em 1983, em São Bernardo do Campo, São Paulo”.(VIEIRA,1996:20). Esse processo de revitalização do sindicalismo, segundo Toni André, iniciado em 74, ainda não terminou, principalmente no que se refere á comunicação sindical.

Na proposta de alteração da CLT feita pelo governo federal, em 2001, houve mudanças em direitos trabalhistas, como 13º salário, férias ou licença-maternidade (previstos no Artigo 7º da Constituição), com a chamada flexibilização das relações de trabalho, o que o governo de fato propõe é que os acordos trabalhistas sejam feitos em cada empresa de acordo com as necessidades de cada organização e do seu corpo de funcionários, afastando-se de negociações setoriais.

Desta forma, segundo o pesquisador Cláudio Dedecca,

(...) com a suposta mudança da estrutura sindical, o que e quer (...) é a flexibilização dos direitos sociais no sentido de ampliar o poder das empresas de determinar um padrão de relações de trabalho” e reforçar “é uma adaptação às demandas das empresas para reduzir os custos num contexto de forte competição e concorrência internacional(DEDECCA, 1999:12).

As mudanças propostas pelo governo convocam à reflexão sobre a configuração de um novo momento para o movimento sindical brasileiro. Novos desafios estão sendo colocados para os trabalhadores e suas entidades. Entre eles, certamente uma maior participação dos mais diversos setores da sociedade, sejam eles empregadores, empregados (sindicalizados ou não), desempregados, donas-de-casa, estudantes, entre outros, na defesa de direitos já assegurados ao trabalhador brasileiro, agora ameaçados.

Se a Constituição de 1988 tornou a prática sindical mais livre e minimizou a relação de dependência com o aparato estatal, mantendo: as negociações salariais, os Tribunais do Trabalho e a Justiça Trabalhista, direitos dos trabalhadores brasileiros considerados pilares da CLT, questionamento dos mesmo e a possibilidade de alterações também devem reconfigurar a ação dessas entidades sindicais.

Em boa medida, há, nesse momento, uma radicalização das diferenças das duas principais centrais sindicais brasileira, a saber, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical. A primeira se pronunciou contra as mudanças propostas pelo governo e convocou uma manifestação pública, em 21 de março de 2002, nas principais capitais brasileiras reunindo estudantes e trabalhadores, para explicitar sua posição. A segunda, para qual as mudanças são uma “modernização das leis trabalhistas”², defende que as alterações na CLT devem provocar avanços na atividade sindical, seja na sua relação com a base, com o governo, com os empregadores, com a sociedade em geral.

No sítio da entidade, a explicitação da defesa:

A modificação (...) da CLT estabelece que as negociações entre sindicatos e empresas ficam valendo sobre a legislação trabalhista. Não permite, no entanto, acabar com os direitos já adquiridos e garantidos pela Constituição e pela CLT. As entidades sindicais só podem negociar com as empresas após aprovação dos trabalhadores em

² Paulo Pereira da Silva, então presidente da Força Sindical, no sítio da entidade. www.forcasindical.com.br, acesso em 23 de março de 2002.

assembléia, que poderão optar por permanecer sob a tutela da CLT. (SILVA, 2002).

Um dos aspectos que radicalizam a diferença política das duas correntes é que, com as alterações propostas pelo governo os sindicatos perdem seu poder de barganha. O que para a CUT é um retrocesso, para a Força é uma melhoria. Qualquer uma das perspectivas, no entanto, reflete como a questão do emprego está no cerne das ações e das intervenções de ambas e que pode revelar que as centrais, nesse caso, deixam ou transferem o foco da luta da ampliação dos direitos trabalhistas e de novas configurações para as relações sócio-econômica para uma restrita luta pelo emprego fragilizando o movimento e torna-o restrito.

A questão do emprego, da alocação no mercado de trabalho, tornou-se essencial para a ação sindical e embora pareça mesmo uma de suas funções principais hoje, não foi sempre assim. Para falar da história recente, até o final dos anos 80, sindicalismo brasileiro – principalmente, desenvolveu uma atividade bastante conflitiva em relação ao patronato. A partir de 1978, com o início das greves de São Bernardo do Campo em Diadema, São Paulo, lideradas por Luis Inácio Lula da Silva, o movimento sindical ganha notoriedade ocupando espaços em capas de revistas e colaborando de forma decisiva para a criação do Partido dos Trabalhadores.

Essa situação começou a se modificar nos anos 90. (...) hoje, o tema central na pauta sindical – em muitas áreas – é a defesa do emprego, a participação nos resultados, a flexibilização da jornada de trabalho e a discussão de mudanças na gestão e organização do trabalho (RODRIGUES, 1999:73).

Para o economista Antonio Prado trata-se da perda da capacidade de influenciar na política nacional e de enfrentar o empresariado. (...) “fazendo com que ele tenha medo e não nós. E, do ponto de vista da análise política que eu estou fazendo, o desemprego é fundamental para criar essas condições de enfraquecimento do sindicalismo”. (PRADO, 1999:18).

Prado defende que houve uma combinação do processo de desindexação, com a ausência de política salarial e do crescimento do desemprego³ resultando numa queda dos ganhos reais dos trabalhadores. Para o economista, se o cenário apontasse para uma economia em crescimento, as condições de organização das entidades sindicais já seriam suficientes para a conquista de uma parcela desse crescimento. E pondera:

Essas situações atuaram no sentido de enfraquecer o movimento sindical. Quando olhamos as mudanças nas relações de trabalho, também nesse período, vamos perceber que a flexibilização dos direitos trabalhistas ocorre a partir dos acordos e convenções coletivas. Nesse ambiente de fragilidade, com o desemprego elevado, o mercado de trabalho está se precarizando cada vez mais. A abertura da economia enfraqueceu grandes setores da indústria e, portanto, grandes setores do sindicalismo brasileiro que atuavam nesse segmento. (PRADO, 1999:20).

Nesse sentido, cabe uma diferenciação entre o setor público e o privado. No ambiente público, por conta da tentativa governamental de fazer a reforma administrativa e a privatização de empresas estatais, o espaço para negociação é restrito e, em muitos casos, inexistentes e um dos resultados é um crescimento do número de greves neste setor, nos últimos anos. O não aumento de salário, nos últimos oito anos, e ainda a ausência de concursos públicos promove ainda mudanças no perfil deste trabalhador, hoje em grande quantidade aposentado e entre os que permanecem na ativa: desânimo, fragilidade e um alto índice de doenças como a LER (Lesão por Exercícios Repetitivos) e o alcoolismo⁴.

Na esfera privada, no entanto, há uma diminuição significativa no número de paralisações a partir de um dilema central na relação entre patrões e as entidades representativas dos trabalhadores. Enquanto a preocupação empresarial é a diminuição dos

³ Segundo dados da Revista Debates & Reflexões, em 1999 a taxa de desemprego era de 20% enquanto quem em dezembro de 89 era de 6,7%, três vezes menor.

⁴ Segundo pesquisas realizadas em 2002 pela Federação dos Servidores Públicos Federais.

custos, a dos sindicatos é o emprego. É na questão do emprego que estão concentrados, ao mesmo tempo o ponto de aglutinação, o ponto crítico do movimento sindical brasileiro.

Partamos do diálogo entre duas correntes para tentar entender a relação da temática emprego e a queda nos índices de sindicalização. De um lado, um grupo de estudiosos e sindicalistas que o avanço tecnológico e a substituição do trabalho humano, que retira milhares de trabalhadores das linhas de produção no mundo inteiro, trazendo o desemprego, resvalou numa desarticulação e enfraquecimento do movimento sindical.

Portanto, de um lado podemos analisar a relação entre desemprego e dessindicalização a partir dos avanços tecnológicos, notadamente a partir do século passado, com a substituição do trabalho braçal. Nesse sentido, o principal desafio colocado à classe trabalhadora frente às novas tecnologias é a questão do desemprego em massa.

(...) essa transformação poderá caminhar tanto para um mundo que abriria novas possibilidades à cultura, à educação, ao lazer, em virtude do aumento do tempo livre que a humanidade disporia, inclusive ocorrendo a substituição do trabalho no sentido tradicional pelo trabalho em sentido mais amplo, ou seja, ocupações socialmente necessárias e financiadas pelo setor público, obviamente reformulado; quanto para algo catastrófico, desde que nada se faça para resolver o problema do desemprego estrutural e da concentração de riquezas criadas pelas novas tecnologias.(BORGES, 1995:28).

Assim, cresce o papel das entidades representativas no sentido de propor inserções para os cidadãos no mundo do trabalho. No entanto, a questão do (des)emprego por si, uma outra abordagem não seria a causa de um processo de desarticulação do movimento, mas a própria fragilidade dos sindicatos resultou num processo de descrédito e de menor participação do trabalhador

(...) as correntes sindicais de esquerda – guiadas por uma leitura mais ortodoxa do marxismo – ainda raciocinam que a interferência do trabalhador, visando aperfeiçoar e qualificar melhor a produção significa algo como aliança ou cooperação de classes e que o papel do “ sindicalismo revolucionário”, hoje, é ainda interferir apenas na distribuição do resultado do trabalho e, principalmente, da renda. As outras questões são problemas dos capitalistas. (BORGES, 1995:29).

Por outro lado, as organizações trabalhistas – sindicatos e partidos socialistas – que sugiram no mundo moderno como forma dos trabalhadores defenderem seus direitos diante de burguesia, que concentrava os poderes político e econômico, tiveram rumos bastante modificados principalmente com o crescimento da intervenção estatal. “(...) a necessidade de decisões rápidas e seguras fez com que se impusesse a necessidade de um corpo dirigente burocratizado, especializado, capacitado e centralizado na tomada de decisões”.(MORAIS, 1993:58).

Segundo o sociólogo Jorge Ventura de Moraes, frente ao ataque das forças conservadoras, sindicatos e/ou partidos tiveram de reforçar e, em muitos casos modificar, suas organizações para protegê-las “mesmo que para isso fosse necessário o abandono, ou antes, a transformação de idéias radicais em favor de brandas e moderadas capazes de serem aceitas pelos empregadores”.(MORAIS, 1993:58).

Essas mudanças, para o pesquisador, extrapolaram os limites teóricos e marcaram a trajetória do sindicalismo brasileiro. Para além de uma mudança nas práticas de negociação entre as classes e de interlocução com a categoria há mesmo uma mudança de perspectivas. Nesse sentido, em boa medida, os sindicatos teriam se afastado das suas funções primeiras, se atendo à prestação de serviços sociais à base, tais como atendimento médico e odontológico.

A corrente marxista defende que os sindicatos modernos transformaram-se

(...) organizações burocratizadas preocupadas somente com a manutenção das relações trabalhistas institucionalizadas, o que se refletiria num descompasso entre os interesses e a luta dos trabalhadores, por um lado, e o desempenho efetivo dos sindicatos, por outro.(MORAIS, 1993:59).

De fato, há uma crença generalizada de que os sindicatos brasileiros tornaram-se burocratizados graças à imposição sobre eles de tarefas assistenciais por parte dos diversos governos e que isto provocou uma invasão de objetivos de tais organizações, ou seja, em lugar de lutar pelos “verdadeiros” interesses dos trabalhadores, os sindicatos detiveram-se na prestação de serviços, o que influi em larga medida no desempenho do sindicato em outras áreas, notadamente no que diz respeito à uma atuação mais militante. (MORAIS, 1993).

A trajetória histórica descrita pelo pesquisador reflete ainda sobre a interferência do Estado nesse contexto. “Quando o novo sindicalismo emergiu, uma das principais críticas ao papel dos sindicatos na vida nacional e aos dirigentes sindicais conservadores era de que os sindicatos haviam se tornado organizações burocratizadas” (MORAIS, 1993:59).

Muitos sindicalistas, numa tentativa de rompimento, propuseram uma mudança radical na postura das entidades entendendo que a responsabilidade pela prestação de serviços assistenciais – atendimento médico, odontológico, entre outros – é o do Estado.

Mesmo conseguindo eco entre os militantes do Novo Sindicalismo, a idéia de uma entidade que também assista socialmente sua categoria é viva até hoje, mais de 20 anos depois. Uma quantidade expressiva de sindicatos no Brasil ainda presta assistência médico-odontológico e jurídica aos seus afiliados.

(...) durante as três primeiras décadas desde século (séc .20) os sindicatos não haviam estabelecido qualquer ‘burocracia formal’. Isso se deveu não somente à pequena escala dos serviços ou falta de recursos financeiros, mas principalmente devido a princípios ideológicos (MORAIS, 1993:61).

Os anarquistas, por exemplo, que desempenhavam forte influência entre os trabalhadores, acreditavam que uma intervenção assistencialista das entidades provocariam um impacto negativo entre os trabalhadores afastando-os da luta essencial que era o combate ao capitalismo. Antes de 1930, o trabalho nas entidades representativas de trabalhadores era feitos por voluntários. Com os decretos-lei nº 19.770 de 1931 e nº 24.694 de 1934, os sindicatos

puderam contratar pessoas assalariadas para atender as demandas decorrentes das novas atribuições impostas pelo Estado.

(...) a 'burocracia dos sindicatos no Brasil não foi resultado de uma organização planejada para tratar das reivindicações vindas da base, ou a necessidade de 'descobrir e organizar informações, planejar estratégias, etc', ou a necessidade de se ter uma burocracia tecnicamente competente para se enfrentar a classe dominante. Na verdade, a principal razão foi o papel dominante do estado ao regular cada aspecto da vida sindical assim como o número crescente de tarefas que os sindicatos tinham de empreender em termos de assistência social.(MORAIS:1993:62)

Ao longo dos anos, a maioria dos sindicatos estabeleceu uma razoável infra-estrutura para prestar assistência social aos seus afiliados. Mesmo para sindicatos dirigidos por novos líderes tem sido difícil esquivar-se de tal papel.

Cabe aqui a ressalva de que compreendemos a necessidade de uma ação mais ampliada das entidades classistas para além da defesa do emprego e de melhores condições de trabalho. Desde que não haja instrumentação das mesmas no sentido de substituição do papel do Estado e mesmo que tais medidas desvirtuem suas funções primárias.

Assim, defendemos relações mais abrangentes com as bases e com a sociedade que , onde o incentivo à cultura e ao acesso à educação forma, e um olhar mais atento à qualificar a mão-obra que e subsidiem o cidadão para os novos desafios do mundo do trabalho estejam no centro da pauta e não somente permeiem a ação sindical.

Tudo isso pode ser realizado sem perda das características de um sindicalismo combativo- as duas posições não são excludentes, como imaginam alguns- e sem significar apenas um sindicalismo participativo ou cooptado. É uma tendência crescente nós últimos anos.(BORGES, 1995:30).

Quando escreve sobre a questão das novas tecnologias e suas implicações no mundo do trabalho, o sociólogo André Gorz, argumenta que a diminuição de postos de trabalho e mais

ainda do desaparecimento das habilidades manuais tradicionais impôs uma nova exigência aos sindicatos a de que:

(...) não sejam centrados exclusivamente na defesa das pessoas como trabalhadores nos seus locais de trabalho. Exige que os sindicatos levem em consideração as necessidades, aspirações, desejos e interesses que os trabalhadores desenvolvem como pessoas, cidadãos, moradores, pais, consumidores, etc., fora de seus locais de trabalho (GORZ, 1980:26).

É preciso pensar numa ação sindical menos conservadora que compreenda as vinculações sociais a partir de uma luta de classes com ações não-excludentes e que, portanto, percebam a base não como receptáculo, mas como um corpo em constante mutação no que concerne aos processos de emissão, produção e recepção das mensagens/informações. Uma inserção estética e lúdica a realidade, para que possamos não dominar objetos, mas plasmar ‘âmbitos’ para que a base sindical (seres humanos) não seja vista como objeto manipulável, massa de manobra. (BORGES:1995)

Portanto, o que se alude é uma compreensão de que a ação sindical vai além das relações trabalhistas, deve ser um resgate constante do princípio da democracia. “Onde se pressupõe o pluralismo das idéias, onde existe o debate democrático, para que se possa fluir novas idéias, a deliberação da maioria sobre a minoria, permitindo-se, porém, o direito das minorias existirem e se expressarem”. (BORGES, 1995:12).

1.1 As entidades sindicais como organizadoras sociais

O final do século passado e início deste colocou as entidades representativas de trabalhadores brasileiros frente a novos desafios que, em boa medida, transferem ou transformam seus focos de intervenção social. A falta de emprego que marca a trajetória do trabalhador brasileiro nunca esteve tão drástica, a taxa média de desemprego total (PED/Diesse) – desemprego aberto mais oculto – para seis regiões metropolitanas aumentou

de 14,6% em 1993 para cerca de 16,6% em 2001, resultando no crescimento de 30% do contingente de desempregados. Por um lado, segundo as próprias centrais sindicais, os desempregados no Brasil aceitam situações de subemprego – sem a menor garantia dos direitos trabalhistas – a fim de conseguir um sustento mínimo para si e seus familiares e por outro as entidades representativas vêm-se muitas vezes encurraladas frente a nova ordem do mercado.

Para além disso, no entanto, o que se exige é algo ainda mais diferenciado das funções primeiras de tais entidades. Qual seja, de que os sindicatos a fim de encontrar caminhos de mais efetiva intervenção social desenvolvam práticas políticas para além das passeatas, das campanhas salariais, das negociações entre empregadores e empregados e sim adotem temáticas e práticas que demonstrem o interesse dos sindicatos no cotidiano dos trabalhadores e da sociedade em geral. Ou seja, aliada à luta pelo emprego e pela garantia dos cumprimentos das leis trabalhistas, que a disputa pela melhor distribuição do capital seja também a disputa pelo bem-estar real da população, pelo exercício da cidadania, pela busca incessante de valores sociais como saúde, educação liberdade de expressão entre outros.

Cabe refletir ainda sobre as preocupações acerca das fragilidades do movimento sindical brasileiro, no que diz respeito ao seu poder de aglomeração e mobilização e sobre sua (in)capacidade de mudanças efetivas nas relações de trabalho em relação aos altos investimentos fiscais dados pelo estado brasileiro às multinacionais. Corporações que se mostram interessadas em implantar novas fábricas em território nacional sem que haja em retorno efetivo do ponto de vista de vagas em empregos diretos e indiretos assim como em benefícios efetivos para a população local dos estados.

Se, por um lado, sindicatos lutam para defender o emprego cada vez mais escasso alguns direitos trabalhistas históricos são desconsiderados na prática e desconstituídos nas instâncias judiciais através de projetos de lei que comprometem conquistas históricas da classe trabalhadora brasileira previstas na CLT. Embora alguns sindicalistas compreendam que em

muitos casos é imprescindível que o Estado invista, através de incentivos fiscais em determinados setores com objetivos de dinamizar ou promover o crescimento econômico o que se evidencia, em muitos casos, há uma submissão tanto estatal como das entidades representativas em relação ao mercado, transformando tais incentivos em medidas que muito mais servem como bandeiras políticas ou propagandistas do que é efetivamente de intervenção social rumo a uma melhor distribuição de renda e uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Por outro lado, independente das centrais sindicais ou mesmo de sindicatos, muitos trabalhadores já vêm se reunindo em organizações como a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Auto-gestionárias) no que é chamado: “economia solidária”, onde as empresas que falem tendo como maiores credores os próprios trabalhadores deixam de ser “sucata” e continuam desenvolvendo suas atividades em forma de cooperativa. Assim, os próprios operários estabelecem regras que assegurem direitos individuais e coletivos. Nesses casos, “a motivação é extremamente poderosa e a situação de trabalhar na própria empresa coletiva, se sentir responsável por ela, aumenta a produtividade de uma forma incrível”. (SINGER, 1999:66).

No entanto, em muitos casos a gestão coletiva – onde a produção e também os ganhos são compartilhados – é só uma aspiração. Muitos sindicatos ao tentarem atuar junto às cooperativas se deparam com, digamos, “pseudo-cooperativas”. Na verdade pequenas empresas, sob o título de cooperativas que reproduzem as mesmas relações verticalizadas de qualquer organização social com fins lucrativos e que se resguardam na lei que rege as cooperativas para descumprirem muitos dos direitos trabalhistas. “(...) o antigo chefe da empresa passa a ser o chefe da cooperativa, ele vai buscar o salário de todo mundo para distribuir e fim de papo”. (SINGER, 1999:66).

Segundo Iriam Jácome Rodrigues as causas dessas mudanças originam uma queda na taxa de sindicalização e que o problema não é só a crise econômica (mercado), é também política. A CUT fundada ainda em pleno declínio militar com o objetivo de defender um lugar para os trabalhadores assalariados através de mudanças econômicas e sociais e depois atuando de uma forma oposta ao Estado e aos empresários através da realização de greves, busca, ainda hoje, direitos sociais, políticos e econômicos para a classe trabalhadora. A central é, seguramente, referência política no país e presença assegurada nos principais debates em pauta no cenário político, econômico e social brasileiro.

Fundada numa conjuntura ainda favorável ao movimento sindical brasileiro, a despeito da recessão que se abateu sobre o país no início dos anos 80, a CUT é a expressão do sindicalismo que iniciou a onda de greves em 1978, com uma atuação mais conflitiva diante do Estado e do empresariado, e representativa de amplas parcelas de assalariados. Participando dos principais acontecimentos políticos no cenário nacional, a central se consolidou, nesses anos, como uma importante interlocutora de amplos setores das classes trabalhadoras, tanto no âmbito da sociedade civil quando na esfera política.

Para se afirmar como direção de uma significativa corrente do movimento sindical e construir sua identidade, a CUT optou, em um primeiro momento, por uma atuação mais conflitiva na relação capital/trabalho. No entanto, hoje, esse padrão de ação sindical vem sofrendo um processo de esgotamento, principalmente levando-se em conta a crise por que passa o sindicalismo internacional e também no Brasil, em decorrência, fundamentalmente, das profundas transformações do mundo do trabalho.(ROFDRIGUES,199:76)

A CUT defende que no Brasil há uma democracia política, mais inexiste uma democracia social em especial pela distribuição de renda desigual entre a diferentes classes, ausência de políticas públicas voltada para o social, além de uma economia que favorece a conquista do mercado nacional por empresas estrangeiras e conseqüentemente a perda do mercado interno e uma falta de estímulo e oportunidade para a conquista do mercado

internacional. Fatores esses que favorecem o alto índice de desemprego e conseqüentemente , uma menor sindicalização dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, a entidade pretende:

(...) ser um dos autores que ajudarão na construção de uma sociedade com menos desigualdades sociais, menos pobreza e, ao mesmo tempo, o consumidor, enfim, para a sociedade e não apenas para o 'seu' trabalhador, para a 'sua' categoria profissional.(RODRIGUES, 1999:77).

Nos dias 29 e 30 de abril de 1999 foi realizado pela Escola Sindical São Paulo um seminário que discutiu o sindicalismo da CUT, mas especificamente, alternativas para que os sindicatos se adaptassem às transformações ocorridas no mundo do trabalho dos últimos anos. A defesa de que papel do sindicato não pode se restringir a uma luta por melhorias salariais e direitos trabalhistas de seus sindicalizados deu o tom do evento.

O que estamos sentindo é que caminemos para um grande processo internacional e também nacional de unificação, concentrando-se em grandes quatro áreas: 1 – área de serviços; 2 – área de indústria; 3 – área de agricultura e 4 – área pública ou de serviços públicos.(CARNEIRO,1999:79).

Com isso, a Central pretende alcançar uma pluralidade até então inexistente, ou seja, atingir o conjunto de famílias de todo tipo de trabalhadores, seja ele formal, informal ou terceirizado, preocupando-se com a quantidade de vida dessas pessoas.

A reaproximação do movimento sindical com o movimento popular, a Igreja, as ONG'S (Organizações não Governamentais), as organizações da sociedade civil (públicas e privadas); a relação com o meio ambiente, a ecologia e a idéia de um povo projeto social sinaliza um novo marco em nossa história.(CARNEIRO, 1999:81).

Luiz Marinho, no artigo: “Perspectivas de ação e organização da CUT defende a existência de um sindicato cidadão e de uma economia solidária. Dentro deste conceito está a defesa da interação dos problemas de bairro dos trabalhadores, os problemas que o afligem em

seu local de moradia, além dos que existem em seu local de trabalho.”É preciso fazer a ligação das suas demandas com a sociedade, o poder público, o judiciário, com os poderes constituídos e buscar, também, os problemas que os trabalhadores têm quando vão para o bairro, que é o seu local de moradia”.(MARINHO, 1999:84).

Quanto à economia solidária, Marinho defende a idéia de organização, politização da população e disputa do modelo de gestão pública para a região porque

Se houver um processo de organização regional os preços dos alimentos baixarão, e com isso é possível disputar a opinião das pessoas, disputar o processo, politizar a população, a sociedade e disputar o modelo de gestão pública para a região. Os sindicatos têm responsabilidade nisso. (MARINHO, 1999:85).

Para Luiz Marinho é necessária uma transformação no movimento sindical. Uma atuação junto á comunidade onde os sindicatos estejam inseridos no local de trabalho, no chão da fábrica. Nesse sentido, precisa-se ter a ousadia de se criar um sindicato nacional ou estadual ainda que seja proibido por lei.(MARINHO, 1999).

Com o avanço do processo de globalização, é natural que haja uma universalização da classe trabalhadora, ou seja, a realização de um trabalho do sindicato não unilateral, não voltado apenas para a classe trabalhadora sindicalizada e sim, para a sociedade como um todo e ir além da luta por melhorias salariais. É justamente essa falta de planejamento execução do trabalho de uma forma global que vem afetando o papel dos sindicatos.

Como pode todo universo sobreviver sobre conceitos globais (globalização) e ainda ter instituições como os sindicatos que não acompanham esse processo de globalização? Há uma necessidade das entidades atuarem e entenderem o seu papel numa sociedade global para se constituírem como organizadoras sociais”. (VIEIRA,1996:112).

Os sindicatos devem ter consciência que é necessário rever o papel perante os sindicalizados e perante toda a sociedade, porque além de reivindicar os direitos dos

trabalhadores, devem sugerir soluções, caminhos que levam a uma satisfação mais plena desses trabalhadores.

(...) o fato de ele ter deixado de ser assalariado não o transforma em um não metalúrgico, em um não tecelão, em um não bancário, e assim por diante, nós temos que romper com a ficção legal de que o sindicato é uma associação que só representa trabalhadores com uma situação regular. (SINGER, 1999:64).

Nesse sentido, os pesquisadores também pontuam essa intervenção mais abrangente das entidades representantes dos trabalhadores: “(...) é possível agir como sujeito dentro do processo produtivo, atuando não só como intermediadores da força de trabalho, mas também apresentando projetos que apontem, (...) para um modelo de distribuição de renda no país.”. (VIEIRA, 1999:112).

Nesse sentido, defendemos que deve fazer parte da pauta das assembleias temáticas tais como: grande índice de trabalhadores sem carteira assinada e conseqüentemente, sem direitos trabalhistas; as altas taxas de impostos pagos por trabalhadores que recebem de 1 a 10 salários mínimos (porque consomem mais); a má distribuição de renda, as desigualdades e discriminações de gênero e orientação sexual, entre outros aspectos. Temáticas que também podem e devem ser abordadas nos próprios veículos de comunicação sindical. “(...) a comunicação praticada por estas entidades (...) pode e deve estimular uma maior participação social, colaborando para a formação de cidadãos responsáveis enquanto indivíduos, mas interessados e preocupados com as questões globais”. (VIEIRA, 1996:114).

Enquanto os sindicatos buscam uma forma de minimizar o sofrimento trabalhista, seja lutando por geração de empregos, reajuste salarial ou cumprimento das leis trabalhistas; a classe dominante – a partir, de tantos subsídios, mas fortemente através de um grandioso aparato comunicacional atua para dar ao sindicato a cara de uma entidade limitada,

desorganizada, desgastando a imagem dos sindicatos associando suas ações à baderna e a uma tentativa de “quebrar” o país..

Verifica-se que, para demonstrar a disposição de mudar algumas estruturas, movimento sindical deve instrumentalizar-se em nível de comunicação. Isso se faz necessário até porque é preciso contrapor-se ao discurso dominante. Para isso, é preciso ter presente a importância da informação no processo de consolidação de um organismo na sociedade.(VIEIRA, 1996:114).

Nesta comunicação existente entre o sindicalismo e o sindicalizado deve existir vontade política para acabar com a idéia de que os sindicatos apenas reivindicam e mostrar que também são aptos a sugerir propostas para a resolução ou destes problemas. A empresa RISC, da Inglaterra, realizou uma pesquisa onde foram entrevistadas 12.500 pessoas de doze países europeus com relação às mudanças sócio-culturais. Os resultados⁵ apontaram para uma necessidade de mudança que preveja uma:

(...) maior integração ao ambiente, onde corpo, mente e emoções se harmonizam. Da mesma forma, processam-se fusões entre moderno e tradicional, regional e universal, interior e metrópole. O significado do prazer passa a fazer parte de todas as atividades, inclusive e principalmente, no trabalho.(VIEIRA, 1996:15).

Embora reconheça seu papel e suas necessidades enquanto homem, o ser humano vem buscando reencontra-se como parte integrante da natureza. A pesquisa parece atingir seus objetivos enquanto esclarecedora do âmbito em que é envolvido o movimento sindical, apesar de, como diz Vieira, “poucas entidades têm o hábito de pesquisar seu público antes de agir. As atitudes tautológicas de apreensão do comportamento social, largamente utilizadas pelos sindicalistas, quase sempre são ineficaz”. (VIEIRA, 1996:115).

Os sindicatos têm encontrado muitos obstáculos para a realização de seu trabalho e alcance de seus objetivos. Muitos desses obstáculos são causados pelo governo, pelo

⁵ A edição de número 26, da revista Elle, de julho de 1990, p.29, publicou parte dos resultados da pesquisa.

empresariado, mas também pela relação em entidades e categoria. A intervenção do governo limita a ação sindical em desenvolver seu papel perante seus sindicalizados e a toda sociedade. Desde o fim da possibilidade de reajuste salarial, até a interferência nos Tribunais Regionais retirando cláusulas sociais, entre outras medidas”.(SECOLLI, 1999: 23).

Os empresários dificultam a ação sindical “descontando dos trabalhadores a mensalidade, mas não repassam para o sindicato”, como aponta Tarcísio Secolli em seu artigo: “Propostas para uma nova gestão sindical”. A categoria que determinado sindicato busca defender e conquistar direitos a favor de uma melhoria da qualidade de vida não é toda sindicalizada. “(...) não é justo que trabalhadores não sindicalizados não paguem absolutamente nada ao sindicato já que eles recebem todos os benefícios das lutas que travamos”. (SECOLLI, 1999: 24).

Para além das questões institucionais ou de foro judicial queremos nos debruçar sobre um aspecto que nos parece fundamental nesta relação entre entidades representativas, suas categorias e a sociedade. Os sindicatos deixam, em muitos casos, ainda a desejar na elaboração de suas políticas de comunicação, objeto das reflexões deste trabalho.

Após as reflexões expostas neste primeiro momento, onde tentamos apontar alguns aspectos que caracterizam a conjuntura atual do movimento sindical brasileiro e ainda refletirmos sobre os baixos índices de sindicalização nos deteremos, a seguir, a uma compreensão de como a comunicação sindical pode ser acionada nessa disputa de poder entre as entidades classistas e o governo ou entre as mesmas e o patronato. Mais que isso, queremos identificar como a comunicação pode funcionar para além de instrumento de divulgação, mas como elemento de construção de espaços que democratizam a luta, convocam à reflexão, motiva a melhores perspectivas de intervenção social e de vida.

1.2 O servidor público e sindicalismo

As reflexões que desenvolvemos até aqui na tentativa de mapear algumas causas da fragilidade do movimento sindical brasileiro não estariam ainda a contendo se não levássemos em conta que o sindicato que centramos nosso olhar sobre suas políticas de comunicação reúne uma categoria que, dentro do movimento sindical brasileiro, tem suas peculiaridades. Os servidores públicos federais, que tiveram suas associações regulamentadas como sindicatos somente a partir da Constituição de 1988, viveram, nos últimos oito anos, momentos bastante difíceis na sua relação com o patronato, o governo. “O governo de Fernando Henrique Cardoso significou muito mais uma era de resistência do que de conquistas”. (BORGES, 2002)⁶.

Com a ausência de reajuste salarial, a extinção de órgãos públicos e mais de 400 mil servidores exonerados, no período, os sindicatos tiveram que lidar com uma categoria desmotivada e sem perspectivas. O cenário delineado por emendas à Constituição e medidas provisórias deixou o servidor numa situação de instabilidade. (BORGES, 2002).

A Constituição ficou pronta em 1998 e já sofreu 37 emendas (...) A emenda 18 garantiu a desvinculação dos servidores civis dos militares, garantindo a possibilidade de reajustar os paladinos da repressão em qualquer momento, para manter o setor repressivo do seu lado. Com a emenda 19, ele acabou com a estabilidade; introduziu o contrato trabalhista por meio de emprego público (que se assemelha a CLT sem os direitos que há na mesma); legalizou o processo de alteração dos órgãos pra Agência Executiva e Organizações Sociais, permitindo a privatização dos mesmos através do Contrato de Gestão; criou as gratificações, permitiu a formação de carreiras diferenciadas, instituiu a tal carreira típica e inventou as avaliações por desempenho (na verdade são punições por desempenho); entre outras várias mudanças. Com a Emenda 20, por sua vez, legalizou o processo de privatização do FMI, pois é um dos 5 negócios mais lucrativos do mundo. (ALVES, 2001).

A relação entre sindicato e base também se altera neste cenário. Uma categoria que acumula esse volume de perdas nos últimos anos, tende a uma desmotivação que reflete no

⁶ Edson Miranda Borges, coordenador geral do Sintsef, em entrevista concedida à autora, em 13/02/2002

ambiente de trabalho, segundo Edson Miranda (2001), e que também exige uma ação mais articulada do sindicato. Para o sindicalista a clara intenção do governo Fernando Henrique Cardoso foi de transferência do patrimônio público para o setor privado o que limitou a possibilidade de conquistas, mesmo contando com uma categoria politizada e que ainda mantém uma relação de credibilidade com a sua entidade representativa.(BORGES,2002).

As características do sindicato que escolhemos trabalhar e ainda da categoria que o compõe estão diluídas no decorrer da pesquisa. Aqui gostaríamos apenas de pontuar, ainda que forma diminuta, em que cenário político-econômico, nossa abordagem se deu. No próximo capítulo nos deteremos ao papel da comunicação como instrumento de luta no sindicalismo, a partir de uma retrospectiva histórica e das reflexões feitas recentemente em publicações, dissertações de mestrado e testes de doutorado.

2 COMUNICAÇÃO SINDICAL-UMA IMPRENSA ESPECIALIZADA

Os dados sobre o surgimento da imprensa operária no Brasil são imprecisos no que diz respeito a datas. O que se pode afirmar sobre seu nascimento é que suas publicações sucederam às de caráter político-liberal do século XIX. Pesquisadores que estudaram a matéria são unânimes em caracterizar a iniciativa como reflexo do avanço dos processos de conscientização e mobilização dos operários brasileiros.(FERREIRA, 1988).

Os boletins e jornais surgem como um canal de expressão das idéias e posições defendidas pelos trabalhadores e que dificilmente teriam espaço nas grandes publicações da imprensa tradicional e, em especial, a imprensa operária assume logo um papel de veículos de denúncia dos trabalhadores brasileiros.

Eram publicações irregulares e de pequena penetração entre os operários. Ainda não causavam grandes impactos ou incitavam discussões. Até a última década do século XIX, a imprensa operária tinha pouca inserção nas categorias e somente em 1890 ela assume novos rumos, como veremos. Sua consolidação como instrumento de representação de uma classe só ocorre, no entanto, no início do século XX.

Os autores que estudam a imprensa sindical concordam em creditarem aos imigrantes anarquistas a transformação da imprensa sindical num instrumento de luta e participação política. No livro “ A Imprensa Operária no Brasil”, Ferreira conta que Lênin

(...)justificava a existência da imprensa operária, justamente porque os trabalhadores não contavam com nenhum meio de comunicação tal como os outros segmentos da sociedade, que se representavam através dos seus partidos legais, seus parlamentares, suas associações e da imprensa burguesa (FERREIRA, 1988: 12).

Os instrumentos de comunicação produzidos pelos anarquistas tinham além de uma função mobilizadora e aglutinadora, uma preocupação com a educação do proletariado nacional. Alguns dos temas tratados extrapolaram as questões trabalhistas, “o que muitas vezes

provocava perseguições políticas por parte dos donos das incipientes indústrias e do governo” (VIEIRA, 1996: 45).

O escritor pernambucano Luiz Momesso, que teve sua tese de doutorado pela Escola de Comunicação e Artes da USP transformada em livro com o tema “Comunicação Sindical – limites, contradições, perspectivas”, conta que esse tipo de imprensa caracterizou-se pela postura libertária, anticapitalista e anticlerical.

Era descentralizada e sem coordenação, pois não havia partido operário (...). Predominavam as características de um movimento, com suas divergências e, ao mesmo tempo, objetivos comuns, com a mesma repressão a perseguir lideranças e organizações. A ação dos sindicatos e sua imprensa cumpriam também, papel de partido político (MOMESSO, 1997:45).

A afirmação, apesar de parcialmente superada com o surgimento dos partidos de esquerda a partir de 1922 (PCB), denota o sentimento de contestação no qual está inserido o surgimento da imprensa operária no Brasil.

Ferreira salienta a importância dos jornais/boletins como fonte de pesquisa sobre a história do movimento operário brasileiro.

O seu valor como documento vivo desse período é incontestável porque é, acima de tudo, informativo e foi o resultado de uma participação efetiva do individual e do coletivo no processo histórico. As condições em que apareceu e se desenvolveu a imprensa operária estão contidas nela mesma, ao lado das condições em que se desenrolava esse período da história do trabalhador brasileiro (FERREIRA, 1988:13).

Esta imprensa é iniciada pelos imigrantes que, naquela época, eram muito freqüentes no Brasil. Italianos, espanhóis, portugueses, árabes, alemães, entre outros que inauguram, no recém-iniciado movimento operário brasileiro, a utilização de notas, panfletos, filipetas até a emissão de informativos. Os imigrantes traziam em suas bagagens largas experiências adquiridas pelos anos de industrialização já vividos pelos seus respectivos países.

O valor da imprensa operária é, portanto, fundamental do ponto de vista de registro da história “(...) todos os problemas internos à classe, fraquezas, lutas internas, tudo o que acontecia no meio operário era motivo de debates e informações que ganhavam as páginas dessa imprensa” (FERREIRA, 1988:13-14).

Durante o 1º Congresso Operário Brasileiro, em 1906, os 43 delegados presentes tiveram pelo menos três decisões muito importantes. Primeiro a criação da Confederação Operária Brasileira, segundo se programou greve geral para o 1º de maio de 1907, com a exigência das 8 horas. E, por fim, a criação do jornal “ A Voz do Trabalhador”. Luta e imprensa operária sempre andaram juntas. (GIANOTTI,1997).

O início da elaboração de veículos ou produtos de comunicação⁷ foi marcado por muita vontade de fazer e pouquíssima experiência brasileira. O imigrante anarquista encontra, ao chegar ao Brasil, um operariado nacional ainda desorganizado e começa um processo de mobilização e educação dos trabalhadores brasileiros e estrangeiros.

O grande número de operários estrangeiros, aliado ao fato dos mesmos possuírem alguma experiência com movimentos de trabalhadores resultava em inúmeras publicações em outros idiomas. Nessa época, os registros apontam para a existência de 70 jornais editados em outros idiomas. A grande maioria era publicada em italiano (55), um em alemão e quatro em espanhol.

(...) o operário imigrante era também o fundador dos jornais editados em português. Se essa liderança editava jornais para o trabalhador nacional ler e ainda necessitava editar outros no idioma dos trabalhadores estrangeiros, pode-se supor que o contingente de estrangeiro a ser informado e politizado era bastante significativo (FERREIRA, 1978:15).

Na tentativa de aglutinar leitores e adeptos, a preocupação em atingir o maior número possível de pessoas era um constante. Foi implantada, então, uma extensa rede de

⁷ Aqui nos referimos aos primeiros panfletos, filipetas e boletins sindicais, em muitos casos publicados em apenas uma folha impressa somente na frente.

comunicação que cobria todo o país. Surgiram inúmeros jornais e revista voltados à educação, à formação e à politização do operariado.

A preocupação de tomar públicas as reivindicações dos trabalhadores e, mais que isso, a necessidade de levar às fábricas, às oficinas e a todos os locais de trabalho o ideal de emancipação social, forçou os mais ativos militantes de então a lançar novas publicações periódicas, muita das quais para preencher lacunas deixadas por jornais que haviam desaparecido e outras para incorporar aos já existentes (RODRIGUES apud FERREIRA, 1988: 19).

No início do século XX, os objetivos da imprensa operária já se haviam ampliado. Antes essencialmente educativa, começa a funcionar como agente politizador e motivador da classe operária no processo de conscientização dos seus direitos. A participação política, a mobilização e a conscientização são maior legado deixado por essa imprensa no Brasil.

Em toda greve, assembléia, manifestação ou passeata o jornal tinha presença garantida. Tudo que tivesse destaque na vida do operário merecia destaque em suas páginas. A ele não cabia somente informar, mas também mobilizar e dar, aos trabalhadores, elementos e dados sobre questões de relevância à sua luta.

Durante toda sua existência, e especialmente nesse período, a imprensa do proletariado foi de grande importância para a formação de uma consciência de classe nos trabalhadores brasileiros. Pelas suas páginas, através de debates, argumentações, acusações e defesa, desenvolveu-se toda uma luta ideológica. Uma luta entre operários e patrões e também entre as diversas correntes políticas disseminadas no próprio movimento operário.

Conforme Ferreira (1978) nos principais centros da indústria nacional como Rio de Janeiro e São Paulo, por volta de 1905, era tão grande o número de jornais operários de diferentes ligas e uniões que esses líderes sentiram necessidade de criar um veículo centralizador das reivindicações do operário de um modo geral. E com a ampliação da rede de jornais, ampliava-se, também, a aceitação dos jornais e maiores eram os ganhos políticos do movimento.

No último quartel do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, apareceram aproximadamente 343 títulos de jornais operários espalhados pelo território brasileiro. Desde total, 149 encontravam-se no estado de São Paulo, dos quais 22 foram publicados fora da capital; 100 títulos foram editados no Rio de Janeiro; 94 títulos encontravam-se distribuídos em outros estados, destacando-se o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Paraná.

Outros aspectos merecem destaque na caracterização da imprensa operária praticada no início do século. Não eram vendidos espaços publicitários. Embora fossem comuns recomendações do próprio jornal com relação à utilidade de determinado produto e ainda recomendações de boicote, de não consumo de determinada mercadoria. Refletindo um caráter de prestação de serviços, à medida que indicavam produtos úteis e baratos, além de político já que boicotavam, geralmente, produtos de empresas que se encontravam em litígio com seus funcionários.

A falta de periodicidade regular da imprensa operária sempre foi comum. A grande maioria dos jornais desaparecia de circulação durante algum tempo retornando a circular depois de longos períodos. Muitas vezes, chegavam a desaparecer de vez ou ressurgiam com novos nomes.

Dois fatores influenciavam na irregularidade da imprensa operária: a falta de recursos e as constantes perseguições sofridas. Como os seus espaços não eram utilizados para efeito de publicidade, comumente os jornais operários tinham que sair de circulação por falta de recursos, sendo necessária a cotização de militantes, redatores e editores para garantir a continuidade das publicações.

A perseguição policial também era uma fonte elemento que contribuía para a irregularidade das publicações operárias. Nas suas “fiscalizações” a polícia quebrava máquinas e instalações e ainda prendiam militantes. Desta forma, periodicamente a imprensa operária era

desarticulada exigindo muitos esforços para retomar suas atividades e, muitas vezes, resultando no fim de jornais.

A partir dos primeiros anos da década de 20, o movimento operária, e conseqüentemente a sua imprensa, começou a sofrer uma retratação, que perturbou por quase toda a década. Através de um fortíssimo aparato policial, consegue-se destruir a organização dos operários brasileiros. Apenas por volta de 1927, os operários começaram o processo de reorganização. Como resultado das represálias dos últimos anos, essa reorganização foi tímida e com poucos resultados.

Durante os primeiros anos do governo Getulio Vargas, a imprensa sindical continua crescendo até o advento do Estado Novo, em 1937, quando cresceram os números de intervenções sofridos pelos sindicatos.

Quanto aos sindicatos atrelados ao governo, principalmente após as facilidades de recursos financeiros advindos do imposto sindical e a ampliação dos serviços assistenciais, tiveram necessidade de publicar seus jornais, com objetivo de atrair associados e impedir o completo esvaziamento das entidades. (MOMESSO, 1997:47)

É no período da ditadura militar, no entanto, que o movimento sindical vive o período de maior repressão. Os jornais produzidos pelos sindicatos eram controlados diretamente. Além da diminuição no número de edições publicadas, os conteúdos dos editoriais também eram alterados. “Passaram a ser (os boletins) instrumentos de controle e desmobilização, ocupando seu espaço com artigos sobre assistência e lazer, exaltando as diretorias pelo crescimento do patrimônio das entidades (...)” (MOMESSO, 1997:49).

Pequenas publicações de caráter ainda mais combativo foram surgindo em contrapartida a esse movimento. No entanto, com o advento do Ato Institucional nº 5, tornou-se difícil sustentá-las. As lideranças sindicais, quando não eram presas ou mortas, tinham que se esconder em alguma região do país.(MOMESSO, 1997).

Conforme aponta Regina Festa (1990) o AI 5 representou a instalação de uma Doutrina de Segurança Nacional. Os anos que sucederam a promulgação do Ato, em dezembro de 1968, representaram o apogeu das manifestações culturais e políticas da classe média intelectualizada, dos estudantes e também do movimento sindical. Eram os sinais do ápice da imprensa alternativa brasileira.

De um lado, a repressão direta e a censura aos meios de comunicação de massa tentavam bloquear as manifestações e as reivindicações populares, com o objetivo de impor um isolamento ao movimento de base e à sociedade civil no seu lado. De outro lado, as próprias condições de marginalidade social e política, acrescidas à crescente pauperização das classes subalternas, construíram pólos de conflito e de resistência (FESTA,1990: 12).

O fim da ditadura militar marcou também o crescimento da importância política do movimento sindical aliado ao fortalecimento do debate sobre o papel da comunicação no interior das lutas sociais. A história deste movimento registra, por exemplo, que nos dias 4 e 5 de junho de 1983, quando se realizou o IV Congresso de dos Metalúrgicos de São Bernardo do campo fora apresentado um documento que explicitava a preocupação dos líderes sindicais com o tema. Na ocasião, os trabalhadores vislumbravam o potencial da comunicação e pontuavam:

Temos ainda, para discutir e aprofundar a questão da imprensa sindical como instrumento organizador da classe trabalhadora. Isto é, não basta apenas que sejamos capazes de termos nossas idéias e de termos um instrumento capaz de transmiti-las. É preciso, além disso, tudo que sejamos capazes de fazer circular essas idéias, que elas cheguem ao maior número possível de trabalhadores. Mais que isso: é preciso que, além de tomar consciência do problema, sejamos capazes de traduzir isso em organização (Vieira 1996:69)

Nesse momento, as características da imprensa operária já tinham, em muitos, se modificado. A organização dos operários em federações por categoria e por grandes regiões e o fortalecimento econômico dos sindicatos permitiram um processo de racionalização da imprensa sindical. Nesse momento, ela passa a ser elaborada por sindicatos fortes e distribuída

regionalmente. Em alguns casos além da imprensa regional apresentam-se jornais locais diários e por grupos de interesse, como, por exemplo, a Folha da Mulher Bancária, no Rio de Janeiro. (VIEIRA, 1996)

A maioria dos jornais apresenta edições regulares, com um departamento de imprensa dirigido por um jornalista responsável como funcionário do sindicato. Não são só os sindicatos urbanos aqueles que possuem jornal, também os grandes sindicatos rurais editam seu periódico.

De acordo com Ferreira há uma forte presença de uma imprensa classista de profissionais liberais como os médicos, engenheiros, entre outros. Esse tipo de imprensa, que se denominou imprensa sindical, não inclui a imprensa operária interna das grandes empresas.

Entretanto, cabe indicar que esta última existe e é de grande vitalidade, contando também com infra-estrutura, como departamentos de relações públicas sob a responsabilidade de jornalistas profissionais, que elaboram revistas sofisticadas (...) (FERREIRA, 1988:59).

A organização dos trabalhadores em sindicatos ou associações solidificadas possibilitou um considerável nível de regularidade e uma existência duradoura dos materiais produzidos pela imprensa do proletariado. O que, sem dúvida, resulta num aumento do potencial desse tipo de comunicação no Brasil.

Ferreira (1988) divide a imprensa operária no Brasil em pelo menos três blocos: a anarcosindicalista, a sindical-partidária e a sindical à qual nos referimos neste trabalho. A história do operário industrial no Brasil está escrita nas páginas dessa imprensa, desde o final do século passado até o primeiro quartel do século atual.

A primeira fase, anarcosindicalista, é colocada pela autora a partir do início do processo de urbanização do Brasil, com a mudança de orientação sofria pelo operariado brasileiro. Ferreira conta que, desde o surgimento da imprensa operária no Brasil, já havia uma preocupação, por parte das lideranças operárias em atingir um maior número de trabalhadores.

Era a tentativa de esquecer as diferenças religiosas e políticas e criar mecanismo aglutinadores que garantissem a unidade da classe trabalhadora. Nesse período, jornais eram elaborados pelos próprios trabalhadores e intelectuais, em especial gráficos.

A segunda fase, sindical-partidária, inicia-se com a função do Partido Comunista Brasileiro(PCB), em 1922, e vai até o golpe de Estado, em 64. Essa etapa cobre dois acontecimentos de grande importância à compreensão da história do trabalhador brasileiro: o nascimento do PCB e o advento do getulismo. “(...)Essa nova imprensa é, antes de tudo, política e umbilicalmente legada ao partido”.(FERREIRA, 1988:31).

Ferreira afirma que tamanha era a importância dada à confecção dos periódicos no processo de conscientização da categoria que mesmo antes do surgimento do PC do B, o partido já tinha um jornal. “Como instrumento importante da luta de emancipação do trabalhador surge o jornal, ao lado do partido político e do sindicato”(FERREIRA, 1988:32).

É importante acrescentar a esta breve explanação sobre o surgimento da imprensa operária que, apesar de divergências políticas de determinados grupos ou partidos, o conteúdo desses jornais publicados, nesta fase, não fugia à problemática da classe trabalhadora, “tanto em relação ao campo da organização como ao de atuação política, conquistas democráticas ou econômicas”. Nessa fase os jornais ainda continuam sendo elaborados por membros da própria classe trabalhadora. Ainda não havia surgido a figura do profissional de imprensa remunerado especialmente para esta função.

A terceira etapa é a atual. Ela surge a partir da reorganização do proletariado brasileiro, depois do total desbaratamento sofrido pela sociedade civil no pós-64. As conseqüências do golpe militar de 64 marcam o sindicalismo. Prisões, desaparecimento de dirigentes e líderes sindicais e outras formas de repressão desencadeadas a partir do golpe configuram-se como uma tentativa de sufocar as lutas das classes trabalhadoras, o que abalou fortemente o movimento sindical brasileiro.(VERDELHO, 1991).

Ferreira (1988) ressalta que a imprensa sindical é relativamente recente. Essa nova imprensa operária surge como porta-voz dos sindicatos e se mantém, de certa forma, ainda conforme a autora, afastada dos partidos políticos.”Ela nasce a partir de meados da década de 70, quando se inicia o processo de enfrentamento do sistema pelas vias legais, fortalecendo-s e nos primeiros anos da década de 80 (FERREIRA, 1988:36).

A articulação do movimento e de sua imprensa foi difícil e demorada. A deflagração de greve dos metalúrgicos da Scania, no dia 12 de maio de 1978, em São Bernardo, marca a eclosão do sentimento de revolta e indignação dos trabalhadores. É a partir desse momento que os trabalhadores passam a ter uma participação efetiva, ainda que incipiente, nos processos políticos e sociais do país. E o surgimento do Partido dos Trabalhadores em 1980 é a demonstração mais clara da força do movimento já que a composição do partido era essencialmente de lideranças do movimento popular e sindical.

De acordo com Verdelho (1991), é a partir deste ano que o movimento sindical e sua imprensa ganham novo fôlego e também uma nova amplitude. “É nesse período que surge o Suplemento Informativo da Tribuna Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, uma experiência interessante, que estabeleceu uma forma de comunicação com a periodicidade que o movimento exigia”(VERDELHO, 1991:13).

Segundo Roseli Figaro (2001), entre 1978 e 1998, a Tribuna Metalúrgica noticiou e comentou acontecimentos relativos à economia, à política nacional, às mudanças do mundo do trabalho, às crises e dificuldades dos trabalhadores, às conquistas e às derrotas do movimento democrático. À época fora a segunda maior redação de jornal da região do ABCD, menor apenas que o jornal Diário do Grande ABC.

O informativo apontado pelos autores é marco de uma participação efetiva de jornalistas profissionais e por uma intervenção fundamental na preparação e condução das greves dos metalúrgicos do ABC. Durante o período em que o sindicato esteve sob intervenção do

Ministério do Trabalho o veículo desapareceu. Sua capacidade de mobilização da categoria incomodava. No início da década de 80, esse e outros boletins já haviam voltado a circular. Nesse período, o Sindicato dos Bancários de São Paulo começou a publicar uma edição diária da Folha Bancária. Até hoje, os bancários valorizam o papel da comunicação. Em Salvador, a entidade dispõe, atualmente, de um informativo diário.

Ainda conforme Verdelho (1991) é nesse momento que surge uma “nova imprensa sindical” no Brasil. Uma nova forma de se fazer comunicação em entidades classistas que rompia com perspectivas de doutrinação ideológica, como vinha acontecendo desde do começo do século passado. Rompe-se, essencialmente, com a prática de publicação de jornais a partir das elaborações políticas dos próprios diretores. Era a negação de uma produção até então distante da compreensão das ferramentas lingüísticas e estéticas do jornalismo que se transforma numa tentativa de desenvolver uma comunicação das classes trabalhadoras.

Ou seja, uma comunicação que a partir do trabalho sindical, diretamente vinculado às fábricas, aos locais de trabalho (utilizando mensagens, meios, linguagem e formas próprias da classe, portanto, contrapondo-se à que é elaborada e difundida pelos detentores dos meios de produção, através dos meios de comunicação de massa), enseja uma ação transformadora da realidade política, econômica, social e cultural (VERDELHO:1986,81).

Roseli Fígaro (1991) conta que pela primeira vez na história os sindicatos sistematizam suas preocupações com o valor da comunicação na luta. São montados os primeiros departamentos de comunicação o que antecede a um momento de intensas mudanças na comunicação sindical que ocorre notadamente na década de 80. As publicações diárias são intensificadas e o uso de formatos como revistas e cadernos e de recursos como charges e quadrinhos é intensificado (FIGARO,1993)

Era preciso uma intervenção profissional na comunicação feita no movimento. O momento político, a grande participação dos trabalhadores nas lutas por melhorias salariais

exigia um conjunto de ações capaz de denunciar as perseguições sofridas pelos trabalhadores, informar as atividades propostas pelo sindicato, convocar reuniões, mobilizar a base.

Além de servir para liberar os diretores e ativistas para outras atividades dentro do movimento, a chegada do jornalista nos sindicatos significou a profissionalização da imprensa sindical, o que resultou numa melhor compreensão sobre formas e funções da comunicação com a base. Houve também um aumento no volume de publicações e um crescimento qualitativo na veiculação das mensagens.

Essa fase da imprensa operária tem duas diferenças essenciais das exercidas até então. Em primeiro lugar, não é mais exercida por operários em tipografias ou gráficas cedidas aos mesmos. Agora, ou é feita em gráficas pertencentes a sindicatos ou é encomendada a empresas profissionais. Segundo aparece um novo personagem nesse processo: o jornalista. Já não é o trabalhador ou intelectual diretamente ligado ao meio operário aquele que faz a notícia. É um jornalista profissional, assalariado, funcionário do sindicato.

Se por um lado a chegada desse profissional qualificou a produção dos instrumentos de comunicação sindical, trouxe novas contradições para a prática. Em boa medida, esta atividade é tida apenas como uma prestação de serviços e exige do jornalista um engajamento e militância que, em muitos casos, é mais importante do que o conhecimento técnico na execução de estratégias de comunicação, “(...) a força de trabalho é comparada junto com o comprometimento ideológico” (VIEIRA, 1996:71), não sendo levado em conta a ideologia do jornalista, muitas vezes transmitindo uma idéia contraditória ou até, ainda que sem querer, expresse falsidade. “(...) Além de não conseguir executar um trabalho com uma mínima coerência e linearidade, é obrigado, muitas vezes, a passar por cima da ética profissional em nome de uma militância, mesmo que não seja um militante (...)”. (VIEIRA, 1996:70).

Outro fator a ser destacado no que se refere à atuação do jornalista em sindicatos é o acúmulo de tarefas. Da apuração dos fatos à diagramação do jornal, da produção de fotografias

ao acompanhamento da impressão e ainda distribuição destes impressos é o jornalista o responsável pela publicação. Esse mesmo profissional, em sindicatos com pequenas estruturas de comunicação, o que é o mais comum, ainda atua como assessor de imprensa.

É comum um jornalista empregado numa entidade sindical atuar como repórter, fotografo, editor, diagramador, ilustrador, arte finalista e até mesmo tomador de orçamentos. O tempo gasto pelo profissional para executar todas essas tarefas pode ser o mesmo que falta para formular propostas realistas sobre o uso da comunicação. Quer dizer, além de desrespeitar os direitos do trabalhador, a direção sindical atua como os patrões que usam a força de trabalho como um meio para obter lucratividade fácil, sem muito investimento na especialização e na valorização dos recursos humanos. (VIEIRA, 1996:70).

Essa contradição dos dirigentes sindicais que lutam por melhorias trabalhistas e ao mesmo tempo as desrespeita faz com que haja uma desmotivação desses jornalistas.

Como possuem uma certa estabilidade no emprego conferida pelo respaldo político junto aos principais dirigentes, muitos profissionais diminuem o ritmo, não cumprem horários e se negam a elaborar intelectualmente, alegando não adiantar investir tempo ao assunto, pois não há respaldo junto às direções para implantar as respostas.(VIEIRA, 1996:70).

Quanto aos profissionais, cabe ressaltar que apesar de haver contradições quanto a como fazer jornalismo em um sindicato, “o setor de comunicação das entidades sindicais tem crescido tanto em quantidade quanto em qualidade”.(VIEIRA, 1996:69). Existe um aumento das produções, com melhor acabamento e maior tempo de preparação e ainda uma preocupação quanto à profissionalização dos que a fazem.

Aqui, cabem algumas considerações sobre a falta de uma ação planejada nas entidades classistas⁸. A comunicação desenvolvida em sindicatos abre brechas para as fragilidades que a falta de planejamento causa. O afastamento da compreensão do planejamento como algo processual e coletivo em que o objetivo central é harmonizar os interesses da organização social

⁸ Ainda neste capítulo nos atentaremos a uma reflexão mais específica sobre a questão.

e seus diversos públicos⁹ resulta em ações improvisadas pontuais que tendem à compreensão meramente instrumental da comunicação.

Relegado a um segundo ou terceiro plano, o planejamento, em muitos casos é visto pelos dirigentes como algo abstrato que demanda um tempo e investimentos incompatíveis com a rapidez do movimento. Essa visão limitada talvez seja reflexo da falta de preparação dos dirigentes sindicais que, muitas vezes, chegam a esse posto tão somente por se dar bem com a categoria e demonstrar interesse por melhorias trabalhistas e sociais. Essa intervenção se dá em muitos casos ou na totalidade deles, no campo da intuição.

A maioria dos dirigentes sindicais não possui uma formação política ou cultural sólida. O aprendizado para desenvolver a luta sindical se dá no dia-a-dia; não há tempo para cursos de aperfeiçoamento, a não ser aqueles orientados para um melhor desempenho nas negociações trabalhistas. (VIEIRA, 1996:65).

Para tentar fugir da desconsideração da base comum nas relações de comunicação em sindicatos destacamos a responsabilidade dos trabalhadores na comunicação sindical. A ausência de pesquisas de recepção e da participação de membros da base – não como fontes, mas na produção dos formatos e definição dos conteúdos da imprensa sindical – sindicaliza o descaso com receptores. O que estudos mais recentes apontam, no entanto, é que os sindicalizados estão lendo mais as publicações de seus sindicatos, isso se dá pelo fato da situação financeira atual não ser favorável ao consumo de veículos comerciais e por haver um maior interesse em aproximar-se de veículos mais personalizados, próximos ao seu dia-a-dia.(VIEIRA, 1996).

⁹ No caso dos sindicatos a diretoria, a base (sindicaliza ou não), o patronato e a sociedade em geral. Aqui trabalhamos com a reflexão sobre o papel do planejamento em comunicação, ainda que à luz da intervenção de profissionais de relações públicas, presente em dois livros de Margarida Krohling Kunsch: Planejamento de relações públicas na comunicação integrada (1986) e Relações Públicas e Modernidade:novos paradigmas na comunicação organizacional (1997)

O ideal, entretanto, é que haja outros meios de comunicação sindical no Brasil, porque o país ainda tem 19,6 milhões de analfabetos. Os sindicalizados estão preferindo espaços com assuntos culturais, artigos de análise e espaço para leitores. “(...) os trabalhadores estão querendo ver menos ‘luta’ e palavras de ordem nas publicações das entidades”. (VIEIRA, 1996:75).

2.1 Comunicação sindical: importância reconhecida

O surgimento das centrais sindicais, em especial da Cut, no início da década de 80, significou um novo impulso nos rumos da imprensa sindical. Pequenos sindicatos, com receitas bem diminutas passaram a contratar, mesmo que esporadicamente, os serviços de jornalistas profissionais. Além da profissionalização dos serviços, observou-se um maior equilíbrio na periodicidade, ampliação das tiragens e também diversidade nas publicações, surgindo também revistas, panfletos, cartilhas, etc. Doze milhões de jornais e boletins são publicados semanalmente pela Central Única de Trabalhadores (CUT) e mais de 900 profissionais de comunicação estão envolvidos nesse processo. O que dá sinais do alcance desse tipo de comunicação como espaço contra-hegemônico da classe trabalhadora. (GIANOTTI, 1997)

É importante salientar que a qualidade dos veículos publicados também melhorou. Muitas pesquisas, seminários, congressos, encontros regionais e nacionais foram realizados para discutir o tema, numa clara demonstração de ênfase também à qualidade. A universidade também já se rendeu ao estudo da área, sendo desenvolvidos, cotidianamente, trabalhos sobre os aspectos específicos da imprensa sindical.

A grande maioria dos sindicatos brasileiros tem consciência da importância da comunicação para a atividade da entidade. Alguns têm departamentos de comunicação bem estruturados com equipes de profissionais, destinam altas verbas e até realizam seminários para discutir estratégias e políticas de comunicação. Outros se limitam à confecção de uma ou duas

notas por ano, algumas sugestões de pauta aos jornais ou à publicação de um boletim a cada nova campanha salarial. No entanto, todos, mais ou menos estruturados, valorizam os processos comunicativos.

Os cinco maiores sindicatos de São Paulo têm estrutura de imprensa equivalente à redação do jornal O Estado de São Paulo. O número de jornalistas neste estado que atuam em sindicatos é superior a oitocentos, segundo ao ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, Antonio Carlos Fon (FRANZI, apud VIEIRA, 1996:68). Essa estrutura se deve aos altos investimentos destinados à comunicação nos sindicatos. Além dos aparatos tecnológicos como fax e computadores ligados à Internet.

A busca por uma maior proximidade com a base fez com que muitas diretorias abandonassem as, muitas vezes tediosa, palavras de ordem pela elaboração de meios mais participativos, o que fez uma parcela significativa de dirigentes despertar para a importância de jornalistas com conhecimento técnico em comunicação. Pessoas que pensassem estratégias de envolvimento da base em questões até então tinham alcance apenas para os membros da diretoria e alguns “companheiros mais conscientes e engajados” nas lutas da categoria. (VIEIRA,1996)

Verdelho (1991) afirma que essa visão dos sindicatos representa a opção de quem prefere aplicar os recursos financeiros da entidade na luta política, voltada para a organização da categoria e não na ampliação do assistencialismo. De acordo com o pesquisador, práticas comuns de alguns sindicatos como sorteio de brindes no natal ou colônias de férias para a família das sindicalistas foram substituídas por investimentos na informação e formação da categoria.

2.2 Evolução dos departamentos de comunicação sindical = democracia ampliada?

A relação dos departamentos de comunicação de sindicatos e as bases representadas por essas entidades são de fato democrática, como o seu surgimento e desenvolvimento sugere? O que se pode observar, tanto a partir da bibliografia consultada quanto em relação ao nosso estudo de caso, é que as formas como as diretorias dos sindicatos classistas têm lidado com o poder que lhes é delegado, a partir de suas eleições, tem conferido outros rumos ao seu caráter democrático da comunicação sindical.

Os autores que já discorreram sobre o tema são unânimes em apontar o compromisso da comunicação sindical com a compreensão do receptor, como, aliás, deve nortear qualquer tipo de comunicação. A capacidade de tornar uma mensagem clara, direta e compreensível é ou devia ser responsabilidade central da comunicação sindical.

Durante o regime militar, esses meios de comunicação eram controlados pelos ex-diretores dos sindicatos que haviam sido afastados de seu papel enquanto sindicais por esta forma de governo que existiu no Brasil e, era através desses meios de comunicação que se conseguiu então, organizar paralisações e alcançar seus objetivos que na memória das vezes era reajuste salarial.

Após o Regime, para pontuar, os sindicatos haviam descoberto a comunicação como ferramenta para o desenrolar de suas atividades, então, “(...) os meios de comunicação têm sido usados de forma cada vez mais intensa. Não só os veículos próprios, como também rádios e TVs comerciais são acionados para atingir a categoria representada e, muitas vezes, a população em geral”. (VIEIRA, 1996:47). A exemplo disso, uma pesquisa realizada em 1991 aponta que a CUT chegou a investi 33,60% de sua receita com comunicação.

O fato é que a compreensão dessa importância também trouxe uma infinidade de contradições explícitas, entre outros aspectos, pela unilateralidade das abordagens ou mesmo pela limitação de temáticas nesses veículos.

(...) ao invés de buscar a emancipação intelectual dos trabalhadores, do público a qual se dirige, a comunicação praticada pelas entidades sindicais tem se orientado apenas para a ‘conquista das mentes e corações de seus alvos:leitores, telespectadores ou ouvintes’, mesmo que para isso precise formular uma visão unilateral dos acontecimentos.(VIEIRA, 1996:51).

A linguagem panfletária usada nos veículos de comunicação próprios do sindicato é um dos exemplos clássicos da limitação da comunicação sindical no Brasil. A visão instrumental da comunicação

(...) torna a comunicação sindical mais uma ‘ferramenta de classe’ na luta contra a exploração. Enquanto os trabalhadores comuns ficam mal informados ou desinformados (ou ainda simplesmente não consomem as informações veiculadas pelo sindicato), os militares consomem redundância, uma vez que o material veiculado já é dominado intelectualmente. (VIEIRA, 1996:56).

Um dos desafios principais está na compreensão das mensagens, no desenvolvimento de um processo comunicativo em que a categoria não se sinta ainda mais excluída e que a mesma estabeleça elos concretos com a atividade sindical. “A comunicação sindical, para transmitir o que se pretende transmitir, precisa, antes de tudo, ser entendida”(GIANOTTI, 1997:59).

Deve-se observar, no entanto, um desafio que vai além da clareza das mensagens: a participação. Com o seu surgimento atrelado à necessidade da criação de espaços editoriais que pudessem se contrapor à hegemonia dos meios de comunicação de massa parece ser pressuposto da comunicação sindical o seu caráter democrático e de fomentação de processos participativos entre entidade e categoria.

Na comunicação desenvolvida por sindicatos, portanto entendida como popular, o leitor deve se sentir representado. Ao invés de consumidores de produtos e ideologias, nesse caso, o público é co-autor. Co-autor do processo de decisões importantes do conteúdo e também das formas escolhidas.

Nesse sentido, a comunicação sindical deve buscar formas que a afaste de uma concepção tecnicista. Métodos que observam a comunicação como um processo, como mediação do político, do econômico e do social, jamais esquecendo que o receptor tem capacidade de discernimento, de pensar, de optar, de construir.

No entanto, muitos sindicatos tendem a reproduzir as relações verticalizadas típicas dos meios de comunicação de massa. Com boletins produzidos por um profissional especializado ou mesmo por um ou dois diretores; homepages que desconsideram o acesso da categoria a esse tipo de meio; e ainda a elaboração de outros veículos como: livros, panfletos, botons, camisas que tendem tão somente à divulgação das políticas e idéias de uma diretoria.

O escritor João Luis Van Tilburg (1989) ressalva que a concepção tecnocrata de comunicação difundida entre os estudiosos e os próprios produtores, na qual a comunicação é reduzida ao uso de um meio para alcançar determinados objetivos – é hegemônica a ponto de contaminar a comunicação nos movimentos populares. No movimento sindical esse paradigma pode ser visto nas inúmeras publicações que ainda optam por uma comunicação que convence.

A quem tem dúvida aconselho analisar todo o material em circulação, e descobrirá que seu conteúdo tem como propriedade o discurso – o dogmatismo – e não a argumentação, que se constitui a própria natureza da comunicação. Nessa perspectiva, comunicação não é convencer e sim defender a validade de determinado pouco de vista (TILBURG, 1989:223).

Não se pretende aqui negar a necessidade legítima das diretorias de sindicatos de divulgarem suas atividades, bandeiras, políticas, idéias. Afinal ela está inserida numa disputa que é ideológica e que depende de publicidade. Mas acreditamos que a linha que nas últimas décadas vem separando o jornalismo sindical da pura publicização das atividades de um grupo é por demais tênue. A fusão entre jornalismo e marketing é crescente e muitas vezes determina a comunicação de uma entidade.

A imprensa sindical, em conformidade com Tilburg, não pode ser reduzida às notificações institucionais da diretoria, na criação na mesma prática dos grandes meios e ser utilizada como forma de exacerbação do poder e da dominação de uma diretoria em relação à sua base.

A comunicação não se reduz ao ato de persuasão. Embora persuadir e fazer a cabeça também sejam formas de comunicação, mas não são uma prática que respeita o que é uma das prioridades do ser humano, qual seja, a livre escolha. (TILBURG, 1989:224).

Enquanto mecanismo de resistência, a comunicação sindical deve refletir as complexidades, os conflitos, na própria forma de construir uma comunicação diferente. Não há como e nem podem ser dissociados padrões de comportamento há tempos disseminados e incorporados na sociedade, do cotidiano dos participantes do processo de comunicação sindical. Mesmo os padrões dominantes que foram absorvidos e incorporados não o foram sem nenhuma barreira, sem o mínimo de leitura crítica.

O reconhecimento e a estruturação dessas interpretações, análises e avaliações dos padrões dominantes é tarefa do técnico de comunicação/jornalista, no sentido de permitir que o leitor cresça criticamente, passando de uma crítica espontânea à consciência crítica. Isso é possível através da revelação das multiplicidades da realidade nos meios de comunicação sindical. Essa é uma contribuição fundamental e primordial da imprensa sindical à sociedade.

Como essa troca pode ser dada na prática ou mesmo como assumir uma relação de participação mútua entre diretorias e bases é um desafio que ainda buscamos em nossos estudos. O que é possível apontar é que em alguns casos iniciativas estão sendo tomadas. Linhas telefônicas destinadas a denúncia e críticas anônimas, seminários semestrais de representantes da base no corpo editorial dos boletins são algumas dessas medidas. Onde se vai chegar é difícil intuir, mas o que se quer alcançar se comunicação feita em entidades classistas.

2.3 Relações de poder

As relações de poder estabelecidas entre uma categoria de trabalhadores e a diretoria de sua entidade representativa e, ainda, as relações dos mesmos com os sindicais patronais estão registradas nas páginas dos boletins jornais dos sindicatos. A análise desse material se constitui, portanto, em um rico material de pesquisa para a caracterização e discussão desse aspecto.

Para efeito de elaboração do nosso estudo, a observação da relação de poder entre a diretoria do sindicato e sua base pode ser evidenciada, entre outros aspectos, a partir da observação das fontes de notícias, das falas acionadas nos seus conteúdos ou ainda das temáticas publicadas nos veículos produzidos pela entidade.

Pierre Bourdieu (1989) defende que o poder simbólico é uma relação que se estabelece entre dois sujeitos, de forma tal, a somente se concretizar com a concessão e cumplicidade daqueles que não querem saber que estão sujeitos a esse poder ou mesmo que o exercem.

Os veículos de comunicação produzidos pelo SINTSEF, nosso objetivo de estudo, a saber o boletim diário Via Direta, o jornal bimestral De A a Z e o sítio da entidade, podem configurar-se como fortes instrumentos de consolidação desse poder, que dentro do ser simbolismo, é fortemente arraigado ao cotidiano da base. Bourdieu acredita que:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturados de comunicação e de conhecimento que os 'sistemas simbólicos' cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações que as fundamentarem e contribuindo assim, segundo a expressão de weber, para a 'domesticação dos dominados (BOURDIEU, 1989:11).

Esse poder simbólico como poder de fazer ver e fazer crer, de confirmar e de transformar a visão de mundo e, desde modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica),

graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “ illicutionary force”, mas que se define como relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença” (BOURDIEU, 1989:14-15).

Ainda dentro da perspectiva de que o poder somente é exercido em relação ao outro, quando este o concede, Bourdieu acrescenta:

O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma fides, uma autoridade, que lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe! (BOURDIEU, 1989:18).

Para o sociólogo, o homem político retira sua força política da confiança que um grupo deposita nele.

Ele retira o seu poder propriamente mágico sob o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos. Mandatário unido aos seus mandantes por uma espécie de contrato racional – o programa -, ele é também campeão unido por uma relação mágica de identificação àqueles que, como se diz ‘põe nele todas as esperanças (BOURDIEU, 1989:189).

Sobre o processo de transubstanciação do porta-voz dentro do grupo que ele exprime o autor argumenta que:

Só pode ser penetrado por uma análise histórica da gênese e do funcionamento da representação, pela qual o representante faz o grupo que o faz a ele. O porta-voz dotado do pleno poder de falar e de agir em nome do grupo e, em primeiro lugar, sobre o grupo pela magia da palavra ordem, é o substituto do grupo que somente por esta procuração existe personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar através dele, como um só homem. Em contrapartida, ele recebe o direito de se assumir pelo grupo, de falar e de agir como se fosse o grupo feito homem.

Status et magistratus, l'etat cest moi', 'O Sindicato pensa que'....Etc. (BOURDIEU, 1989:157, 158).

O conceito de representatividade é demasiado complexo. Ao ser eleita, a diretoria de um sindicato – ou um deputado, delegado – recebe de quem o elegeu o poder de mandar, agir por, a própria pessoa. Depois de legitimado através de uma eleição, o mandatário passa a ter mais poder do que a pessoa que concedeu o poder. Para Bourdiel, quando essa delegação de poder, de dá de uma pessoa para outra, através de procuração, por exemplo, as relações ficam mais claras. Mas quando o poder concedido é de centenas, milhares de pessoas para um só, ou um pequeno grupo a possibilidade de que a delegação dissimule a verdade da relação de representação é bem maior. Além disso, o autor acredita que há um contra-senso ainda maior.

(...) o paradoxo das situações em que um grupo só pode existir pela delegação a uma pessoa singular – o secretário-geral, o papa – habilitado a agir como pessoa moral, isto é, como substituto do grupo. Em todos esses casos, segundo a equação que estabeleciam os canonistas – a igreja é o papa, em aparência(ação simbólica), que o grupo representado, simbolizado, existe e faz existir, em retorno, seu representante como representante de um grupo. Percebe-se nessa relação circular a raiz da ilusão que, no limite, permite ao porta-voz ser considerado e considerar-se causa seu, já que ele é a causa do que produz o seu poder, já que o grupo investe de poderes não produz o seu poder, já que o grupo que o investe de poderes não existiria – ou, em todo o caso, não existiria plenamente, enquanto grupo representado – se ele não estivesse ali para encarná-lo.(BOURDIEL, 1990:189).

Para efeito deste estudo, um dos questionamentos possíveis dentro da reflexão de Bourdiel é: em que medida as ações tomadas pela diretoria eleita pode refletir os anseios da categoria? E mais especificamente, como a comunicação desenvolvida pela entidade pode refletir as aspirações políticos-sociais do grupo?

Entre as hipóteses apontadas por Bourdiel, há a de ao passar uma espécie de cheque em branco ao mandatário, os mandantes estão se eximindo da responsabilidade de responder sobre questões que, muitas vezes, eles ignoram.

A questão da representatividade é envolvida por uma espécie de “má fé” por parte do que o Bourdieu chama de mandatário. No caso desse estudo, essa representação se dá através da diretoria do sindicato, que, eleita, se transforma em cada um dos membros da base como uma espécie de simbiose, onde o mandatário convencido de sua representatividade solicita, para reforçá-la ainda mais, a manifestação da base. Esta, por sua vez, manipulada – ainda que em prol dos interesses da coletividade – o legitima.

Ao eleger uma diretoria, cada um dos membros da base está automaticamente delegado a esse grupo ou diretamente à figura do presidente, o poder de fazer por ela, pensar e agir, deliberadamente, por ela. Sendo a comunicação um canal sub-utilizado de estreitamento da relação entre base e diretoria e ainda como ampliação da participação de todos os membros, ou da maioria, da categoria nas ações que envolvem os mesmos, é por outro lado, instrumento da ratificação do poder do mandatário. Nesse sentido, se configurado, em muitos casos, com canal meramente de emissão de mensagens quase doutrinárias de um grupo em relação à base.

As assembleias gerais, prática quase inerente aos chamados sindicatos classistas, onde a participação da categoria é solicitada notadamente quando a decisão a ser tomada tem maior gravidade ou maiores implicações, são revestidas de uma pré-legitimação, onde o poder de argumentação dos diretores do sindicato ou de seu presidente assumem em caráter definitivo, já que o mesmo está ali por ser ele mesmo o maior interessado no “bem-estar da categoria”.

Mas parece clara que a delegação de poderes dissimula a verdade das relações de representação já que o grupo e mandatário estabelecem uma relação mútua de condição de existência. O mandatário não existe a não ser para a função de representar o grupo, e esse último precisa do primeiro para ser legitimado pela sociedade, imprensa e principalmente pelos padrões ou sindicatos patronais.

(...) como a usurpação está presente em estado potencial na delegação, como o fato de falar por – isto é, em favor e em nome de alguém – implica a propensão para falar no lugar de, gostaria de abordar as estratégias universais através de quais os mandatários tendem a se autoconsagrar. Para poder se identificar como o grupo e dizer ‘eu sou o grupo’, ‘eu sou, logo, o grupo é’, o mandatário de certa forma tende a anular-se no grupo, doar-se ao grupo, clamar e proclamar: ‘Eu existo somente pelo grupo’. A usurpação do mandatário é necessariamente modesta, supõe a modéstia. Com certeza, é pior isso que todos os dirigentes partidários tem um ar de família. Existe uma espécie de má-fé estrutural no mandatário, que, para se apropriar da autoridade do grupo, deve se identificar com o grupo, reduzir-se ao grupo que o autoriza.(BOURDIEU, 1990:194).

As reflexões elaborada por Bourdieu e aqui colocadas servirão para fundamentar algumas das nossas hipóteses quanto à utilização de veículos de comunicação publicados pelo Sindsef, como veremos a diante.

2.4 Uma sociedade ambientada pela mídia

Antes de entrarmos numa reflexão sobre como as fragilidades do alcance da comunicação no meio sindical estão intimamente ligadas à limitada compreensão dos elementos comunicativos como um instrumento de divulgação das políticas desenvolvidas pelas entidades, e não como elemento transformado, educacional, conscientizador e de democratização das relações da base com o sindicato e de cada cidadão com a sociedade, cabe atentarmos para o tipo de sociedade a que nos referimos. Uma sociedade se não manipulada pela mídia, ambientada por ela.

Aqui não nos cabe uma mera ratificação da influência da mídia nos cotidianos, mas mais que isso na ambientação desses cotidianos. Para tanto, trabalhamos com o conceito defendido por Antonio Albino Canelas Rubim de que vivemos a era da Idade Mídia¹⁰. “Isto é, como uma sociabilidade estruturada e ambientada pela comunicação, especialmente em sua versão midiaticizada” (RUBIM, 2000, p.09).

¹⁰ Para uma elaboração mais detalhada ver: RUBIM, Antonio Albino Canelas. A contemporaneidade como Idade Mídia. Trabalho aceito para ser apresentado no V Congresso da ALAIC. Santiago do Chile, abril de 2000.

O autor identifica alguns requisitos para justificar a utilização do termo que indicam, em boa medida, a pertinência e a sintonia dessa nomeação a uma determinada sociedade. Segundo Rubim (2000), o crescimento “quantitativo da comunicação”, principalmente em sua modalidade midiaticizada, pode ser constatado através de dados como: “a quantidade das tiragens e audiência, dimensão de redes em operação etc”; da ampliação da diversidade dos novos tipos de mídias presentes na sociedade contemporânea “observada através da complexidade da ‘ecologia da comunicação’, das modalidades diferenciadas de mídias existentes e da história recente de sua proliferação e diversificação”; do papel desempenhado pela comunicação como modo crescente de experimentar e conhecer a vida, a realidade e o mundo, “retido através de dispositivos e procedimentos, quantitativos, a exemplo do número de horas que os meios ocupam no cotidiano das pessoas”.

Para o pesquisador, deve-se apontar ainda uma supremacia da cultura midiaticizada sobre os outros circuitos culturais. “(...) a exemplo do escolar-universitário e do popular. Nesse caso deve ser analisada a presença e a abrangência das culturas midiáticas como circuito cultural, que organiza e difunde socialmente comportamentos, percepções, sentimentos, ideários e valores”(RUBIM, 2000: 10).

Rubim (2000) destaca ainda dois aspectos que devem ser considerados na observação da pertinência da utilização do termo Idade Mídia para caracterizar uma dada sociedade, as:

(...)mutações especiais e temporárias provocadas pelas redes midiáticas, na perspectiva de forjar uma vida planetária e em tempo real e o crescimento vertiginoso dos setores voltados para a produção, circulação, difusão e consumo de bens simbólicos, além da ampliação (percentual) dos trabalhadores da informação e da produção simbólica no conjunto da população economicamente ativa. (RUBIM, 2000:10).

É nesse contexto em que estão inseridas as entidades representativas. É com essa sociedade que os sindicatos se comunicam ou tentam se comunicar cotidianamente e, ainda, é

neste ambiente onde são realizadas as disputas de classe e o embate político entre outros trabalhadores e outros setores da sociedade.

2.5 Ode à instituição e o não planejamento da comunicação sindical

Os estudos que realizamos desde o trabalho de conclusão da graduação – quando estudamos o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil do Estado do Ceará e o Sindicato dos Petroleiros do Estado do Ceará – temos observado o caráter intuitivo das políticas de comunicação desenvolvidas nestas organizações sociais¹¹.

Não há ainda uma discussão sistemática da comunicação capaz de dar fim há um panfletarismo e um discurso carregado de clichês que se aproxime da base de forma a não só tornar a mensagem mais compreensiva, mas que a produção dessas mensagens seja mais participativa.

Através dela (a discussão sistemática da comunicação) muitos dirigentes sindicais poderiam ser convencidos mais rapidamente da inoperância dos (...) discurso rançoso, carregado de conceitos ou termos incompreensíveis para a massa de trabalhadores, que muitas vezes fazem parte das suas mensagens (VERDELHO, 1986:87).

A defesa de uma ação comunicativa, fruto do conhecimento profundo da organização em questão e mais da identificação dos seus públicos e das relações possíveis a serem desenvolvidas junto à sociedade, não esta longe da compreensão dos assessores de comunicação sindical e em muitos casos dos próprios dirigentes sindicais, embora, como em nosso objeto de estudo, não se configure como prática cotidiana.

¹¹ Utilizamos aqui o conceito de organização social desenvolvido por Idalberto Chiavenato para quem uma organização é compreendida como uma unidade ou entidade social, na qual as pessoas interagem entre si para alcançar objetivos específicos. Nesse sentido, identificamos a importância do planejamento em comunicação para organização de quaisquer tipos: sejam privadas, governamentais ou ligadas ao terceiro setor.

O planejamento é uma ferramenta indispensável na atividade de assessoria de comunicação. Esta defesa, não apresenta uma mera apologia às atividades pensadas de forma organizada, mas da compreensão de que o planejamento “evita improvisação, oferece maiores possibilidades para a consecução dos objetivos, permite racionalizar os recursos necessários e dá uma orientação básica, capaz de permitir a avaliação de resultados” (KUNSCH, 1986:79).

A comunicação planejada para organizações sociais (empresas públicas e privadas, órgãos de governo, sindicatos, ONG's, entre outros) deve ser entendida como um processo coletivo, onde profissionais de vários setores devem atuar de forma integrada: relações públicas, jornalismo, publicidade, recursos humanos e marketing para executar junto às políticas de comunicação dessas organizações. Esse tipo de trabalho começou a ganhar força nas grandes organizações somente no início dos anos 80 e hoje é largamente utilizado, notadamente na iniciativa privada e em órgãos do governo.(KUNSCH, 1986).

De acordo com Gianotti (1997 e 2000) e Vieira (1996) o movimento sindical ainda está bastante além dessa compreensão mais abrangente do desenvolvimento de políticas de comunicação adequadas à sua categoria, aos seus objetivos específicos, às exigências da sociedade atual. As decisões muitas vezes são tomadas às pressas como se a cada nova alteração de contexto econômico, político ou social, a cada nova decisão do governo ou do patronato fosse pensada uma estratégia pontual, nada mais é do que uma política pautada pelo imprevisto. Em situações absolutamente previsíveis como as manifestações que cercam os períodos de reajuste salarial, - passeatas, utilização de carros de som em frente aos postos de trabalho – as possibilidades de greve – instrumento de luta mais tradicional acionado pelo movimento – ou ainda datas que têm alguma representação simbólica para entidade ou para categoria – aniversário de fundação do sindicato, dia do trabalhador, etc – as ferramentas de comunicação a serem acionadas ou os seus modos de uso não são planejados antecipadamente.

O planejamento, por ser um processo intelectual, onde se determinam conscientemente os cursos de ação, faz com que as decisões tenham sempre como referência os objetivos, os fatos e que as estimativas sejam estudadas e analisadas. Tal análise possibilita selecionar dentre os alternativos cursos de ação os mais adequados, permitindo também uma base para decisões correntes e, de outro lado, presume que causas, efeitos e impactos essas decisões podem provocar no futuro “. (KUNSCH, 1986:54).

Não estamos desconsiderando, é bom que fique claro, as limitações financeiras enfrentadas pelas entidades sindicais que, muitas vezes, têm que direcionar seus recursos para outras ações inerentes à entidade de representação de categorias trabalhistas tais como investimentos em departamentos jurídicos ou na contratação de pessoal para o próprio funcionamento da entidade, em detrimento de investimentos no setor de comunicação.

No entanto, cabe aqui apontarmos que nem sempre é por falta de dinheiro e muito mais por uma compreensão ainda limitada da comunicação que muitos sindicatos não desenvolvem estratégias simples e até de baixo junto à base. Poderíamos apontar, a título de exemplo a não reivindicação de forma eficiente de inserções em rádio e televisão. Há mais de 10 anos, Verdelho (1991) cobrava mais ênfase das entidades que, segundo o autor, parecem desconsiderar que:

O elevado percentual de analfabetismo do país, o baixo índice de leitura e sua extensão territorial, que dificulta sobre maneira a distribuição de qualquer veículo de comunicação impresso, a televisão e principalmente o rádio são fundamentais para a comunicação tanto vertical(das lideranças para as bases) quanto horizontal (da base para a base) entre os trabalhadores urbanos e indispensável para os trabalhadores rurais.” (VERDELHO:1991:14).

Portanto, nessa busca pela mobilização e conscientizar da base, mais especificamente na disputa com as classes dominantes, o movimento se vê amarrado a formatos, suportes e linguagens que por um lado estão superados e não respondem mais a velocidade de informação da sociedade atual e por outro reproduzem o ranço de uma comunicação doutrinadora. Mesmo nos poucos momentos, em que as mídias eletrônicas (rádio, tv e mesmo a Internet) são

acionadas a despeito dos altos custos, no caso das duas primeiras, os recursos estáticos e comunicacionais tendem a ser pouco explorados limitando-se à convocações para manifestação, ou seja, repetindo a prática já demasiadamente utilizada nos veículos impressos.

Nesse sentido tende-se a reproduzir as mesmas estratégias em entidades com características diferentes. As semelhanças de funções ou de público-alvo como no caso de dois sindicatos ou duas Organizações Não-Governamentais não asseguram em nada a adequações de estratégias de comunicação. Os que se observa nas produções sindicais são temáticas, formatos, linguagens, recursos de diagramação similares e em muitos casos iguais.

Não há ainda, por exemplo, uma clara preocupação com a elaboração de pesquisas junto à base. E quando a preocupação existe, dificilmente se configura numa ação propositiva. Os objetivos desse tipo de pesquisa estão ligados a uma identificação de características culturais, demográficas, políticas e de gênero da comunidade e de expectativas da mesma quanto às dificuldades e soluções enfrentadas por elas nos mais diversos espaços de convivência. Em larga medida, sindicatos tendem a ouvir base em assembléias ou nos períodos de eleição, quando da mudança de diretoria. Muito pouco para quem pretende contar com o conjunto da categoria tanto na participação em mobilizações quanto através de contribuições financeiras para manutenção da entidade e subsídio da luta.

Vale ressaltar que, para a realização desses diagnósticos, pode-se utilizar instrumentos adequados à própria realidade de cada categoria. Para além da aplicação de questionários formais, muitas vezes demasiadamente cansativos e ineficazes, pode-se potencializar a realização de reuniões com pequenos grupos, sondagens de opinião e em alguns casos, especialmente com subgrupos dentro da categoria (como aposentados, diretores do sindicato, sindicalizados em cargos de gerência) entrevistas pessoais.

Se dessa forma sinaliza-se para uma melhor identificação de um dos públicos da entidade, no caso a base, outros recursos podem ser utilizados pelas assessorias de

comunicação para diagnosticar a própria entidade e sua representação na sociedade. Entre eles estão: análise de publicações do sindicato, relatórios, manuais e memorandos, repercussão do sindicato na mídia, mensagens enviadas para o sítio da instituição ou ainda e, sobretudo com aplicação de questionários.

Como a nossa defesa é de uma ação planejada no setor de comunicação das entidades sindicais, cabe explicitarmos não só a necessidade da coleta desses dados, mas sua destinação. Nesse caso, voltamos a trabalhar com Margarida Kunsch: “Após o levantamento e a obtenção das informações, temos que determinar quais são as áreas em dificuldades, os problemas ou as situações-problema que estão afetando o conceito e o posicionamento da organização frente aos seus públicos e à opinião pública” (KUNSCH, 1986:83).

Pesquisadores da área da comunicação (KUNSCH, 1986; KOPLIN, 2000) e também de outros âmbitos como administração (KOTLER, 1998; VASCONCELOS, 1982), ciência política e economia apontam ainda um conjunto de variáveis que interfere tanto na elaboração quanto na implantação de políticas de comunicação¹². Essas variáveis acontecem independente da própria organização e mesmo à revelia da mesma, mas interferem tanto em suas atividades diretas como na escolha dos modos de utilização da comunicação.

Para melhor explicitarmos essas variáveis, conforme Kunsch (1986) vamos dividi-las em seis grupos: legais, políticas, demográficas; ambientais; culturais e sociais. Como variáveis legais estamos nos referindo ao conjunto de leis e normas que regulam, controlam, incentivam ou restringem determinadas atividades da organização social. Em Hall (1982), “as organizações precisam conviver com leis federais, estaduais e municipais como constante em seus ambientes (...). A importância das leis é demonstrada pelo staff jurídico e por outros especialistas que constituem uma parte importante de muitas organizações e que são

¹² Aqui entendidas como um conjunto de estratégias de comunicação sugeridas, implantadas e avaliadas a partir do conhecimento prévio da organização social, dos seus públicos e dos recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e especialmente da compreensão de quais os objetivos da organização com a utilização da comunicação no desenvolvimento de suas atividades.

especificamente encarregados de interpretar e proteger as posições da organização”(HALL, apud KUNNSCH ob. cit., 1986:62).

Outro conjunto importante de condicionantes para a atividade de uma organização social são as variáveis políticas aqui entendidas tanto como as políticas desenvolvidas pelo governo federal, estadual e municipal como por partidos políticos, instituições religiosas, forças armadas, associações de classe, empresas multinacionais e estatais, ministérios e sindicatos.

Por variáveis econômicas entendemos e agrupamos o crescimento do Produto Nacional Bruto, taxa de inflação e taxas de juros, estabilidade, arrecadação de impostos.

As relações entre as organizações e as condições ecológicas tornam-se mais evidentes em vista da recente preocupação com o sistema ecológico total. Torna-se cada vez mais claro que as organizações têm efeitos sobre o ambiente, como é abundantemente demonstrado pelas várias dentre elas que poluem e pelas outras que combatem a poluição (HALL, apud KUNNSCH ob. cit., 1986:63).

Os dois últimos grupos reúnem as variáveis culturais e sociais. Nas primeiras estão os índices de alfabetização, o nível de escolaridade, características de orientação educacional, entre outros. Para manter-se em uma relação harmoniosa ou mesmo para garantir um nível satisfatório de inteligibilidade as organizações devem entender e falar a linguagem do seu universo. A defesa da importância das variáveis sociais – que incluem estrutura sócio-econômica, estrutura política, estrutura sindical – se justifica, entre outros aspectos, pela responsabilidade social que as organizações têm ou deveriam ter. Sua capacidade de intervenção, nesse sentido, pode ser ampliada quanto mais elementos ou informações forem possível reunir.

A relevância do planejamento em comunicação – que pode parecer para os que têm uma visão mais tecnicista, instrumentalista e imediatista da comunicação – uma burocratização para ampliação de políticas comunicacionais – está diluída em toda a nossa hipótese. Para explicitar

ainda mais sua importância deixemos claro que esse processo deve ser contínuo e retro-alimentável.

Nos parece claro que mesmo tendo uma caracterização rígida dos públicos que envolvem um sindicato, dos contextos que os cerca, das variáveis que interferem em suas atividades e na produção e distribuição de suas mensagens não existe estratégia de comunicação eficaz por excelência. Por isso, ainda que esteja no fim do ciclo do planejamento, o acompanhamento e análise da adequação das estratégias adotadas são imprescindíveis para o bom funcionamento de ação planejada.

Deixemos claro que não se trata de preterir a ação política, e supervalorizar a comunicação ou mesmo o planejamento. Os conceitos aqui defendidos são para o nosso estudo de caso, que se explicita no próximo capítulo, fundamentais para a sustentação de nossas hipóteses, mas não pretendem tornar burocrática a ação sindical.

3. COMUNICAÇÃO PARA O SERVIDOR E PARA A SOCIEDADE

Optar pelo SINTSEF para discutir o papel da comunicação para a ação sindical não foi difícil. Alguns aspectos como o volume de materiais de comunicação produzidos pela instituição e ainda a existência de um departamento de imprensa solidificado e, em especial, porque nossa abordagem se deu em um momento de transição na comunicação da entidade, foram suficientes.

Desde nossa primeira abordagem, ainda no processo de reconhecimento do nosso objeto de explicitação das nossas justificativas para tal escolha, no início de 2001, identificamos alguns aspectos que tornavam as experiências no setor de comunicação vivenciadas pelo SINTSEF um cenário ideal para nossa análise. Fundada em 1989, a entidade sempre investiu numa mão-de-obra especializada encarregada pelo setor de comunicação. Nossa chegada coincidiu com o momento em que as estratégias acionadas pela assessoria de imprensa passavam por uma mudança de diretriz.

Desde 1998, o sindicato funcionava sistematicamente com a produção de um jornal e de um boletim, além das atividades cotidianas de envio de releases e acompanhamento da cobertura da mídia local de temas relacionados com a categoria e com o sindicato.

Mesmo identificando como fundamental o papel da comunicação para a ação sindical, os depoimentos colhidos nas conversas com diretores e profissionais de imprensa da entidade apontaram, de antemão, as limitações do setor no sindicato. As reflexões feitas durante as entrevistas, no entanto, configuraram-se como um importante material para a compreensão da comunicação sindical, suas limitações e, sobretudo, suas contradições. O coordenador geral da entidade, Edson Miranda Borges, sinaliza para a visão do sindicato sobre comunicação, ou melhor, sua visão sobre a questão.

O papel da comunicação é fundamental para essa crise que nós estamos vivendo hoje. Eu acho que nós só conseguiremos reverter a crise se tivermos aliado à ação política uma ação de comunicação muito eficaz de está conversando com a base. Mesmo entre os próprios dirigentes você tem muito pouco diálogo. E o diálogo é fundamental nesse momento. E aí se você tiver diálogo entre essas correntes que compõem o sindicalismo hoje no Brasil, pra poder chegar ao objetivo... qual é o objetivo que nós temos? Porque também tem essa falta de objetivo do movimento sindical hoje. Então nós vamos construir isso através da comunicação, através do diálogo. (BORGES, 2001).

Com um departamento de comunicação consideravelmente bem estruturado, - seguramente um destaque na comunicação sindical feita no estado – o SINTSEF conta hoje com uma equipe de dois jornalistas e dois estagiários¹³. Desde de 1995, trabalhando como assessor de imprensa da organização, Ney Sá que atua nesse mercado há mais de 15 anos, aponta sua análise sobre o mercado baiano em comunicação sindical.

Em 83, você poderia contar nos dedos os sindicatos que tinham ou que pensavam em assessoria de comunicação. Hoje todo sindicato, se não tem uma assessoria de imprensa permanente tem alguém prestando serviços para fazer sua comunicação, minimamente um jornalzinho, um boletim, alguma coisa que faça essa interface entre a direção da entidade e sua base. (SÁ, 2002).

O jornalista defende que há uma especificidade da atuação do profissional de comunicação em sindicatos. Uma particularidade que exige tanto modos específicos de comunicar como um conhecimento técnico que vai além da mera produção de textos.

Na imprensa sindical a assessoria não tem o mesmo recurso de uma empresa de comunicação, então ela é formada normalmente por um assessor ou dois se o sindicato for maior. E a finalidade do sindicato não é produzir informação, é fazer a representação de uma determinada categoria. Então, neste sentido, o sindicato tem uma abrangência diferenciada. Produzir comunicação é uma das atribuições e não necessariamente isso é prioritário. Uma boa parte dos sindicatos não tem nem recursos para se investir numa assessoria de imprensa como deveria, embora, toda atividade sindical tenha necessidade de uma – mesmo que eles nem saibam disso. Uma boa parte deles não tem nem noção do que é uma assessoria de imprensa sindical. Um jornalista de comunicação sindical tem atribuições diferenciadas, é eles quem faz o levantamento da

¹³ A formação foi ampliada também no decorrer do nosso estudo. Até fevereiro de 2002, a entidade tinha apenas um jornalista e dois estagiários. A chegada do segundo profissional e as mudanças nas publicações produzidas pela entidade estarão nas próximas páginas.

pauta, pensa um pouco as necessidades da categoria, tem necessidades de compreender como se organiza politicamente aquela entidade. O que diferencia também a comunicação sindical de qualquer outra empresa que produza (...) informações ou bens de consumo é não ter como finalidade o lucro. O lucro do sindicato é estar representando bem a categoria, é estar chegando ao seu associado com uma mensagem importante para ele. É estar atento às demandas jurídicas e demandas políticas, estar cumprindo o papel organizativo permanente. (SÁ, 2002).

Nem sempre a importância relevada na fala do sindicalista e do assessor de imprensa é compreendida pelo conjunto da organização: sua diretoria, funcionários e categoria. Numa relação de disputa pelo direcionamento de recursos da entidade está, por exemplo, o departamento jurídico. Do total de R\$ 90 mil arrecadados pelo sindicato, mensalmente, através de contribuição voluntária dos associados, apenas cerca de 5% é investido em comunicação. Aqui estão incluídos os gastos com salários, impressão de material, assinatura de periódicos e realização de campanhas esporádicas¹⁴.

Existe uma demanda muito grande do departamento jurídico e você tem que trabalhar com a base, inclusive através da comunicação, pra poder romper isso. Nós costumamos dizer que se não tomarmos cuidado o jurídico acaba abocanhando todo o sindicato. Ai o sindicato vai virar um grande escritório, um grande balcão. (BORGES, 2001).

Com 11.453 associados, segundo o banco de dados da entidade, o SINTSEF já viveu em vários momentos o embate sobre a necessidade de investimentos maciços no setor de comunicação. A compreensão de uma ação contínua e não instrumentalizada dos processos comunicativos estão ainda longe de ser compreendida. Nesse sentido, Edson Miranda defende que a interlocução da entidade seja com a sociedade e não com a categoria, como pensa a maioria das direções sindicais. A abrangência de temas, de formatos e da própria distribuição, na sua defesa, deve tentar se aproximar da população que utiliza os serviços realizados por

¹⁴ Nos períodos de campanha salarial esse percentual cresce bastante. Nesse momento, são acionadas estratégias que não fazem parte do cotidiano da entidade como outdoor, inserções em rádio e televisão.

esses trabalhadores. Sob o risco de serem dados como verdades incontestáveis às associações de trabalhador incompetente e ineficaz.

Acho que isto é uma construção. Para nós construirmos essa comunicação, evidentemente não significa que vamos ter que romper com uma série de ranços, uma determinada cultura, um determinado hábito no movimento sindical. Internamente, esse hábito, essa cultura é que dificulta essa interlocução com a sociedade, para o outro. O movimento sindical, infelizmente, ainda não descobriu esse papel de comunicação com o outro. Eu me comunico comigo mesmo, com o outro servidor, o outro dirigente sindical, mas não me comunico com o outro, a sociedade como um todo.(BORGES, 2001).

Ainda para identificar a compreensão da organização ou de alguns de seus membros sobre a comunicação cabe um apontamento sobre a difícil relação entre a assessoria de imprensa de um sindicato classista e a mídia. O capital político-ideológico decorrente do controle direto ou indireto de parcela significativa da mídia pelo grupo carlista na Bahia que torna ainda mais complicada a inserção nos veículos de comunicação local, como vimos na quase insignificante penetração do SINTSEF nos dois principais veículos impressos do estado limitando-se ao período de greve. “(...) fica parecendo que a gente só trabalha no período da greve.”(BORGES, 2001).

O grupo de comunicação controlado pela família de Antônio Carlos Magalhães é bastante impermeável às notícias do movimento sindical, pra você ter notícia de alguma questão sindical na Tv Bahia ou no Correio da Bahia, por exemplo, é muito difícil. Esses veículos quando dão alguma notícia é com certas incorreções, às vezes, até certas deturpações. No restante dos veículos, aqueles que não são controlados pela família de Antônio Carlos Magalhães a história já é outra. Quando existe alguma coisa que tem o interesse público, gera um impacto na sociedade, não só do sindicato, os meios de comunicação abrem espaço para informar esta questão. (Sá, 2002).

Sá (2001) pondera ainda sobre a exigência de uma atividade técnica no direcionamento das estratégias de comunicação a serem ativadas em uma organização social com características tão peculiares quanto um sindicato. Para o jornalista, é uma linha tênue que

diferencia afinidade de compromisso com a causa. Uma leitura muitas vezes feita de forma equivocada pelas diretorias sindicais.

(...) é muito comum mesmo para um jornalista que esteja exercendo uma atividade exclusivamente profissional não compactuar 100% com aquela ideologia, mas é importante que ele tenha capacidade de fazer esta diferenciação porque se não você mistura o que é necessário fazer do ponto de vista profissional e do ponto de vista da militância”. (...) é importante que um jornalista que esteja atuando em numa entidade de classe, tenha uma afinidade, a melhor possível, com o que está propugnando aquela entidade porque do contrário é você vender força de trabalho, você não faz uma reflexão sobre o seu papel enquanto ator social. Porque o jornalista é um ator social importante que trabalha com a formação de opinião e essa reflexão ele faz enquanto pessoa. (SÁ, 2001).

Ainda numa tentativa de traçar um mapeamento de concepção da comunicação sindical para o SINTSEF e seu assessor de imprensa fazamos uma diferenciação central entre a atividade sindical e a comunicação da entidade. É imprescindível que se pontue que o estudo aqui apresentado, mesmo valorizado a influência da comunicação para a disputa de poder entre trabalhadores e a classe patronal, e ainda para uma identificação da sociedade com as entidades classistas, não pretende minimizar as atribuições específicas do sindicato ou de colocá-las submetidas à comunicação. Nesse sentido concordamos com as reflexões de Ney Sá:

(...) um diretor de sindicato é essencialmente um ator político. Ele entende as relações de trabalho que estão colocadas naquele jogo porque a ação do sindicato é eminentemente política. Então o diretor do sindicato tem que entender o papel dele do ponto de vista de negociação, de representação, de organização, de mobilização, das possibilidades que ele tem de conduzir esta categoria dentro de uma determinada linha de ação política para obter resultados que consigam levá-la a uma condição de trabalho melhor, uma condição salarial melhor, enfim, a uma condição de vida melhor. O objetivo do sindicato é melhorar a condição de vida da categoria que ele representa. É neste emaranhado que a comunicação exerce o papel de organizar conteúdos e de balizar ações políticas. Porque quando a comunicação sindical existe dentro de uma relação de negociação entre partes, significa que você tem informação circulando, ou seja, você tem uma categoria que está informada sobre o que se passa nas relações entre patrão e empregado, o que é responsável até pelo nível de mobilização que esta categoria é capaz de adquirir (SÁ, 2001).

Assim, para o jornalista, diminui-se a possibilidade de uma categoria meramente conduzida (dirigida) pela figura do mandatário, descrita por Bourdieu no primeiro capítulo desse estudo. A desinformação e a não compreensão das funções sociais de uma entidade representativa ou de seus diretores, dão margem a uma falsa expectativa e ainda a uma participação alienada no movimento sindical.

A liderança é quem vai cumprir o papel de apontar os caminhos e uma categoria informada terá condições até de interferir nas decisões que esta liderança toma. (...) porque a categoria quando entrar em qualquer tipo de ação seja ela uma paralisação, ação de protesto, reivindicação, ou simplesmente uma manifestação qualquer, até mesmo uma greve, ela não entra porque alguém está induzindo, mas porque compreende a importância daquele momento que ela está vivendo. (SÁ, 2001).

Aqui, o jornalista sinaliza para outra peculiaridade da comunicação realizada em sindicatos e ressalta a importância desse representante eleito pela categoria e a relação de intermediação realizada cotidianamente pelo comunicador nesses casos, ora com uma atividade essencialmente técnica, ora desempenhando uma intervenção política.

Ele (o jornalista em sindicatos) tem que ter a visão de que, quando você faz assessoria para uma entidade que representa uma categoria você está fazendo assessoria para uma parcela da sociedade que tem linhas de pensamento múltiplas.(SÁ, 2001).

Uma multiplicidade que exige um esforço jornalístico tanto por se tratar de uma parcela em muitos casos politizada, como os servidores públicos federais, quanto por se tratar de uma mensagem que pretende mais do que informar.

3.1 Mudar (ampliar) era preciso

No início de 2002, o SINTSEF optou por uma ampliação no seu departamento de comunicação e uma mudança no teor de suas publicações. O jornalista Marcílio Rocha chegaria com duas novas propostas que daria um novo norte á comunicação da entidade. A publicação de um jornal bimensal com abordagem de temas sociais, culturais e comportamentais e ainda a publicação de um boletim diário com a cobertura de fatos cotidianos da categoria e da entidade. As duas publicações, a saber: De A a Z e Via Direta estão no centro da nossa pesquisa sobre elas nos debruçaremos mais adiante.

Até o início de 2002, dois veículos eram produzidos pela entidade – o Boletim SINTSEF e o Jornal SINTSEF – e a diferença entre esses órgãos estava essencialmente no formato e no tipo de abordagem.

Temos um boletim, que não tem uma periodicidade. Temos também um jornal que aborda os assuntos com maior profundidade. O boletim é aquela coisa mais imediata. Se houver necessidade, nós podemos soltar até dois, três exemplares por semana. O jornal também tem uma periodicidade indefinida. Quando nós estamos aqui, em 98, nós demos uma cara nova para o jornal, mas não ganhou periodicidade. O boletim pode ter uma página frente e verso e o jornal pode ter oito. (BORGES, 2001).

Segundo Ney de Sá, o jornal, que teve sua última edição em junho de 2001, cumpria o papel de documentar, de mostrar as campanhas de uma maneira mais ampla, de abordar um grama de assuntos maior e de passar para a categoria as ações que o sindicato desenvolvia. “Fazer uma comunicação de uma perspectiva mais ampla de informação e resgata ações que foram desenvolvidas pelo sindicato num período mais longo”(SÁ, 2001). Já o boletim tinha uma característica mais pontual, com poucos assuntos e tinha o papel de fazer uma mobilização pontual, especialmente nos períodos de campanha salarial. O boletim tem um papel diferenciado, mas, para o jornalista, buscar dar conta de cobrir o jornal do SINTSEF.

Sobre as temáticas enfatizadas nos periódicos Edson Borges pontua:

Ainda substancialmente a temática corporativa, o que não é o objetivo nosso. Nós queremos um jornal que a gente possa (...) ampliar mais a comunicação com a sociedade, mas infelizmente a temática ainda é predominantemente corporativa: a questão dos servidores públicos, as questões salariais. Nas temáticas, o boletim e o jornal não se diferenciam. Primeiro porque pra gente construir um jornal que ampliasse mais a comunicação, nós precisaríamos ter uma equipe bem maior aqui no sindicato e nós só temos um jornalista e dois estagiários. Nós precisaríamos ter uma equipe maior, e para isso, precisaríamos ter recursos pra contratar, pra ter recurso você precisa redirecionar toda a atividade do sindicato. (BORGES, 2001).

A perspectiva da diretoria, ou mais precisamente de seu coordenador geral, se ampliada sobre o tema. As necessidades de uma categoria com características tão específicas quanto o servidor público federal exigia mais de uma entidade representativa no Brasil, cerca de 350.000 pessoas trabalham no governo federal e a maioria delas não teve nenhum reajuste nos últimos sete anos. A média salarial está na faixa de R\$ 600 e não tem concurso em determinados órgãos há 20, 30 anos. Uma categoria envelhecida, na maioria dos casos, sem qualificação e sem reciclagem, com uma série de dificuldades, problemas psicológicos, alcoolismo. Um cenário de desestímulo. Os órgãos públicos estão desmontados, sem política pública, sem recursos para investimentos. “O pessoal sai para o trabalho, fica ali na mesa o dia todo, não tem o que fazer”. (BORGES, 2001).

Nessa perspectiva inevitavelmente a própria relação com a sociedade fica fragilizada e a comunicação poderia funcionar como ferramenta de interlocução não só da diretoria com a sua base, mas da categoria com a sociedade.

3.1.1 Em via (única) direta

O SINTSEF lançou, no dia 05 de março de 2002, boletim diário para a sua categoria. O informativo “Via Direta” foi uma das idéias do jornalismo Marcílio Rocha, na sua chegada à entidade, para a execução do projeto De A a Z. Não dava para a categoria propor uma

publicação cultural e se afastar da informação cotidiana, dos textos de caráter mobilizador e que não estivesse presente no dia-a-dia do servidor.

(...) nós tomamos a decisão de fazer o boletim diário e isso foi um marco. Fazer um boletim diário com informações mesmo da categoria, inclusive teve um questionamento muito forte que eu fiz aqui, interno, que a gente tinha que partir de fazer jornalismo para os sindicatos e não discurso para os trabalhadores porque os informativos eram muito voltados para o discurso, discurso ideologizado e cadê a notícia? Não tem notícia. Então a forma de se ter notícia é através do boletim diário, obriga o jornalista a sair do comodismo de fazer discurso e ir atrás de informação, porque ele não pode ta todo dia fazendo discurso....(ROCHA, 2002).

O boletim é distribuído para todas as repetições com servidores públicos federais através de fax e para os associados cadastrados, também via e-mail. A distribuição é feita nos postos de trabalhos pro associados responsáveis por fazer as cópias em xerox e entregá-los ao servidor na ativa. O boletim também tem um link na homepage da entidade, mas durante suas primeiras trinta primeiras edições, a qual se detém nossa análise, a atualização foi atalhada e em muitos dias inexistentes. Embora o sindicato não tenha feito nenhuma pesquisa de recepção com os associados¹⁵, alguns sinais já foram dados sobre a novidade:

Nós já procuramos aferir o resultado disso. De 0 a 10, em 4 meses, eu dou nota 5, mas tem gente...o Edson mesmo (ouviu) visitando os setores que já disseram que dava nota 8 pela reprodução. Eu acho que ainda não estamos montando um banco de dados de e-mail da categoria que ainda não tem. A minha proposta é que a gente faça o sorteio de um carro pra quem abrir um e-mail. Fazer uma coisa bem ofensiva mesmo: “abra um e-mail e concorra a um carro”, porque a gente tendo esses e-mails o servidor vai receber o boletim do sindicato em casa e nós também teremos um veículo excelente de comunicação, que é o veículo eletrônico através da internet. Então nós estamos em discussão porque eles acham que uma parte da categoria não vai poder ter e-mail, não tem essa cultura ainda, e que vai discriminar, o sindicato vai sofrer críticas e tal...mas a minha posição é firme. Então, o boletim vai por e-mail e vai pelo fax, nos setores ele é reproduzido e pregado nos setores. Reproduzido de modo de mão em mão mesmo. Tem lugares que ele está em 100% de alcance, lá em Itabuna, por exemplo. Onde tem diretores mais

¹⁵ Desde a fundação do Sintsef, 1989, nenhuma pesquisa em profundidade foi realizada, “Temos uma, mais sem uma metodologia correta, direi até que com pouco profissionalismo, porque para você poder fazer uma pesquisa dessa é preciso envolver profissionais da área, que depois possam tabular, sistematizar esses dados...e isso é feito de uma forma muito precária, às vezes, feita pelos próprios dirigentes aqui do sindicato”.(Borges, 2001).

ativos, xerocam logo o boletim e passam para todo mundo, inclusive quando não chega o pessoal já fica cobrando, já fica pedindo. Só houve um atraso de um dia em 4 meses, portanto a gente ta conseguindo criar uma cultura de comunicação diária com eles e aí junto com o informativo De A a Z a gente vai conseguindo diversificar pra outras coisas. (ROCHA, 2002).

O Via Direta é uma publicação de uma página, em formato A4, frente única. Em seu editorial de estréia com o título: “Boletim diário: mais rapidez na comunicação”, a publicação explicita seus objetivos e convoca a base a colaborar com a eficácia do informativo, ou seja, assegurar uma maior agilidade à produção e emissão de informações da categoria.

A direção do SINTSEF decidiu implantar boletim diário para seus associados para dar mais agilidade à comunicação. O informativo, que ganhou o nome de Via Direta, vai ser transmitido diariamente de Segunda à Sexta, através de Fax e E-mail para os setores de trabalho da categoria, em Salvador e no interior do Estado. Os associados poderão também recebe-los em sua própria casa, desde quando cadastre seu e-mail na Assessoria de Comunicação do Sindicato com Ricardo, à tarde. Para assegurar o sucesso do boletim, é fundamental a mobilização dos delegados de base e dos associados na sua divulgação e reprodução em casa local de trabalho. A categoria também pode participar da sua elaboração, remetendo textos para nossa Assessoria”. (Editorial, Via de Direta, 05 de março de 2002).

As contradições entre as aspirações da direção da entidade, quando do lançamento do veículo, e ainda os seus modos de produção e as rotinas desenvolvidas em suas produções estarão explicitados a seguir e servirão como fundamentos para a defesa de nossas hipóteses.

3.1.1.1 Do fato à notícia – das construções das pautas

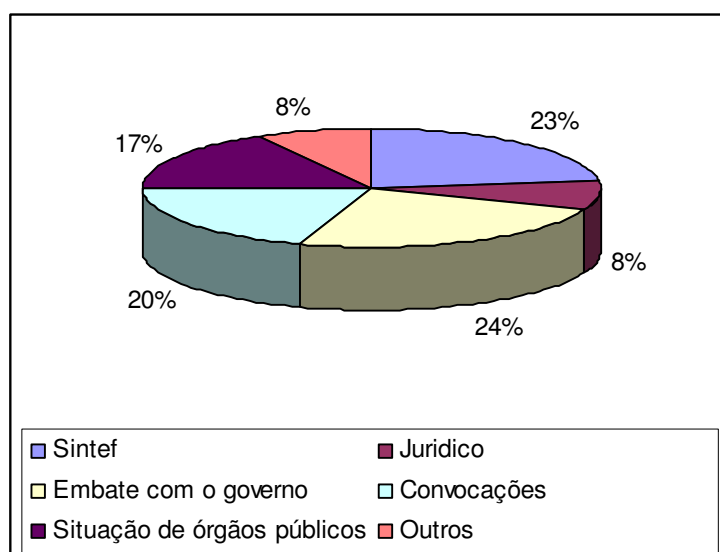
Para efeito de nossa investigação procuramos identificar nos trinta primeiros exemplares publicados, entre 05 de março e 17 de abril de 2002, quais as temáticas abordadas na publicação e quais as falas são acionadas, como fontes, na construção dos textos. O objetivo é identificar se os desafios traçados pela publicação pro ocasião de sua implantação se configuram como reais ou se havia sido ao menos sinalizados já que compreendemos que nas

primeiras edições ainda há um processo de identificação do público leitor com a publicação e, portanto, trata-se ainda de uma construção do modelo ideal.

Classificamos em seis grupos os assuntos abordados na publicação:

- a) SINTSEF – atividades promovidas pela entidade como: cursos, palestras, convênios, campanha salarial e ainda uma matéria sobre contribuição sindical.
- b) Departamento jurídico – informações que tramitam ou que já tiveram um desfecho vitorioso ou não na Justiça.
- c) Situação de órgãos públicos – reuniões, paralisações específicas de um órgão, denúncias e extinção.
- d) Convocações – chamadas para participações em reuniões, manifestações e greves promovidas pela entidade ou pela CUT.
- e) Embate com o governo/política – denúncia e cobranças feitas ao governo e ainda casos de corrupção
- f) Outros: homenagens, dados históricos, informações de outras categorias, dados do Diesse e política internacional.

Após análise da publicação chegamos aos seguintes dados. Nosso universo total é de 71 textos/matérias publicados nas trinta primeiras edições. A cada edição a quantidade de textos variava entre 2 e 3, podendo ter apenas um tema ou até três a cada dia.

Gráfico 1 - Estatística dos Temas Abordados Via Direta**Quadro 1 – Estatística dos itens abordados Via Direta**

Temas	Quantidade de textos
SINTSEF	16
Jurídico	6
Embate com o governo	17
Convocações	14
Situação de órgãos públicos	12
Outros	6
TOTAL	71

A maioria dos assuntos relacionados na publicação foi classificada como SINTSEF.

A observação, embora pareça óbvia, já que se trata de uma publicação de caráter institucional, dissimula uma outra vocação explicitada pelo boletim que é a restrição de assuntos. Se observarmos a categorização que fizemos menos de 20% das matérias discutem assuntos fora do eixo sindical, ou mais precisamente fora do Sintisef.

Embora estivesse trabalhando com a atividade jornalística desenvolvida nos grandes meios de comunicação de massa, utilizaremos as observações feitas pelo sociólogo norte-americano Warren Breed a respeito das influências determinantes que a organização

desempenha sobre o trabalho do jornalista. Numa tentativa de analisar em que medida a comunicação sindical reproduz as lógicas de seleção e publicação da notícia dos grandes meios.

No estudo considerado um clássico das pesquisas em jornalismo intitulado “Controle Social da redação: uma análise funcional”, Breed grifa a importância dos constrangimentos organizacionais sobre a atividade profissional do jornalista e “considera que o jornalista conforma-se mais com as normas editoriais da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele ou ela tivesse trazido consigo” (BREED, 1955/1993, apud TRAQUINA, 2001:74)

Breed sublinha que os pontos de vista da direção da empresa jornalística chegam a controlar o trabalho do jornalista *au fil du temps* (ao longo do tempo), sobretudo por um *processo de osmose*. Assim, na teoria organizacional, a ênfase está num processo de socialização organizacional em que é sublinhada a importância de uma cultura organizacional, e não uma cultura profissional. (TRAQUINA, 2001:72).

Esse conformismo para Traquina (2001) pode ser reflexo de vários fatores vivenciados no cotidiano da atividade jornalística. O receio de sanções e punições e o apego ao posto de trabalho; os sentimentos de obrigação e de estima em relação aos superiores; as aspirações por cargos e salários de maior destaque e valor; o prazer pela atividade, tida para muitos como um labor intelectual e, por vezes, lúdico. Nesse caso, cabe pontuar a vaidade que envolve a profissão. “Os jornalistas estão próximos das grandes decisões sem terem de as tomar; tocam no poder sem serem responsáveis pela sua prática” (BREED, 1955/1993, apud TRAQUINA, 2001:74).

Durante nossa investigação observamos que os planos de uma atividade jornalística cotidiana pautada na notícia, na busca de informações na saída da prática fácil do texto produzido via telefone, Internet ou pelas informações que chegam à redação não se deram de forma eficiente. Da definição das pautas às falas acionadas nas trinta primeiras edições do Via

Direta¹⁶, o que se observa é ainda uma camisa de força e uma concentração de poder na diretoria da entidade e no próprio departamento de comunicação, o que no caso específico da comunicação em sindicatos, configura-se como uma contradição com as origens da imprensa sindical que se caracterizava e ainda se caracteriza por uma participação coletiva na elaboração, produção e distribuição de seus veículos.

Na escolha dos temas a serem abordados, por exemplo, o coordenador geral da entidade traça o percurso entre o fato e a publicação da notícia e questiona o papel do jornalista sindical.

A diretoria e o coordenador de imprensa sentam, vêem as demandas que aparecem no dia-a-dia do jurídico, da formação, dos aposentados...Essas pessoas encaminham o caso à comunicação e a temática a gente senta com o jornalista, discute mais o menos qual será o foco o que é que deve ser dado mais enfoque na edição do jornal, dos boletins. (BORGES, 2001)

O trajeto descrito pelo sindicalista e também por autores como Momesso (1994) e Figaro (1993) evidencia uma prática acomodada dos jornalistas em sindicatos. Na perspectiva descrita e também observada durante nossa pesquisa, é grande o controle que a diretoria do sindicato exerce sobre a comunicação, sobre os veículos publicados, especialmente no que se refere aos seus conteúdos.

Borges (2001) chega a considerar a liberdade de jornalistas nos grandes meios superior a exercida na comunicação sindical.

No sindicato existe um limite rígido por parte das pessoas que representam as correntes políticas dentro do sindicato e os jornalistas terminam se enquadrando nessa coisa, expressando esse rigor, fazendo muito aquela análise superficial, muito ideológica das temáticas... Deveriam ter mais liberdade para trabalhar determinados temas ou não utilizam muito essa liberdade porque é mais cômodo, ou porque é um vínculo que se cria, que se criou, uma dependência (BORGES, 2001).

Algumas dessas limitações, ou como definimos acomodação, do profissional de comunicação em sindicatos podem ser exemplificadas através da seleção das vozes que

¹⁶ Ainda falaremos especificamente das fontes utilizadas pelo veículo.

aparecem nas publicações da entidade, como veremos a seguir, tanto no boletim Via Direta como no jornal de A a Z.

3.1.1.2 Das falas acionadas

Ainda dentro de uma investigação mais apurada do veículo Via Direta, procuramos identificar em que medida a publicação assegura um espaço de ampla participação da categoria no que diz respeito às vozes mencionadas em suas edições.

Aqui trabalharemos com os estudos que teorizaram o jornalismo no século XXI quanto ao acesso à mídia. Dividimos as formas como as falas chegam ao jornal em três grupos: 1) o acesso habitual, 2) o acesso disruptivo e 3) o acesso direto. (MOLOTCH e LESTER apud TRAQUINA, 2001:101).

No primeiro grupo, estão reunidas o que se convencionou chamar as fontes autorizadas. Aquela que por ocupação de um cargo importante é automaticamente classificada como voz reconhecidamente pertinente e ganha o chamado *acesso habitual*. Assim, por exemplo, parte-se sempre do princípio de que o presidente dos Estados Unidos diz coisas ‘importantes’. “Esta importância é tida como certa, e, um repórter de Washington que aja segundo pressuposto contrário perderá provavelmente o emprego”. (TRAQUINA, 2001:102).

Uma leitura mesmo que superficial dos veículos de comunicação aponta para uma “preferência” da comunidade jornalística pelas fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade. “Presume-se que essas fontes sejam mais credíveis, quanto mais não seja porque não podem permitir-se mentir abertamente e porque são também consideradas mais persuasivas em virtude de as suas ações e opiniões serem oficiais”. (GANS, 1979:130, apud TRAQUINA, 2001:105). Nesse caso vale mais o que se é do que se sabe.

Ainda trabalhando com a perspectiva de uma credibilidade oficial, apontamos um outro forte fator de seleção das fontes a serem acionadas, que é produtividade. Aqui se concentra uma das mais importantes razões da prevalência das fontes institucionais, já que elas fornecem

matérias e dados suficientes para fazer a notícia, minimizando o labor do trabalho investigativo ou, em muitos casos, a simples necessidade de ouvir mais de uma fonte. Se já se tem os dados oficiais e a fala oficial, o quê mais se precisa?

A produtividade associa-se não só à quantidade e à qualidade de materiais que uma fonte é capaz de fornecer, mas também à necessidade que os jornalistas têm de limitar – em igualdade de condições – o número de fontes a consultar, de fora a não ter custos demasiado elevados e prazos demasiado dilatados. (TRAQUINA, 2001:106)

Um outro grupo de fontes, trabalhando pelos autores, representa os modos de como os movimentos sociais e populares investem nas suas penetrações na comunicação de massa. *O acesso disruptivo* (MYERHOFF, 1972 apud TRAQUINA, 2001:106) explora a promoção de fatos espetaculares, explorando os critérios de noticiabilidade, considerando sua contribuição fundamental para a experiência pública e tentando quebrar as barreiras políticas e econômicas impostas à sua penetração nos veículos de comunicação.

Eles têm de fazer notícias, entretanto em conflito, de qualquer modo, com o sistema de produção jornalística, gerando a surpresa, o choque ou um qualquer forma latente de ‘agitação’. Assim, os poucos poderosos perturbam o mundo social para perturbar as formas habituais de produção de acontecimentos. Em casos extremos, reúnem-se multidões num local inapropriado para intervir no plano diário de ocorrências e acontecimentos. “Essas atividades constituem, de certa forma, acontecimentos anti-rotina”. (MOLOTCH e LESTER, 1974/1993, apud Traquina, 2001:102).

Sob essa lógica, movimentos como o *Greenpeace*, no mundo inteiro e o Movimento Sem Terra, no Brasil, têm conseguido espaço considerável na mídia, embora insuficiente, na mídia, reconhecimento social¹⁷.

Os autores categorizam ainda o *acesso direto*. Nesse caso, “ é reservado aos próprios jornalistas que exercem um poder na capacidade de determinar que reportagens ou trabalhos de

¹⁷ Sobre o MST e sua relação/representação na e com a mídia ver “Campos em Confronto: a terra e o texto”, de Christa Berger. Editora da Universidade/UFRS, 1998)

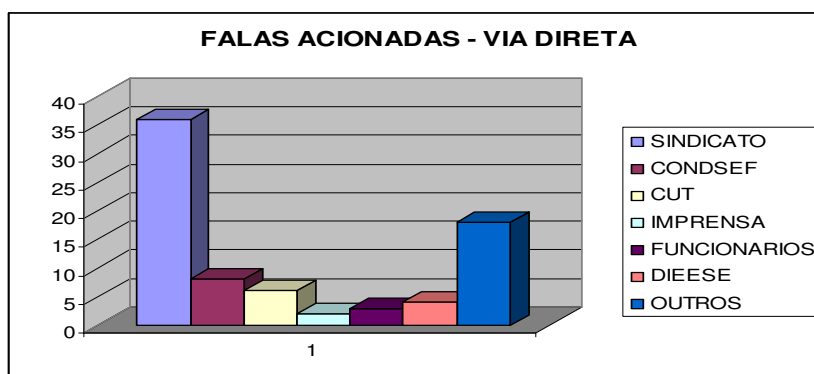
investigação jornalística pretendem desenvolver” (TRAQUINA, 2001:102). Assim, o acesso habitual se configura como uma indicação da forte concentração de poder dos repórteres e editores de jornal.

No caso do boletim Via Direta, mesmo tendo sido pensado para atuar como veículo de comunicação aberta, onde diretores, base e também atores da sociedade, como atividades ligadas à categoria ou de interesse da mesma poderiam ver suas falas e textos publicados, observou-se uma concentração na escolha das fontes.

Identificamos cinco tipos de fontes no veículo, o próprio SINTSEF, o Conselho Federal de Servidores Públicos Federais (Condsef), a CUT, o Diesse, Funcionários (de órgãos públicos, ou seja, a própria categoria) e um conjunto de matéria de fontes indeterminadas que classificamos como Outros.

Assim, chegamos a um retrato das falas que aparecem no Via Direta.

Gráfico 2 Falas Acionadas Via Direta



A preferência pela fala oficial ou de instituições foi claramente identificadas nas trinta primeiras edições do veículo. A maior concentração das fontes está no próprio SINTSEF, e como ressaltamos, também na análise das escolhas dos temas. Isso não é em nada surpreendente.

Nos casos de não identificação de fontes são feitas análises do cenário político, econômico e social do Brasil e do mundo. Aqui os textos voltam se assemelham aos discursos

(enfadonhos) típicos do jornalismo sindical, que misturam informação (em pouca medida), interpretação e análise dos fatos. Embora opinativos, os textos não aparecerem assinados. Um dos exemplos é a matéria publicada na edição de número 28, de 15 de abril de 2002, intitulada “Povo reage à tentativa de Golpe Militar na Venezuela”.

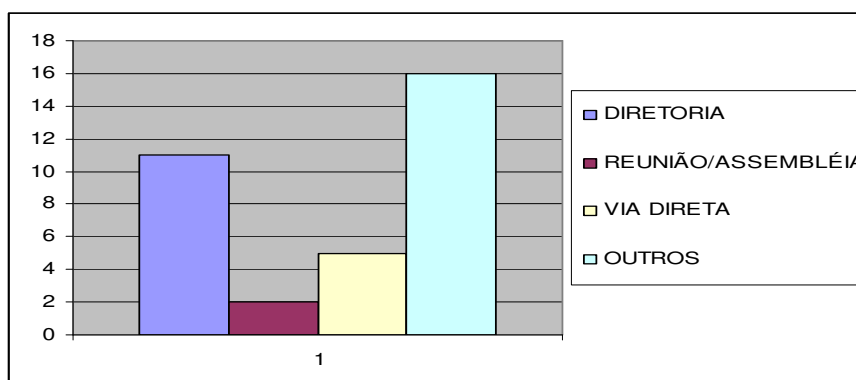
O último final de semana foi de intensa mobilização para o povo venezuelano. Na semana passada o Comando Militar daquele país tentou forçar a renúncia do presidente Hugo Chaves, eleito no ano de 2000 pelo voto popular, para um segundo mandato de seis anos. Chegaram empossar no cargo o empresário Pedro Carmona, mas as manifestações populares nas ruas de Caracas e por toda a Venezuela, além da reação internacional, em especial dos países da América Latina, forçaram o retorno de Chaves à presidência da América Latina na madrugada do domingo passado. A tentativa de golpe tem certamente por trás interesse, do FMI, que quer manter o domínio sobre toda a economia da América do Sul, e do governo norte-americano de Bush, que precisa do petróleo da Venezuela caso a crise no Oriente Médio se aprofunde. (Via Direta, nº 28, 2002).

Procuramos identificar que grupo de fontes estão no conjunto de vozes ligadas à entidade e verificamos que a própria diretoria é figura presente em quase 100% das edições avaliadas. E em segundo lugar estão as matérias alusivas ao Via Direta, como as convocações para envio de textos, campanhas de cadastramento de *e-mails* para recebimento das edições *on line* ou ainda a própria caracterização do veículo quando do seu lançamento.

Façamos logo uma pontuação fundamental para a sustentação da hipótese de que há uma demasiada concentração do poder de decisão sobre as publicações produzidas pelo Sindsef e que, em larga medida, são reproduzidas as rotinas jornalísticas e as relações verticalizadas como o público, praticadas pelos meios de comunicação de massa. Em primeiro lugar, nos dois momentos em que a categoria é convocada a falar na publicação, os personagens são também fontes oficiais. De um lado, na edição de 15 de março, Vilmondes Olegário da Silva, presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do outro, na edição de 26 de março, o depoimento é de Danilo Mário Correia que, além de funcionário do Departamento nacional de Pesquisa Minerais (DNPM), é diretor da entidade.

Portanto, não existe a figura da base entre as fontes do Via Direta, O que já se revelou nas temáticas, em que, por exemplo, um dos grupos mais importantes da categoria que são os aposentados¹⁸ aparece três vezes na publicação. A primeira delas é sobre a campanha de recadastramento da entidade que sofre com o volume de endereços errados. No caso dos aposentados o índice de devolução de correspondência é em torno de 5% (ed. nº 11, 19/03/2002). As outras duas publicadas em dias seguidos tratam de uma convocação para uma assembléia específica do grupo (ed. nº 21, 04/04/2002) e a cobertura de reunião (veiculada sem nenhuma entrevista/fala) que somente divulga as atividades que o sindicato está promovendo para os aposentados.

Gráfico 3 – Falas do SINTSEF Via Direta



Quadro 2 – Falas do SINTISEF Via Direta

QUEM FALA	DIRETORIA	REUNIÃO/ASSEMBLÉIA	VIA DIRETA	OUTROS	TOTAL
QUANTAS VEZES	11	2	5	16	34

¹⁸ A entidade possui uma Coordenação de Aposentados e Pensionistas e Saúde no Trabalho. A seguir apresentaremos as atividades desenvolvidas pelo setor para explicitar a contradição dos mesmos não aparecerem, ou muito pouco, nas publicações do Sintsef.

O quadro representa uma tentativa de classificar qual voz se apresenta na publicação em nome do sindicato, revela uma concentração da diretoria da entidade na condição de emissor. Outra observação é que nenhum texto de membros da base fora publicado. Como os aposentados estão na sede da entidade duas vezes por semana e a distribuição do boletim é confirmada cotidianamente pelo telefone: o que um sindicalizado ou membro da categoria precisaria fazer para sair no jornal?

Se as pautas são construídas a partir de reuniões da diretoria, demandas dos setores da entidade e da intervenção técnica do jornalista e as vozes que se apresentam no jornal representam (novamente) os posicionamentos, reflexões, olhares da diretoria e ainda das fontes consideradas autorizadas, tanto pelo cargo que ocupam como pelo volume de dados que podem fornecer, em que as práticas jornalísticas, neste quesito, se diferem, dos meios de comunicação de massa?

Aqui, o que se evidencia é uma compreensão da comunicação como instrumento de divulgação da política ou das ações do sindicato e muito pouco como um elemento formador e construtivo. Nesse sentido, em pouco ela difere de estratégias acionadas por empresas, igrejas ou órgão do governo, no que diz respeito à circulação de informação. Não estamos apontando semelhanças de conteúdo, o que seria demasiadamente leviano, mas principalmente de motivação ou de razões de existir. Depois de uma ampla defesa do uso da comunicação como elemento formador e democratizante, como conceber as ausências ou o silenciamento das vozes da base no veículo?

Mesmo concordando, em alguma medida, com Roseli Fígaro quando ela compreende a comunicação sindical como um discurso que:

(...) tem o caráter de propagandear a instituição sindical à medida que oferece ao leitor o Sindicato como referência e aglutinador dos interesses ações pertinentes aos trabalhadores. É um discurso próprio à medida que o trabalhador é tomado não como leitor consumidor, mas como leitor agente da ação conjunta da categoria e da posição do Sindicato frente às políticas

governamentais ou ás atitudes patronais, contrapondo-se a elas, quando ferem interesses da categoria de trabalhadores” (FIGARO, 1993:222-223).

Compreendemos que na contramão dos bombardeios de informações dos meios massivos de comunicação, a imprensa sindical deve se preocupar com a adoção de veículos que se configurem para além de um espaço para “as notícias do sindicato” mas com campo de socialização em que se esteja, constantemente, vivenciando uma democratização da comunidade tanto na recepção, mas principalmente na produção e emissão de informações.

3.1.2 Diversificação de A a Z

Dentro da perspectiva de ampliação das temáticas e das formas de intervenção da comunicação sindical no cotidiano dos trabalhadores do serviço público e também da sociedade, o SINTSEF lançou em março de 2002 o jornal A a Z. uma publicação bimestral (embora sua periodicidade ainda não se estabilizou. O segundo número saiu em abril e o terceiro, setembro/outubro), em formato tablóide, colorido e impresso em papel couchê.

Nesse sentido, e também pela sua disposição gráfica, uma clara intenção de afastamento dos tradicionais boletins com textos longos e uma pouca inspiração estática. Tanto do ponto de vista dos recursos em formato e papel quanto na diagramação é evidente a preocupação com a “leveza” do veículo. Embora do ponto de vista estético, as fotos utilizadas na publicação deixem a desejar. Ainda bem amadoras algumas delas são, inclusive, aproveitadas de outras publicações.

O SINTSEF buscou enquadrar-se numa visão mais ampla da comunicação. Abordar temáticas que visualizem a categoria como um conjunto de cidadãos inseridos em contextos sociais, culturais e políticos para além da luta de classes. “(...) mais que um informativo, queremos estimular questionamentos, debates, reflexões. (A a Z nº 1 – março/2002)

Para o idealizador do projeto, Marcílio Rocha, uma comunicação que fosse na contramão da tradicional imprensa sindical, que dificilmente sai da esfera da ação sindical propriamente dita, e que muitas vezes não consegue estabelecer uma identidade com os cotidianos de seus leitores.

Eu vim para fazer uma publicação que saísse dessa cultura de sindicalismo, que é aquela publicação de “companheiros greve no dia tal” para fazer uma publicação leve, que entrasse pelo caminho da literatura, das artes, da leveza. Coisas que o sindicato faz uma, duas, mas não faz dez, vinte, trinta porque o corporativismo, a necessidade imediata acaba determinando a forma de comunicação dos sindicatos. Quase todos os sindicatos do nordeste têm um só tipo de comunicação, um planfletinho com uma chamada: “companheiros, greve dia tal”. Essa é a comunicação dos sindicatos, com raras exceções. Então aqui, eu vim fazer o jornal A a Z, que tem uma página de literatura(...) uma página dedicada a macro-política. Agora mesmo é a primeira vez que o sindicato faz uma pesquisa para presidente, para saber o voto da categoria pra presidente, nós estamos publicando uma pesquisa sobre isso, que é uma coisa rara no movimento sindical e isso já fez com que outros sindicatos ao verem também quererem. Eu vim para fazer essa publicação que interessasse também ao filho dele e até ao neto do servidor, que é uma categoria que está numa idade boa. Portanto, uma publicação que sai da esfera do corporativismo, é de papel couchê, tablóide, são 8 páginas e poderá evoluir para 12 páginas. Então essa é a cara da publicação, com textos leves, textos curtos. (ROCHA, 2002)

A diversidade de temas da publicação é inegável. Cultura, saúde, eleições, literatura, discriminação racial, educação entre outros se misturam a reflexões sobre o serviço e o servidor públicos (temas mais direcionados) e também não faltam prestações de contas das atividades da própria entidade, como no caso do texto “Conquistas jurídicas da SINTSEF”, publicada na página 2, da terceira edição do informativo, embora esse tipo de abordagem não seja estritamente a linha editorial do jornal.

Alguns dos problemas apontados no Via Direta voltam a aparecer no A a Z. embora alguns membros da categoria tenham conseguido assegurar fala na publicação, isso acontece quase que exclusivamente¹⁹ na coluna Prata da Casa. Mais uma vez o recurso também

¹⁹ A exceção fica por conta da matéria “Servidor não se curvou ao assédio”, publicada na terceira e mais recente edição do A a Z, setembro/outubro de 2002.

caracteriza qualquer tipo de *house organ* de cunho empresarial. A idéia de valorização da categoria a partir do relevo de algum personagem se assemelha a estratégias como “funcionamento do mês” ou “destaque da semana”.

Junto a explicação das características do espaço “Prata da Casa” segue uma convocação para o envio de textos que também gera pouco retorno (haja vista ausência de textos de sindicalizados na publicação) já que a convocação à participação se dá de forma vertical e sem o estreitamento de relação, o que poderia motivar o leitor a enviar material. “Dedicamos um espaço especial àqueles colegas que se destacam na categoria como trabalhadores e cidadãos – é a página Prata da Casa. Participe da publicação, enviando textos ou sugestões de matérias para veiculação em suas páginas.” (A a Z, editorial, pág. 02, março 2002). A chamada lembra, em boa medida, as tentativas da grande imprensa de assegurar um nível mínimo de interatividade com recursos como Espaço Leitor ou a participação de ouvintes através de entradas ao vivo, em programas de rádio.

Embora mais ampla, a diversidade das pautas, que segue a mesma linha de produção do boletim diário, ou seja, a partir das opiniões da diretoria e da assessoria de comunicação da entidade, também reflete uma certa rotinização da atividade jornalística. A utilização das mesmas fontes é uma armadilha que causa um vício. Mas é bom que se registre, o A a Z consegue, em boa medida, escapar.

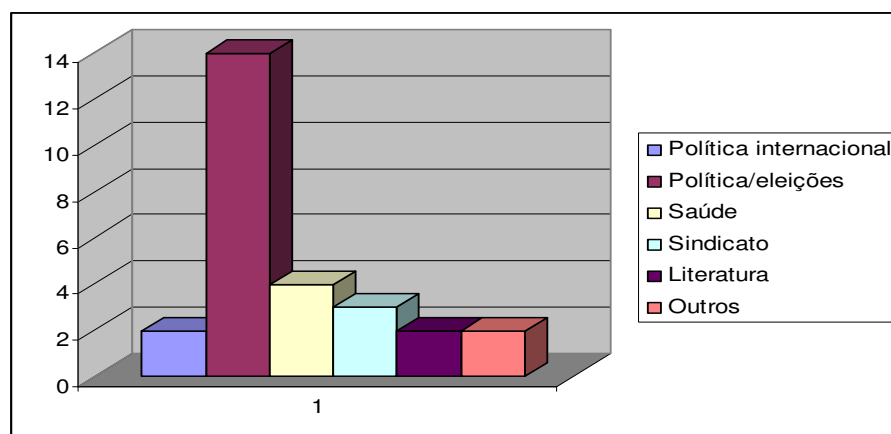
De fato, nesta publicação há uma maior diversidade de falas²⁰, conseqüência notavelmente pela ampliação de temas. Estão nas três primeiras edições personalidades com o então candidato ao governo do Estado pelo PT, Jacques Wagner, Felipe Serpa, ex-reitor da Ufba e os deputados federais pelo PT, Walter Pinheiro e Luiz Alberto.

²⁰ Uma quantidade tão expressiva que aqui optamos por não trabalhar com gráfico já que as vozes são, no A a Z, pouco repetidas e, portanto, representariam um percentual muito pequeno em relação ao conjunto de textos.

Como apontamos, no entanto, a entrada dos servidores ainda é muito tímida. E, no caso dos servidores aposentados, inexistente, no período. Mas uma vez o não aparecimento deste grupo revela o comodismo do setor de comunicação que tem há menos de 20 metros de distância, pelo menos duas vezes na semana, aposentados reunidos na sede da instituição.

Ainda há uma concentração de assuntos relacionados ao sindicato, embora a publicação tenha outra proposta, mas sinaliza-se para a adoção de assuntos que fogem da restrita abordagem da luta sindical para tópicos como eleições, literatura, saúde e preconceito racial.

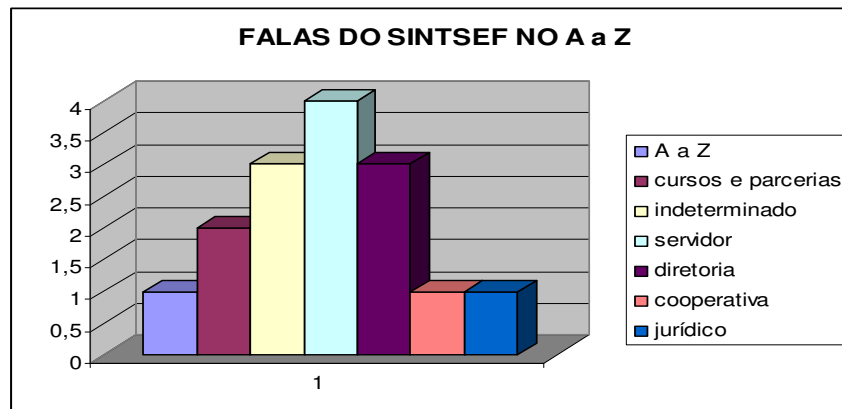
Gráfico 4 – Temáticos do A a Z



Do conjunto de 28 textos, três são vinculados à própria diretoria da entidade e dos quatro em que o servidor aparece, um deles é refere-se a uma dica de leitura do coordenador administrativo do sindicato, Danilo Mario Behrens o que dá uma leve vantagem para a fala da base. Se somarmos, no entanto, os textos sobre cursos e parcerias (2), as ações do departamento jurídico (1), as falas da diretoria (3) veremos que mais de 20% dos textos foram elaborados a partir da própria entidade.

Quando os jornalistas ficam dependentes das fontes, podem ficar orientados para a fonte e, assim, ceder à tentação de escrever para a fonte e não o público. Quando o jornalista cede a esta tendência, perde mais a sua independência e deixa as fontes definirem as situações. A interdependência facilita também as ‘fugas’ de informação (...). (TRAQUINA, 2001:110).

Gráfico 5 – Falas do SINTSEF no A a Z



Reivindicamos apenas uma prática jornalística, mesmo na imprensa sindical, com todas suas especificidades, que não incorra na “rotinização” das atividades no que concerne à seleção de temas e fontes. Para, como aponta a teoria etnoconstrucionista, não se acabe transformando o trabalho do repórter em “representantes de uma burocracia apanhando notícias pré-fabricadas de representantes de outras burocracias.”(SCHUDSON, apud, TRAQUINA, 2001:110/111).

Um fato em especial nos fez optar por uma análise também da terceira edição da publicação A a Z, já que *a priori* nossa pesquisa se deteria sobre as duas primeiras. Neste terceiro número, o veículo publica como matéria de capa uma reportagem sobre assédio moral com o título “Drama no local de Trabalho”. Entre os textos relacionados ao tema um estudo realizado pela médica do trabalho Margarida Barreto e divulgada pelo sítio www.assediomoral.org e dicas de como o trabalhador deve se portar ao ser assediado.

O que nos chamou atenção foi o fato de que um quadro intitulado “Perfil dos agressores segundo os trabalhadores” tem semelhanças profundas com outro quadro publicado no informativo Alarme, do Sindicato dos Eletricitários da Bahia (Sinergia), que foi veiculada em agosto de 2002, cuja capa teve a mesma temática e trouxe o mesmo quadro referido.

Diferentemente do A a Z que não especifica a fonte, o Alarme menciona que o texto foi construído a partir de informações do sítio www.fenae.org.br. O informativo do Sinergia traz o referido quadro com o título “Tipos de chefia que impõem clima de agressão psicológica” e guarda entre outras semelhanças as explicitadas a seguir:

“PROFETA: Sua missão é ‘enxugar’ o mais rápido possível a ‘máquina’ demitindo indiscriminadamente os trabalhadores (...)”. (Sinergia, ano 21 agosto/2002).

“PROFETA DO APOCALÍPSE: Sua missão é ‘enxugar’ o mais rápido possível a ‘máquina’, demitindo indiscriminadamente os trabalhadores (...)”. (A a Z, nº 3 setembro/outubro/2002).

“GARGANTA: É o chefe que não conhece bem o seu trabalho, mas vive contando vantagens e não admite que seu subordinado saiba mais do que ele.(...)” (Sinergia, ano 21 agosto/2002).

“GARGANTA PROFUNDA: É o chefe que não conhece bem o seu trabalho, mas vive contando vantagens e não admite que seu subordinado saiba mais do que ele.(...)” (A a Z, nº 3 setembro/outubro/2002).

As ilustrações utilizadas nas duas publicações para caracterização dos “chefes agressores” também são idênticas. Embora haja uma clara intenção de personificar o tema à realidade da categoria com o texto “Servidor não se curvou ao assédio”, onde um servidor do Iphan denuncia seu chefe, as duas publicações praticamente reproduzem os dados e textos dos dois sítios citados como fonte. Para uma publicação bimestral, no caso do SINTSEF, que foi lançada quatro meses depois da segunda edição, é de se pensar porque os cotidianos exclusivos da categoria não merecem um trabalho investigativo ou mesmo de cobertura por parte das publicações da entidade.

3.1.3 SINTSEF na rede

Em 1998, o SINTSEF lançou na rede o sítio www.sintsef.org.br dentro das medidas tomadas para ampliação dos canais de comunicação entre a diretoria da entidade, a categoria e a sociedade. Além da compreensão de que o crescimento de acessos à Internet já que naquele

ano, caracterizava esse tipo de mídia como um importante fornecedor de informação e ainda como instrumento de legitimidade da própria existência da organização, o SINTSEF trabalhou com informações do seu banco de dados que da conta de que a grande maioria de servidores públicos federais na Bahia é de classe média, instruída, têm computador em casa ou no trabalho e ainda de que todo serviço público está ligado à Internet, o que era o suficiente para se justificar o investimento de tempo e recurso nessa mídia.

Para uma análise do sítio produzido pela entidade e mantido por uma empresa especializada, contratada pelo sindicato desde 98, partiremos das reflexões feitas pelo grupo de pesquisa em jornalismo *on-line* da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, entre agosto de 2000 e agosto de 2001, sobre jornais *on-line* de empresas que também têm a publicação na versão impressa, para um mapeamento das características e tendências do jornalismo *on-line* brasileiro. Os elementos apontados pela pesquisa indicam as potencialidades oferecidas pela Internet ao jornalismo em rede.

Temos clareza, e é bom que se explicita, que o sítio produzido pelo SINTSEF não se caracterize como um sítio jornalístico e, portanto, está fora do universo delimitado pelo grupo que trabalhou com publicações que tivessem edições diárias de livre acesso na WEB, e a partir dos dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC) sobre o controle de tiragem na versão impressa. Mesmo com essa restrição, que não é excludente, como veremos, apenas uma das características identificadas pelo grupo tem uma aplicação limitada ao tipo de sítio produzido pela entidade, ou seja, um sítio de caráter informativo-institucional.

Nos referimos ao que o estudo apontou como “customização ou personalização do conteúdo” identificado em muitos dos sítios jornalísticos, e que “(...) consiste na opção oferecida ao usuário para configurar os produtos jornalísticos de acordo com seus interesses pessoais”, onde o leitor/internauta poderá selecionar os assuntos previamente selecionadas por

assunto/tema aparecerão, ou ainda podem ser enviadas por *e-mail*, ou por WAP (mala direta via internet). (PALÁCIOS, 1999)

Mesmo que a geração de informações do sítio em questão seja direcionada e segmentada e ainda que o público para o qual se orienta a *homepage* – os servidores públicos federais na Bahia – seja demasiadamente específico poderia ser acionado, por exemplo, o recurso *newsletter*(carta-notícia) através do qual os internautas poderiam ser avisados a cada nova atualização do sítio ou mesmo escolher receber informações de uma ou mais seções como Cultura ou Administração. Portanto, há aqui indícios de uma sub-utilização de umas potencialidades da Internet.

Segundo a caracterização desenvolvida pela pesquisa, outro aspecto peculiar ao jornalismo *on-line* é a interatividade. Segundo o estudo, a notícia online possui capacidade de fazer com que o leitor usuário possa sentir-se co-participe do processo de produção e emissão de informações. Os pesquisadores pontuam que isso pode ocorrer de vários modos como: pela troca de e-mails entre leitores e jornalistas; através da disponibilização da opinião dos leitores, através de *chats* com jornalistas e, que no caso do SINTSEF, também poderia ser realizado com diretores da entidade, responsáveis pelo departamento jurídico ou pelo setor de aposentados, e ainda a realização de enquetes que poderiam aferir, em boa medida, a adequação de estratégias ou políticas a serem desenvolvidas pela entidade. Nesse contexto,

não se pode falar apenas em interatividade e sim em uma série de processos interativos. Adota-se o termo multi-interativo para designar o conjunto de processos que envolvem a situação do leitor de um jornal *online*. Entende-se que (...) diante de um computador conectado à Internet o usuário estabelece relações: a) com a máquina; b) com a própria publicação, através do hipertexto; e c) com outras pessoas – seja autor ou outros leitores – através da máquina. (MIELNICZUUK, 2000)

Nesse sentido, o *sítio* do SINTSEF apresenta, entre os 16 links divididos em quatro seções, somente o link “contato” (e-mail) para o envio de mensagens para o setor de comunicação da entidade, ou seja como canal de comunicação entre a organização e os

internautas – imprensa@SINTSEF.org.br – e ainda o link “tire suas dúvidas” no grupo Jurídico. Nesse último caso vale apontar que a procura é significativamente grande, no entanto, as respostas não acompanham o ritmo da demanda. (BORGES, 2001)

Ainda trabalhando com a caracterização proposta pelo grupo, a “hipertextualidade” é também apontada como elemento constitutivo do jornalismo *online*. Nada mais é que a existência de *links* que nos encaminham a novos textos, notícias ou até a outros sítios que estejam diretamente relacionados com o assunto do texto que acabou de ser lido, para que o volume de informação sobre o tema seja ampliado. Existe nesse sentido, na página do SINTSEF, hipertextualidade através de links internos e externos nos itens: Boletim SINTSEF, Galeria de Fotos, Via Direta (outras edições) e Biblioteca.

Outra potencialidade a ser explorada peça comunicação via rede é a “multimedialidade” ou convergência que seria a associação de ferramentas e ou recursos de diversos suportes de comunicação, como: áudio, vídeo, fotografias, gráficos e tabelas. Em todo sítio do SINTSEF são encontrados apenas textos, com exceção do link “galeria de Fotos”. Em nenhum momento, no entanto, são ativados recursos de vídeos e áudio.

A capacidade de armazenamento de informação – “memória” – também é pontuada como uma característica a ser potencializada a o espaço em *www*, tanto do ponto de vista técnico como econômico. No sítio do SINTSEF esta propriedade é utilizada nos *links* Galeria de Fotos, Boletim SINTSEF e Sindicalismo, na seção “Comunicação” e no *link* Biblioteca dentro da seção “Cultura”.

A memória pode ser recuperada tanto pelo produtor da informação quanto pelo usuário. Sem as limitações anteriores de tempo e de espaço, o jornalismo tem sua primeira forma de memória múltipla, instantânea e cumulativa. Diferentemente do que sucedia em suportes midiáticos anteriores (impresso, rádio, TV, CR-ROM), a Web possibilita a utilização de um espaço praticamente ilimitado para o material noticioso (sob a forma de texto ou outros formatos midiáticos), bem como permite a disponibilização imediata de informação anteriormente produzida e armazenada, através de material de arquivo. (PALÁCIOS, et all, 2002).

Apontaremos, por fim, uma das capacidades mais difundidas mesmo entre usuários leigos de Internet qual seja a possibilidade de atualização mais rápida e econômica que o suporte dispõe. Se para os veículos de comunicação mais tradicionalmente utilizados pela imprensa sindical, como panfletos e boletins, as etapas de elaboração e produção demandam um grande investimento de tempo e dinheiro a Internet concentra uma alta potencialidade de minimização destes investimentos. Esta é seguramente uma das grandes fontes de argumentação para a opção por colocar um sítio no ar.

Os *links* “Jornal SINTSEF” e “Jornal A a Z”, por exemplo, permanecem inativos, mesmo depois de quatro meses que foram disponibilizados dentro da reformulação da página da entidade, assim, como os *links* Informes Jurídicos e Ações Jurídicas.

No caso do A a Z mesmo que o sindicato tivesse uma dificuldade operacional em disponibilizar a publicação diariamente poderia, por exemplo, numa edição especial aos domingos, apresentar as edições da semana. Há ainda, aqui o não cumprimento da periodicidade proposta pelo sindicato de fazer um boletim diário também na WEB.

A não atualização dos dados também pode ser evidenciada no link Financeiro onde são encontrados apenas os demonstrativos de receitas e despesas de maio de 2001. Nesse sentido se aproximando muito mais de uma seção de “memória”.

Palácios (2002) aponta ainda que mesmo que mesmo sendo uma transposição da versão impressa para WEB, começaram a surgir seções para abrigar notícias de fatos que acontecem no período entre as edições, as chamadas de plantão ou referentes a últimas notícias. No caso do nosso estudo, o link “Últimas notícias” também está com a sua atualização irregular, na página do SINTSEF. Na captação de 02 de outubro de 2002, constava no link uma notícia de 28/05/2002. Até o link da Agenda Cultural, teve sua última atualização em 24/05/2002.

3.2 Antes tarde do que nunca – 60% da categoria é de aposentados

Não por ordem de importância, mas somente por opção metodológica, gostaríamos de encerrar as análises realizadas neste capítulo dedicando um espaço para a explicitação do trabalho desenvolvido pelo SINTSEF com os servidores aposentados. Nos parece fundamental, após a reivindicação de um espaço maior e mais constante do grupo nas publicações da entidade que esclareçamos o papel desse setor da categoria dentro e para a organização.

A maioria dos servidores sindicalizados no SINTSEF, cerca de 60% do total, é composta por aposentados. Um índice alto decorrente, essencialmente, da falta de renovação nos cargos, notadamente pela escassez de concursos públicos. O número exigiu uma ação específica da entidade para o grupo, o que aconteceu de fato na história do sindicato a partir de 1998.

Naquele ano, a recém aposentada, Leonídia Laranjeira Fernandes, resolveu compor a chapa que viria a ser a atual diretoria da entidade que estará à frente do sindicato até 2003, assumindo a Coordenação de Aposentados e Pensionistas, que já existia há 11 anos desde a fundação da entidade. Hoje o setor foi ampliado para Coordenação de Aposentados e Pensionistas e Saúde no Trabalho. O desafio, para a servidora, seria desmistificar uma imagem desgastada do sindicato juntos aos aposentados, a imagem de órgão que arrecada os recursos, mas que centra suas ações para os trabalhadores da ativa. “Eu sentia falta assim, o sindicato que a gente é associado, contribuía e não tinha uma referência e quando eu me aposentei senti essa necessidade: ‘agora que eu estou fora do órgão onde é que eu vou me organizar’”.(FERNANDES,2002)

A chegada de Leolídia inaugura uma nova relação da entidade com o grupo de aposentados, inclusive com a identificação dos mesmos através de um trabalho de cadastramento identificando quantos do total de sindicalizados eram aposentados e onde os mesmos estavam lotados. O cadastro foi realizado pela última vez em 1999 e hoje se organiza no banco de dados do SINTSEF. A idéia de ampliar a intervenção do sindicato na vida

daqueles senhores e senhoras se transformou em desafio e se concretizou em ações essencialmente sociais, de estímulo à convivência em grupo, de combate à ociosidade, de busca por uma qualidade de vida, preferencialmente dentro da própria entidade.

“(…) eu comecei a fazer um trabalho social com eles de auto-estima, vencer os medos, ansiedades e tentar motivá-los como se aqui fosse a segunda casa deles. Deixaremos (os dirigentes) a preocupação única em direitos trabalhistas e passaram a pensar o bem estar dos seus sindicalizados. (FERNANDES, 2002)

O setor propunha na verdade uma nova forma de se fazer política. Não necessariamente a política que se constitui como um modo específico de resolver a questão do poder político – conforme Castoriadis²¹ - na Grécia antiga por volta do século V antes de Cristo, mas uma política, por assim dizer, mais humanizada. Que extrapolasse a disputa de poder, as lutas por melhores salários, ou o assistencialismo de alguns serviços médicos e dentários. Não se trata de uma proposta de abandono da prática política, mas de uma outra compreensão do fazer político. A iniciativa aproximou os aposentados da organização, e ampliou o número de sindicalizados fora da ativa. Atualmente, o setor envolve cerca de 110 ex-servidores em atividades às terças e quintas. As quintas começaram com os chás para incentivar a leitura, no início não mais que 20 participantes.

Nós começamos aqui introduzindo leitura, começar a ler para ter conhecimento das coisas...porque se aposentou acha que está no bem bom e vai cuidar de outras coisas e esquece de acompanhar as coisas que nós estamos passando. A questão política, dos aposentados, a previdência essas coisas todas, tomando um chazinho. Aí eu fiz tipo um concursozinho assim: você é responsável por trazer uma informação e foi assim maravilhoso. A gente começou com chá, deste dia em diante a gente não tinha mais tempo nem pra tomar chá. E assim nós fomos cultivando a vinda dessas pessoas aqui e então fomos proporcionando outras coisas como: dança de salão, que é uma forma de você estar os atraindo para cá, a dança em si é uma forma de trazer as pessoas, os aposentados dizem muito: ‘ eu já cumpri meus deveres agora eu quero os meus direitos’; então isso também faz parte para que os aposentados também tenham um lazer. A gente trouxe num primeiro

²¹ RUBIM, Albino. **Mídia e contemporaneidade: Idade Mídia**. Disponível em www.bocc.com.br. Acesso em 27/03/2002

momento não como um lazer, mas como uma forma de trazê-los aqui. Então a gente começa com a dança e dá os informes e eles ficam aqui participando, acompanhando todo o processo. (Fernandes, 2002)

A partir desses encontros outras demandas foram detectadas e para as mais comuns foram montados cursos que pudessem manter aquele grupo “ocupando” a sede do sindicato e ainda que outros aposentados pudessem participar. Até hoje a atividade mais procurada por eles é a dança. A faixa etária bastante diversificada (com servidores tendo tido suas aposentadorias proporcionais com 40 anos) exigiu um direcionamento das atividades que reúnem servidores entre 40 e 80 anos.

A Dança de salão proporcionou uma maior integração, eles se divertem mais. Agora a gente já mudou um pouquinho da dança de salão que é uma coisa técnica. A gente já está mesclando, não está botando somente dança de salão, ta mesclando com swing baiano, assim, de acordo com a idade. Claro que a gente vai conhecer esses profissionais e a gente só traz aqui aquelas pessoas que já estão acostumadas a trabalhar com essa questão da idade. Fazemos uma comissão e saímos para poder escolher esse profissional. Tem três anos que a gente ta aí e esse grupo de dança do salão é o mais consistente. (FERNANDES,2002)

Na prática, há também um exercício de democracia. Naqueles dias, principalmente os de quinta-feira, entidade ganha outros ares. Experimenta a experiência, dá resposta a um problema social de alocação de pessoas “descartadas” pelo mercado e ainda garante uma vitalidade sem igual naquelas salas cheias de personagens riquíssimos.

Na quinta-feira, quando as oficinas – dança, biodança – e também o salão de jogos recebem os servidores aposentados também são realizadas conversas e/ou consultas sobre as melhores formas de abordagem desse setor da categoria. A participação de homens e mulheres é praticamente igual, sendo eles pela manhã e elas à tarde. Já que segundo a coordenadora, normalmente as mulheres cumprem os afazeres domésticos pela manhã.

Nós fizemos um grupo de biodança aqui, de crescimento da melhor idade – melhor idade é aquela que nós estamos no momento – (...) nós tratamos também do estatuto do idoso, os direitos que eles têm, as formas como ele

deve ser respeitado e para isso ele precisa ter conhecimento, então a gente discute aqui todas as questões. A biodança a gente suspendeu porque a gente sente a necessidade hoje de uma coisa maior, além da biodança um acompanhamento comportamental. Estamos com um projeto aí e vamos colocar para apreciação porque (...) eu não joga no peito deles. Porque o que é bom pra mim pode ser bom para a maioria. Eu sou aposentada, mas eu não penso só em mim, então eu colho deles e faço um projeto em cima do que eles gostariam que a gente fizesse. Vamos dar continuidade com esses trabalhos que já deram resultado e a gente tá com a proposta de aumentar mais. (FERNANDES, 2002)

Nesses encontros, segundo Leolídia, está se fazendo política a todo o momento. “Eles reconhecem o sindicato como espaço político e jurídico – onde eles podem recorrer para lutar por direitos perdidos – mas precisávamos fazê-los compreendê-lo também como um espaço social”.

De fato se compararmos com o universo de servidores aposentados sindicalizados, o número de participantes das atividades desenvolvidas pela Coordenação de Aposentados e Pensionistas e saúde no Trabalho é muito pequeno – pouco mais de 18% - o que, no entanto, não reflete uma ineficácia do programa. “Aqui é um acesso ruim, dificulta, mas a gente tem uma freqüência aqui de 110, 120 pessoas na quinta feira. Quando começamos eram umas 10, 15 pessoas. Só no meu órgão, para você ter uma idéia, tinha 127 associados, hoje são quatrocentos e pouco”.

A iniciativa, que a priori, representava um desejo de aproximar do sindicato esse setor da categoria, alcançou objetivos mais amplos. Hoje, os aposentados não só participam das atividades lúdicas, mas são mais conscientes do seu papel social e estão, em muitos casos, em maior número nas manifestações promovidas pela entidade.

(...) quando é um ato público, quando é uma questão de enfrentamento de rua, aí a gente mobiliza toda a categoria independente de ser filiado ou não. Eu acho que a construção deste país não é fechada. Eu não construo pensando só em mim, é construir pensando em nós. (FERNANDES, 2002)

Para isso, a própria coordenação procurou outras entidades com trabalho junto aos aposentados para ouvir, trocar experiência, e montar o seu próprio programa, atualmente fonte de inspiração para outras entidades classistas.

Se para conscientizar a categoria é preciso pensar em formas diferentes de interlocução, a partir dos seus próprios cotidianos, como defende Neolídia, as atividades buscaram esse caminho. Nas reuniões, foi solicitado que cada aposentado reservasse uma hora e meia para cuidar de si mesmo, o que foi atendido. Com muitos deles são arrimos de família, pensar nas suas necessidades, para também compreendê-las como lutas, era preciso.

Você sabe que os aposentados hoje são a bolsa da família. É desempregado, é o neto, o genro. Quando a gente se aposentar, a gente deixa de ir e vir porque tiram nosso vale alimentação e esquecem que são pessoas idosas que têm pressão alta e que tem que tomar remédio, então tudo isso acarreta no aposentado.(FERNANDES, 2002)

O destaque para a atuação do SINTSEF junto a essa parcela da categoria, neste trabalho, se deu a partir das pesquisas realizadas aos veículos de comunicação produzidos pela entidade, onde foi identificado que, se por um lado a entidade identifica a importância dos aposentados para as mobilizações da categoria e privilegia suas ações para melhor socializá-los e para uma qualificação das vidas desses cidadãos, o setor de comunicação parece ignorá-los.

Mesmo estando presentes semanalmente (duas vezes) na sede da entidade em atividades específicas, eles não são representados pelos *house organs* da instituição. Suas inserções beiram a insignificância e as atividades desenvolvidas pela Coordenação de Aposentados e Pensionistas e Saúde no Trabalho também não são transformadas em pautas, limitando-se, em raríssimos, casos a uma pequena nota.

Na edição de nº 11, do boletim Via direta, do dia 21 de março, os aposentados aparecem na matéria “Recadastramento Já: Residência desconhecida tem provocado atraso nos processos judiciais” onde é apontado que 5% das correspondências dos sindicatos enviadas para os

sindicalizados aposentados, voltam. Nenhum deles foi ouvido. Na edição de nº 21, do dia 04 de abril, outro espaço é destinado a eles. Nesse caso, uma convocatória para uma assembléia, na própria entidade.

No terceiro e ultimo espaço concedido aos aposentados, nas primeiras 30 edições do Via Direta, um registro de uma reunião realizada pela Coordenação de Aposentados onde foram deliberadas as próximas atividades do setor. Embora seja apontada a participação de 50 servidores na reunião, mais uma vez nenhum aposentado foi ouvido. Ao todo, por tanto, mesmo representando 60% dos trabalhadores sindicalizados, os aposentados aparecem em 10% das edições ou se pensarmos em termos de volume de textos produzidos do total de 80, apenas 03 tratam de assuntos relacionados a esse setor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo correndo o risco de parecer uma defesa corporativista, compreendemos que uma das alternativas possíveis para ampliar o reconhecimento da sociedade sobre a importância do papel desenvolvido pelas entidades representativas de classe e ainda uma aproximação das categorias, inclusive com aumento nos índices de sindicalização, é uma utilização mais adequada da comunicação. Não desconsideramos as dificuldades inerentes ao próprio movimento ou ao conjunto de trabalhadores do mundo inteiro, como a crise do emprego e a diminuição crescente e assustadora dos postos de trabalho.

O receio que tivemos de não conseguir elaborar reflexões mais generalizadas sobre comunicação sindical ao realizarmos um estudo de caso, parece-nos não se confirmou. Algumas das observações apontadas neste estudo certamente ecoam em outras entidades classistas que trabalham a comunicação no desenvolvimento de suas atividades. Outras, no entanto, se configuram como específicas do SINTSEF e, a seguir, as distinguiremos.

O pouco uso de pesquisas de recepção junto à categoria é um desses aspectos mais genéricos. Tanto a bibliografia por nós adotada, como as entrevistas com profissionais da área e também dirigentes sindicais indicam que esse tipo de organização ainda se detém de forma muito incipiente a uma análise de como as informações emitidas pela diretoria (ou por fontes que a mesma se identifique) estão sendo recebidas.

De um modo geral, as limitações financeiras dos sindicatos têm sido utilizadas como justificativa. No entanto, acreditamos que um direcionamento mais adequado das verbas poderia sim contemplar o uso deste instrumento. O que há, na nossa avaliação, é mesmo uma desconsideração ou desconhecimento de como essa ferramenta poder efetivamente utilizada para aferir expectativas e adequações dos produtos veiculados, isso de pensarmos apenas no âmbito da comunicação.

Um aspecto observado e que está intrinsecamente ligado ao primeiro, é a falta de uma ação planejada no desenvolvimento de políticas de comunicação. Aqui reivindicamos que as estratégias acionadas pelos sindicatos não tenham uma visão imediatista de divulgar as manifestações da semana ou o conjunto de conquistas da entidade no último embate jurídico com os patrões.

Defendemos uma perspectiva contínua e coletiva das ações em comunicação. Que possam inclusive minimizar custos e evitar o improvisado. Uma ação que também deveria ser pensada de forma coletiva, não só com o envolvimento de outros profissionais da área, além do jornalista, como o relações públicas ou o profissional de recursos humanos, mas, principalmente da própria base.

Para não cairmos numa utopia do ideal, que nos distancie da realidade do próprio movimento sindical, passaremos a pensar em algumas alternativas viáveis para os pontos que consideramos críticos, sem, no entanto, pretendermos transformar nosso estudo em um Manual de Comunicação Sindical.

A participação da base na produção e emissão de informação certamente não está meramente no plano da idéia ou da quimera. Alguns pesquisadores da área já sinalizaram possibilidades e nós também pensamos em algumas. Pode-se de fato pensar numa inserção de membros da categoria na produção de textos, charges, fotos, ou seja, de informação nos veículos publicados pela entidade. Para tanto, compreendemos que é fundamental a motivação dos mesmos, o que poderia ser alcançado não só com as tradicionais estratégias como concursos e premiações. Também entendemos como elemento motivador a realização de cursos de capacitação de repórteres, que poderiam funcionar como uma rede de notícia. Principalmente no caso do SINTSEF, que trabalha com uma categoria alocada, em todo o estado da Bahia, em 41 órgãos públicos, a estratégia nos parece ainda mais adequada.

O curso trabalharia essencialmente com a construção da pauta; da notícia e a identificação dos critérios de noticiabilidade dentro da linha editoria das publicações da entidade. Depois de identificar os membros da categoria com habilidades para fotos e desenhos o mesmo poderia ser pensado e todas as definições de pauta seriam feitas com o apoio e, em alguns casos, determinação do grupo.

Nossa próxima sugestão parece óbvia na medida em que reivindicamos que o jornalista sindical incorpore o seu papel como repórter. Ou seja, sair da sede da entidade em busca da notícia. Que investigue, interprete, colete dados fora das arestas do sindicato. Em alguns casos, como no SINTSEF, basta a quebra das amarras de se manter na própria sala, já que apontamos que no caso dos aposentados, o grupo se reúne duas vezes por semana na sede da entidade, representa mais da metade da categoria e, mesmo assim, não tem espaço nos materiais de comunicação veiculados pela entidade.

Assim poder-se-ia identificar também questões específicas de cada órgão, ampliando o número de fontes acionadas nas publicações. Identificar a produção do conhecimento nas repartições para além da coluna Prata da Casa, poderia proporcionar que a base tenha fala para além de questões particulares da categoria ou de sua própria vida, mas debatendo temáticas sociais como política, educação, saúde, arte.

Para o caso do uso das potencialidade da Internet entendemos que a campanha de cadastramento proposta pelo SINTSEF já sinaliza uma preocupação do sindicato com a ampliação dos acessos. Propomos, no entanto, que os canais de emissão e recepção de informações possam ser enlanguescidos com ferramentas com ferramentas como *newsletter*, atualização diária (o que poderia ficar a cargo da própria assessoria do sindicato, e não de uma empresa especializada fora da entidade, já que se trata de uma tecnologia bastante simples) tal como é feita com a publicação do Via Direta. Isso minimizaria a dependência de que a

distribuição seja melhor desempenhada apenas nos órgãos onde se tem diretores mais engajados.

Pensamos ainda, em relação ao sítio, que as notícias publicadas nos meios de comunicação de massa relacionadas diretamente à categoria ou de assuntos de interesse maior para toda a sociedade também poderiam ser disponibilizadas nas *homepage* ou mesmo enviadas diretamente para os e-mails já cadastrados. Uma maior exploração de características como memória, interatividade e hipertextualidade poderiam ser utilizadas inclusive em datas comemorativas da entidade e mesmo como estratégia de aproximação do público interno como o envio de cartões em aniversário ou datas já previstas no calendário oficial brasileiro.

Além das ferramentas já habitualmente usadas como passeatas, carros de som e até peças de teatro, a Internet se encaixaria na presença mais diária ou cotidiana da organização social na sua base. Estreitando os laços, fortalecendo a identidade da categoria com sua entidade representativa.

A utilização de cartilhas largamente dissipada nas Comunidades Eclesiais de Base ou no próprio movimento popular, origem das comunicações comunitárias na América latina, poderia estar mais presentes no dia-a-dia sindical. Alguns temas do campo econômico ou mesmo político tão presentes nas publicações e que muitas vezes é pouco entendido pela categoria poderiam ser contextualizados ou mesmo didaticamente apresentados em cartilhas. Temas como saúde da mulher, violência ou drogas poderiam ser trabalhados em formatos que fugissem da descartabilidade de boletins e jornais e que poderiam ser fonte de um tipo de informação formadora, nesse caso podendo também refletir a responsabilidade social da entidade.

Pensamos ainda numa maior proximidade dos sindicatos com a sociedade. Esperamos que o conjunto da população tenha acesso às informações sob o olhar dos trabalhadores somente através da mídia nos parece demasiadamente limitador. Assim, desde campanha de

arrecadação de alimentos ou de combate a Aids, a seminários de formação política, palestras em centros de produção de conhecimento formal como escolas e universidades difundindo os princípios ou mesmo somente esclarecendo afinal “para que serve um sindicato” poderiam estar não só contribuindo para o alargamento dos horizontes intelectuais da juventude como aproximando novas gerações de trabalhadores.

Essas ações aliadas a investimentos em grupos de teatro, corais ou na produção literária dos servidores (trabalhadores) em boa medida, poderiam também assegurar um maior espaço das entidades sindicais nos grandes meios, que se esquivam, muitas vezes, de noticiar a luta dos trabalhadores, mas que tendem a dar espaço para ações que interferem significativamente no cotidiano da sociedade e que não entram necessariamente em choque com as elites. É também, nesse caso, uma ferramenta importante para aumentar as possibilidades de entrada na mídia comercial.

Por fim, deixemos claro que nosso estudo e as reflexões aqui apresentadas não pretendem supervalorizar a comunicação em detrimento das outras atividades inerentes a ação sindical. Mas a defesa de que o caráter oposicional da comunicação sindical, ou ainda a sua compreensão como instrumento de divulgação das atividades do sindicato, limitam seu uso, preferimos pensar nela como um movimento participativo, dirigido à mudança social. Defendemos, em outras palavras, uma comunicação participativa, horizontal, sem emissores e receptores com espaços tão previamente definidos e, principalmente, como instrumento elucidador e formador de cidadãos socialmente mais conscientes.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Eduardo. **Análise crítica do plano diretor e da reforma do aparelho do Estado:** uma reflexão inacabada. In: IV Congresso da CONDEF, Recife, 2001.

BARTHES, Roland. **Elementos da semiologia.** São Paulo: Cutrix, 1993.

BORGES, Edson Miranda. **Política e estética:** uma atenção necessária – As organizações sociais e políticas no ambiente da comunicação contemporânea. Salvador: Portifólio, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Coisas ditas.** São Paulo, Brasiliense, 1990.

CARNEIRO, Gilmar. **Debates e reflexões.** n.06. agosto, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração e empresas:** uma abordagem contingencial, pp. 271-272.

DEDECA, Cláudio. As mudanças no sistema das relações de trabalho. **Debates e Reflexões.** N.7, agosto.1999.p.12

FERREIRA, Maria Nazareth. **A Imprensa operária no brasil (1880-1920).** Petrópolis: Vozes, 1978.

FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Comunicação popular e alternativa no brasil.** São Paulo, Paulinas, 1990.

_____. **O impasse da comunicação sindical:** de processo interativo a transmissora de mensagens. São Paulo: Cebela, 1995.

FÍGARO, Roseli. **O discurso da imprensa sindical.** Disponível em (1993)

_____. **Comunicação e trabalho:** estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação. São Paulo, A.Garibaldi, 2001.

GIANOTTI, Vito. **Comunicação sindical:** falando para milhões. São Paulo: 1997.

_____. **O Que é jornalismo operário.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho.** São Paulo, Martins Editores, 1980.

KOPPLIN, Elisa. FERRARETO. Luiz Artur. **Assessoria de imprensa: teoria e prática.** 3. ed.: Sagra-Luzzatto, 2000.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing:** análise, planejamento, implementação e controle. 5. ed. São Paulo, 1988.

KUNSCH, Margarida Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada.** São Paulo: Summus, 1986.

_____. **Relações Públicas e Modernidade:** novos paradigmas na comunicação organizacional. São Paulo: Summus, 1997.

LE MOS, André. **Anjos interativos e retribalização do mundo:** sobre interatividade e interfaces digitais, in <http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/interac.html>.

MARINHO, Luiz. **Debates e reflexões.** n.06. agosto, 1999.

MIELNICZUK, Luciana. **Interatividade como dispositivo do jornalismo online.** In. Temas em comunicação e cultura contemporânea II. Salvador: Facom/Ufba, 2000.

MOMESSO, Luiz. **Comunicação sindical:** limites, contradições e perspectivas. Recife:Universitária da UFPE, 1997.

NEGRÃO, João José. **Políticas de comunicação popular.** São Paulo: Popular. São Paulo: Paulinas, 1998.

PALÁCIOS, Marcos, MIELNICZUK, Luciana et al. **Um mapeamento de características e tendências no jornalismo online brasileiro.** Paper apresentado no GT Jornalismo do I ENCONTRO DA REDE DE ESCOLAS DE COMUNICAÇÃO DA BAHIA (Redecom), FACOM/UFBA, Salvador. Abril/2002,

PINHO, J.B. **Propaganda institucional:** usos e funções da Propaganda em relações públicas. São Paulo: Summus, 1990.

PRADO, Antonio. Reflexões sobre as possibilidades e rumos da ação sindical: o tempo em que o medo mudou de lado. **Debates e Reflexões**. n.7, agosto. 1999 p.12.

PUNTEL, Joana T. **A igreja e a democratização da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1994.

QUEIROZ, Cecília. RIBEIRO, Eduardo et al. **Fontes de informação**. São Paulo. Puente Projetos de Comunicação e Editora, 1997.

RAINHO, Luiz Flávio. **Os Peões do Grande ABC**. Petrópolis, Vozes, 1980.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta/Fapesp, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Org. **Classe operária e sindicalismo no brasil**. In: **Sindicalismo e Sociedade**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

_____. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **A contemporaneidade como idade média**. Trabalho aceito para ser apresentado no V Congresso da ALAIC. Santiago do Chile, abril de 2000.

SECOLI, Tarcísio. Propostas para uma nova gestão sindical. **Debate e Reflexões**. n.7, agosto, 1999.

SINGER, Paul. Sindicalismo: passado, presente e futuro. **Debates e Reflexões**, São Paulo. n.6.1999.

SILVA, Eduardo Lins da e Festa, Regina Org. **Comunicação popular e alternativa no brasil**: Paulinas. São Paulo, 1986.

SILVA, Paulo Pereira da. **A força e as mudanças na CTL**. In: www.forcasindical.org.br. Acesso em 23/03/2002.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do jornalismo no século XX**. Editora Unisinos, São Leopoldo. 2001

_____. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: **Revista Veja**. 1993.

VASCONCELOS, Filho, Paulo de. **Proposições para a formulação de um plano estratégico.** In Vasconcelos Filho, Paulo de e Machado, Natonio de Matos Vieira. Planejamento estratégico: formulação, implantação e controle. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos, 1982.

VERDELHO, Valdeci. Alguns pontos sobre a imprensa sindical em São Paulo. **Revista Textos**, n.25. Salvador, 1991.

VIEIRA, Toni André Sharlau. **Comunicação sindical:** proposta e uma política para as entidades. Canoas. Ed. ULBRA, 1996.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** Lisboa: Presença, 1992.

SITES:

Origens do sindicalismo no Brasil. Salvador no Brasil. Salvador. Set. 2001. disponível em: <http://www.SINTSEF.org.br>. Acesso em 22 de setembro de 2001.

Breve resgate histórico. São Paulo. Março. 2001. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso de março a setembro de 2001.

ANEXOS

ANEXO I

Entrevista com Marcílio Rocha Ramos – assessor de imprensa do SINTSEF

Data: 06/05/2002

JDD – *o que representa sua vinda para o SINTSEF? Que tipo de mudança na orientação da assessoria de imprensa que vem sendo desenvolvida até agora?*

MRR – eu vim pra cá muito mais por uma pessoa que por uma estrutura. Eu vim porque foi Edson Miranda quem me convidou e como eu sei que Edson é uma pessoa inteligente, eu vim. Se não fosse uma pessoa inteligente muito provavelmente eu não viria. Não nego que você ter uma remuneração, um dinheiro sempre é bom, mas com a experiência de vida que eu já tenho, também não é qualquer trabalho que vou fazer. Eu vim para fazer uma publicação de “companheiros greve no dia tal” para fazer uma publicação leve, que entrasse pelo caminho da literatura, das artes, da leveza. Coisas que o sindicato faz uma, duas, mas não faz dez, vinte, trinta porque o corporativismo, a necessidade imediata acaba determinando a forma de comunicação dos sindicatos. Quase todos os sindicatos do nordeste têm um só tipo de comunicação, um planfletinho com uma chamada: “companheiro, greve dia tal”. Essa é a comunicação dos sindicatos, com raras exceções. Então aqui, eu vim fazer o jornal A a Z, que tem uma página de literatura, tem uma página dedicada a livros, uma página dedicada a macropolítica. Agora mesmo é a primeira vez que o sindicato faz uma pesquisa pra presidente, para saber o voto da categoria pra presidente, nós estamos publicando uma pesquisa sobre isso, que é uma coisa rara no movimento sindical e isso já fez com que outros sindicatos ao verem também querer. Eu vim para fazer essa publicação que interessasse ao servidor e interessasse também ao filho dele e até ao neto do servidor, que é uma categoria que está numa idade boa. Portanto, uma publicação que sai da esfera do corporativismo, é de papel couchê, tablóide, são 8 páginas poderá evoluir para 12 páginas. Então essa é a cara da publicação, com textos leves, textos curtos.

JDD- *Isso desvirtua da luta quando há uma perda da identidade sindical?*

MRR – Não. Porque eu vim para fazer essa publicação e também para dar uns cursos aqui internos de produção de textos, não é aquele curso tradicional de redação, é um curso de produção e reflexão de texto que nós estamos implementando ainda, não fizemos. Mas quando

eu cheguei aqui e vi que a comunicação tinha uma grande demanda de informação da categoria e o boletim era quinzenal, às vezes até mensal, boletim ofício, frente e verso, aí eu conversei com o Edson que existia a necessidade de termos um formato e não podíamos nos dar ao luxo com um informativo, tablóide, falando de literatura e tal enquanto a categoria não estava tendo a demanda dela, recebendo as informações dela diária que ela necessitava. Então nós tomamos a decisão de fazer o boletim diário e isso foi um marco. Fazer um boletim diário com informações mesmo da categoria, inclusive teve um questionamento muito forte que eu não fiz aqui, interno que é que a gente tinha que partir de fazer jornalismo para os sindicatos e não discurso para os trabalhadores porque os informativos eram muito voltados para discurso e mais discurso ideologizado e cadê a notícia? Não tem notícia. Então a forma de se ter notícia é através do boletim diário, obriga o jornalista a sair do comodismo de fazer discurso e ir atrás de informação, porque ele não pode tá todo dia fazendo discurso...

Então, diariamente, eles são enviados via fax para os setores e nos setores eles são reproduzidos. Nós já procuramos aferir o resultado disso, de 0 a 10 em 4 meses eu dou nota 5, mas tem gente, o Edson mesmo visitando os setores que já disse dava nota 8 pela reprodução. Eu acho que damos nota 4,5, ainda não estamos atendendo direito, na minha avaliação. O ideal é que eles se reproduzam rápido, nós estamos montando um banco de dados de e-mail da categoria que ainda não tem. A minha proposta é que a gente faça o sorteio de um carro”, pra quem abrir um e-mail. Fazer uma coisa bem ofensiva mesmo: “abra um e-mail e concorra a um carro”, porque a gente tendo estes e-mails o servidor vai receber o boletim do sindicato em casa e nós também teremos um veículo excelente de comunicação, que é veículo eletrônico através da internet. Então nós estamos em discussão porque eles acham que uma parte da categoria não vai poder ter e-mail, não tem essa cultura ainda, e que vai discriminar, o sindicato vai sofrer críticas e tal...mas a minha posição é firme: “abra um e-mail e concorra a um carro”. Então, O boletim vai por e-mail e vai pelo fax, nos setores ele é reproduzido e pregado nos setores. Reproduzido de modo de mão em mão mesmo. Tem lugares que ele está em 100% de alcance, lá em Itabuna, por exemplo. Onde tem diretores mais ativos, xerocam logo o boletim e passam para todo mundo, inclusive quando não chega o pessoal já fica cobrando, já fica pedindo, eles pedem a nós e se nós atrasarmos. Só houve um atraso de um dia em 4 meses, portanto a gente tá conseguindo criar uma cultura de comunicação diária com eles e aí junto com o informativo de A a Z a gente vai conseguindo diversificar para outras coisas.

JDD – *De qualquer maneira você acredita que mesmo tendo outros tipos de temática no A a Z ainda esta explicito que se trata de um jornal sindical ou há um afastamento mesmo?*

MRR – Teve uma menina que virou pra mim e fez assim mesmo: “nem apreço jornal de sindicato, ne? Aí eu disse: é a gente não quer que ele se pareça mesmo. A gente quer que ele pareça mais um encarte de um jornal, naturalmente com informações que ele gosta.

JDD – *Você não acha que se afasta de seu objetivo fazendo isso?*

MRR – Não pelo contrário, o sindicato complementa o objetivo dele. Porque o sindicato já tem hoje o programa de levar a arte nos setores, e o jornal A a Z é como se fosse isso: arte nos setores. Nós levamos cantores pros setores, gente para tocar músicas diferentes...da MPB, música que não são tocadas nas FMs, então isso só faz complementar, porque o boletim diário é como se fosse a informação imediatista, do interesse imediato do servidor e o A a Z é a informação mais light pra ele ler em casa deitado.

JDD - *Como é que o A a Z vai se posicionar por exemplo, durante um período de campanha, que é um período onde a comunicação é mais exigida?*

MRR - Não se posiciona. Pode ser que depois faça até uma matéria avaliativa, entrevista com alguém, quantificar dados. O diário é quem resolve isso aí. O A a Z um jornal cultural que sai um pouco da mesmice.

JDD - *Estamos aí às vésperas de sair um segundo número, se fizer uma avaliação comparativa entre o primeiro e o segundo, o que é que você percebe?*

MRR – É porque quando a gente cria um projeto gráfico de um jornal, ele vai evoluindo com números. Então o segundo número está melhor que o primeiro na minha avaliação, os textos estão melhores; já temos uma cultura melhor de produção; já compramos equipamento que interfere na produção, um computador novo, bom, então o segundo já esta melhor que o primeiro. O segundo já esta melhor que o primeiro. O segundo estabelece uma identidade maior com a categoria porque a matéria principal dele é a pesquisa para presidente, então toda a categoria já vai relacionar o A a Z com ela, porque a pesquisa é com os servidores, então a pesquisa vai estabelecer uma identidade imediata do A a Z com ela.

ANEXO II

Entrevista em Neolídia L. Fernandes – coordenadora do setor de aposentados, pensionistas e saúde do trabalhador do Sintisef.

Data: 06/05/2002

JDD – *Quanto tempo faz que o SINTSEF desenvolve o trabalho específico com aposentados?*

NLF- A coordenação dos aposentados existe desde a fundação do sindicato há 11 anos atrás, só que as pessoas que me antecederam não tiveram a preocupação de ter essa referência. Quando eu me aposentei em 1998, como filiada, senti a necessidade de ter uma referência. Terminou a primeira gestão, começou a segunda no ano passado e aí a gente ta com o mandato até 2003. Eu sentia falta assim, o sindicato que a gente é associado, contribuía e não tinha uma referência e quando eu me aposentei senti essa necessidade, agora que eu estou fora do órgão onde é que eu vou me organizar? Então eu me predispus, o pessoal me convidou pra participar da direção, então eu aceitei, fui eleita e aí estou fazendo este trabalho há três anos. Nós temos uma preocupação com a questão do aposentado não só as ações sociais, porque o nosso sindicato é mais jurídico e político. Então a forma política de todo sindicato existe e como a gente também sente que tem uns processos aí e a gente não consegue por causa da questão judicial, essa questão de desmonte mesmo, não ta preocupado com os movimentos sindicais, então eu comecei fazer um trabalho social com eles de auto-estima, vencer os medos, ansiedades e tentar motivá-los como se aqui fosse a segunda casa deles.

JDD- *E que atividades são essas?*

NFL – Nós começamos aqui introduzindo leitura, começar a ler para ter conhecimento das coisas, porque se aposentou acha que está no bem bom e vai cuidar de outras coisas, porque se aposentou acha que está no bem bom e vai cuidar de outras coisas e esquece de acompanhar as coisas que nós estamos passando, a questão política, dos aposentados, a previdência essas coisa todas, tomando um chazinho, ai fiz tipo um cursozinho assim: você é responsável por trazer uma informação e foi assim maravilhoso. A gente começou com chá, deste dia em diante a gente não tinha mais tempo nem pra tomar chá, deste dia em diante a gente não tinha mais tempo nem pra tomar chá quando terminava e assim nós fomos cultivando a vinda dessas pessoas aqui e então fomos proporcionando outras coisas como: dança de salão, que é uma forma de você esta os atraindo para cá, a dança em si é uma forma de trazer as pessoas, os aposentados dizem muito: “eu já cumpri meus deveres agora eu quero os meus direitos”; então isso também faz parte para que os aposentados também tenham um lazer. A gente trouxe num primeiro momento não como um lazer, mas como uma forma de trazê-los aqui, então a gente começa com a dança e dá os informes e eles ficam aqui participando, acompanhando todo o processo.

JDD – *É também uma estratégia política?*

NFL – É mais política porque nossa intenção é de dar conhecimento, participação e política acima de tudo porque se não a gente não consegue trazer, porque o que os aposentados querem é lazer. Cresceu muito a questão da terceira idade justamente por isso, porque eles viajam, então eles proporcionam outra coisa porque aqui no sindicato é isso, porque eles viajam, então eles proporcionam outra coisa porque aqui no sindicato é o seguinte, tida como baderneiros, tidas como..só vê política, só vê discurso, mas no vazio. Então a gente voltou mais para este lado assim, de uma forma de fazer política.

JDD- *Então você tinha roda de leitura, dança de salão, jogos de salão, salão de jogos...*

NFL – Então todas as quintas férias ficam reunidos aqui o dia todo, a gente proporciona isso aqui para eles. Nós fizemos um grupo de bio-dança aqui, de crescimento da melhor idade, melhor idade é aquela que nós estamos no momento, essa questão de crescer e nós tratamos também do estatuto do idoso, os direitos que ele têm, as formas como ele deve ser respeitado e para isso ele precisa ter conhecimento, então a gente discute aqui todas as questões. Bio-dança a gente suspendeu porque a gente sente a necessidade hoje de uma coisa maior, além da bio-dança um acompanhamento comportamental. Então a gente suspendeu, estamos com um projeto com um projeto aí vamos colocar apreciação porque a gente faz o seguinte: “eu não jogo no peito dele”, porque é bom pra mim pode ser bom pra a maioria, eu sou aposentada, mas eu não penso só em mim, então eu colho deles e faço um projeto em cima do que eles gostariam que a gente fizesse. Vamos dar continuidade com esses trabalhos que já deram resultado e a gente tá com proposta de aumentar mais...

JDD – *E o que é que vai modificar, você está falando que a bio-dança não respondia mas, precisava de algo mais.*

NFL – Porque a bio-dança é corpo em movimento não precisava ser um profissional de saúde, podia ser um facilitador, uma pessoa que tem o curso de bio-dança. Hoje eu acho que para completar isso a gente precisa de um profissional, como um psicólogo para uma terapia pra acompanhar a questão do comportamento, porque na bio-dança a gente tem o resultado, mas tem resposta que só um profissional pode dar. Então eu achei melhor a gente tentar fazer, não

que a gente vai falar que não deu certo ou que deu certo, é um avanço que vai melhorar ainda mais. Além disso, a gente proporciona a terapia alternativa, a gente faz o toque terapêutico, acompanhado com florais de Bah, reflexologia, tudo voltado para melhorar a auto-estima deles, não é uma coisa curativa é uma coisa preventiva que proporciona um bem estar.

JDD- *E dessas estratégias todas, qual foi a que melhor deu resultado e que tipo de resultado é esse?*

NFL – dança de salão que proporcionou uma maior integração, eles se divertem mais, agora a gente já mudou um pouquinho de dança de salão que é uma coisa técnica, a gente já está mesclando, não está botando somente dança de salão, tá mesclando com swing baiano, assim, de acordo com a idade, claro que a gente vai conhecer esses profissionais e a gente só traz aqui aquelas pessoas que já estão acostumadas a trabalhar com essa questão de idade, muito bem feito, muito bem escolhido, fazemos uma comissão e saímos para poder escolher esse profissional. Tem três anos que a gente tá aí e esse grupo de dança do salão é mais consistente.

JDD- *Entre o momento que você chegou há três anos e hoje tem ideia numericamente quantos aposentados chegaram até aqui, quanto você conseguiu crescer?*

NFL – No SINTSEF hoje temos 15.000 sindicalizados, 60% dos filiados são aposentados de dentro do universo dos setores públicos federais, aqui é um acesso ruim, difícil, mas a gente tem uma frequência aqui de 110, 120 pessoas na quinta-feira, quando começamos eram umas 10, 15 pessoas, só no meu órgão para você ter uma ideia tinha 127 associados, hoje são quatrocentos e pouco.

JDD – *De certo modo também funciona como um incentivador para a sindicalização, quer dizer: assiste que já tá sindicalizado, mas também cria ele para que outras pessoas que não são sindicalizadas possam vir também...*

NLF - Isso. A gente proporciona, sem nada, fica à vontade, eles nos procuram pra filiar. O SINTSEF hoje é até uma referência para outros sindicatos. Quando eu cheguei não tinha experiência nenhuma em trabalhar com aposentados, então fui ouvir aqueles antigos aposentados, fui visitar alguns pra ver como é que eu ia conseguir trazer eles. Os aposentados de paletó e gravata não querem graça com o sindicato, então a gente tentou desmistificar isso

fazendo um trabalho com muita responsabilidade, mas sem fazer uma pesquisa para ver como é que eu ia trazer esse pessoal a retornar a casa deles e aí eu senti necessidade também de experiência porque eu não tinha, eu recém aposentada fui sentindo necessidade em saber o que é que eu ia trazer para eles. Então eu tive a idéia de socializar isso, convidar associações, sindicatos, todas as lideranças que trabalhavam com aposentados por aqui. E a gente começou trocando idéias, vendo o que estava certo, o que não estava e fizemos aqui tipo um grupo um grupo de estudo e foi assim uma coisa muito fantástica, porque quando a gente resolveu botar na rua eu pensava assim: vamos trabalhar de uma forma coletiva porque eu acho que a questão do aposentado não é um problema só do SINTSEF, O SINTSEF só não representa nada. Então eu tentei abrir e foi muito boa em tudo e depois outras pessoas copiaram esse projeto.

JDD – *A que você atribui esse sucesso?*

NFL – É um trabalho de responsabilidade “formiguinha” mesmo, de tentar ouvir os mesmos, de tentar passar a idéia de que isso aqui é a casa deles, a única casa que tem cheiro de luta nossa. Então nós devemos nos organizar porque tem toda estrutura política, social e jurídica. Então nós proporcionamos tudo o que ele precisa, nós estamos filiados às confederações que têm os plantonistas, então emergencialmente ele está sempre em contato, trocando informações, conhecer outros estados, então por causa dos encontros que a gente tem fica sabendo o que estão acontecendo nos outros estados...os homens se reúnem pela manhã e as mulheres a tarde porque são donas de casa, mas quando a gente tem a necessidade de unir os dois grupos não tem dificuldade nenhuma. Agora mesmo eu pedi para que toda quinta feira eles tirassem 1 hora e meia para cuidar deles. Você sabe que os aposentados hoje são a bolsa da família, é desempregado, é o neto, o genro. Quando a gente se aposenta, a gente deixa de ir e vir porque tiram os seus vales transporte e parece que nossa barriga diminui também porque tiram nosso vale alimentação e esquecem que são pessoas idosas que têm pressão alta e que tem que tomar remédio, então tudo isso acarreta no aposentado.

JDD - *Nessa uma hora e meia para eles cuidarem deles, como é que funciona isso?*

NFL – É um grupo de auto ajuda, ele vem pra cá e fica o dia todo. Quem vem de manha e não pode ficar para tarde, eles tem um compromisso comigo de permanecer ate esse horário da tarde para juntar com as mulheres, 110 não dá pra gente botar no salão aí a gente tem que

selecionar. Aqueles que não gostam de dançar agente bota em outra atividade, bota uma palestra que a gente acha que eles têm interesse, ficam jogando...

JDD – *Qual a faixa etária desses aposentados que freqüentam o SINTSEF?*

NFL – A faixa etária é de 40. eu aposentei com 40 anos proporcional e da minha díade assim tem várias pessoas de 42, 70, 80 e que dança bem, tem um desenvolvimento...

JDD – *Inclusive isso exige um atendimento diferenciado...*

NFL – É muito difícil trabalhar com eles pela forma da rotina, então eles chegam aqui incentivados, tem 50 num dia pra dançar, então vai minguando, então você tem que estar ligada direto assim, com criatividade para você mantê-los, então isso eu tenho uma preocupação constante, ta buscando...

JDD - *E tem uma preocupação também de aumentar esse numero, o SINTSEF pretende trabalhar com mais?*

NFL – Várias assembléias de assuntos de deliberação que a gente faz é de 300, 260, nós não temos aqui nem espaço, mas muita gente se acomoda...

JDD – *Vocês fazem campanhas?*

NFL – Nós fazemos sim sobre as próprias questões nossa. Questão jurídica, questão de nossos direitos.

JDD- *E vocês ainda fazem campanhas junto aos órgãos para tentar trazer mais aposentados?*

NLF – Faço, quando é um ato publico, quando é uma questão de enfrentamento de rua, aí a gente mobiliza toda a categoria independente de ser filiado ou não. Eu acho que a construção deste país não é fechada. Eu não construo pensando só em mim, é construir pensando em nós. A questão aqui do SINTSEF é: eu tenho esses filiados aqui dia de terça e quinta-feira e eu faço outros trabalhos também, eu me envolvo com associações de bairro, com feirante, outras questões sociais.

JDD – *Existe uma verba mensal que é investida somente para esta questão dos aposentados?*

NLF – Não. Mas a gente não tem dificuldade, a direção disponibiliza se precisar, mas a maioria das ações que a gente faz aqui é gratuita. Eu tenho outros conhecimentos, outras amizades que fazem aula aberta. Não temos dificuldade de trazer qualquer palestrante aqui.

JDD – *Quais gastos vocês tem aqui?*

NLF – O gasto é mínimo. Às vezes uma dança de salão, uma correspondência que a gente manda. Agora mesmo, dois meses e com os professores dando aula gratuita. Nós estamos com um projeto e ele sendo aprovado, claro, que a gente contrata uma pessoa...

JDD – *O que é que esse projeto traz de novo e qual sua expectativa com relação a ele?*

NLF – Agora tem um coordenador a mais porque agora também envolve os trabalhadores ativos. A gente fez uma pesquisa com 10 pessoas em cada órgão, não dá pra ter uma base, mas dá para ver como andam as coisas na área de saúde, então eu estou montando um seminário para falar sobre isso e os órgãos mais afetados a gente ta tentando fazer esse trabalho o mais rápido possível, porque é a questão do envenenamento com as inseticidas, alcoolismo, LER e a maioria no geral são a auto estima mesmo, é a questão do salário, são 8 anos sem aumento, então a gente esta pensando também em fazer um trabalho com o pessoal de convencimento de auto estima, de qualidade de vida.

JDD - *E esse projeto prever a contratação de que tipo de profissional?*

NLF – A gente pega pessoas da área de saúde que se disponibiliza para fazer essas palestras, acompanhamento sem problema nenhum. E a maioria deles tem planos de saúde que nos ajuda também e com esse projeto novo, colocamos agora terapia alternativa aqui dentro.

JDD – *Tem alguma dessas iniciativas que esta dependendo da aprovação da diretoria?*

NLF – Não. Porque mesmo assim a gente esta usando isso como estagiário, se caso precise e a gente contrata um personal, mas não tem esse tipo de dificuldade não. Eu também estou

fazendo um curso, to acompanhando e to fazendo. Então se caso não dê certo, eu to por aqui pra dá suporte.

=====

Outra coisa que a gente tem muita dificuldade quando fui começar aqui porque não tinha um cadastro de aposentados, abrir o cadastro e depois foi que eu fui descobrir quantos que tinham no interior. Foi uma trabalhadeira muito grande para poder localizar essas pessoas para poder começar a trabalhar e hoje eu acho que a meta de tudo é fazer um planejamento. Você tem que ter um planejamento, flexibilizar o que não esta dando certo, parar, não da continuidade naquilo que você esta gastando o dinheiro do trabalhador. Estamos conseguindo uns cursos gratuitos aí para os aposentados de inglês básico, espanhol básico, corporativismo, bijuteria, artesanato, pintura e essa busca é deles mesmo.

ANEXO III

ENTREVISTA COM OS APOSENTADOS SINDICALIZADOS

Realizada em 26/09/2002

1º ENTREVISTADO: Armando Maia –

JDD – *Durante quantos anos o senhor trabalhou no serviço público? Há quanto tempo está aposentado? E há quanto tempo está sindicalizado?*

AM – *Eu trabalhei no serviço público durante 22 anos, tenho 12 de aposentado e tenho mais ou menos 6 anos de sindicalizado.*

JDD – *Há quanto tempo o senhor participa das atividades promovidas para os servidores públicos aposentados?*

AM – *Desde quando eu me aposentei .*

JDD – *Em que isso influenciou a sua vida?*

AM – *Melhorou muito a minha vida porque passei a ter uma área de lazer, de contato com pessoas diferentes. Uma oportunidade pra eu não ficar em casa ocioso esperando a morte chegar.*

JDD- *Por que o senhor resolveu se aproximar do sindicato mesmo depois de estar aposentado?*

AM – *É como eu já disse, para ter uma atividade.*

JDD – *O senhor participa das manifestações organizadas pelo sindicato? Porquê?*

AM- *Às vezes participo de passeatas porque a forma como eu posso colaborar é com a minha presença.*

JDD – *O senhor já leu o “Via direta”, o de A a Z ou acessou o sítio do sindicato?*

AM – *Não me recordo de já ter lido esse jornais do SINTSEF não e nem nunca acessei o sitio do sindicato.*

=====

2º ENTREVISTADO: Maria José da Silva

JDD – *Durante quantos anos a senhora trabalhou no serviço público? Há quanto tempo esta aposentada? E há quanto tempo esta sindicalizada?*

MJS – No serviço público federal foram 22 anos e mais 7 numa clínica particular. Há 9 anos sou aposentada, mas sou sindicalizada desde quando comecei no serviço público.

JDD – *Há quanto tempo à senhora participa das atividades promovidas para os servidores públicos aposentados?*

MJS – Só depois de aposentada mesmo porque antes disso eu estava trabalhando e quando a gente ta trabalhando, então tem que cumprir a lei do trabalho.

JDD – *Em que isso influencia a sua vida?*

MJS – Motivo mesmo da gente não ficar em casa parado, sem fazer nada, então a gente tem que procurar uma atividade e continuar a vida. Faço artesanato, informática, passeios e aula de dança.

JDD – *Por que a senhora resolveu se aproximar do sindicato mesmo depois de estar aposentada?*

MJS – Para ter uma atividade, estar com os colegas, se aproximar de novas pessoas.

JDD – A senhora participa das manifestações organizadas pelo sindicato? Porque?

MJS – Já participei muito das manifestações, mas hoje eu não participo mais.

JDD- A senhora já leu o “Via direta”, o de A a Z ou acessou o sitio do sindicato?

MJS – Não conheço o Via direta, com relação ao A a Z, eu inclusive vou cobrar porque eu já fiz a assinatura e não recebo. Quanto ao sitio, eu nunca acesso.

=====

3º ENTREVISTADO: Thabita Carvalho Lopes

JDD- *Durante quantos anos a senhora trabalhou no serviço público? Há quanto tempo esta aposentada? E há quanto tempo está sindicalizada?*

TCL – Eu trabalhei no serviço público federal durante 37 anos, estou aposentada há 12 anos. Já faz tempo que me sindicalizei, não me lembro, mas acho que foi logo quando entrei.

JDD – *Há quanto tempo à senhora participa das atividades promovidas para os servidores públicos aposentados?*

TCL – Depois que eu me aposentei foi que eu...tem uns 2 anos que eu participo das atividades do SINTSEF, sempre dançando, agora estou com vontade de fazer artesanato.

JDD- *Em que isso influencia sua vida?*

TCL – É aquela questão de fazer uma higiene mental não é? Pra não ficar aí parada, pelo menos eu estou me distraindo.

JDD – *Por que a senhora resolveu se aproximar do sindicato mesmo depois de estar aposentada?*

TCL – Pra levantar mais assim...Distraindo mesmo as idéias porque a gente não recebe aumento há 7 anos, a gente tem que procurar alguma coisa para distrair e não ficar pensando...

JDD – *A senhora participa das manifestações organizadas pelo sindicato? Porque?*

TCL – Sim. Por distrair, pras ver as coisas, saber...

JDD – *A senhora já leu o “Via direta”, o de A a Z ou acessou o sitio do sindicato?*

TCL – Não conheço nem o via direta e nem o A a Z.

=====

4º ENTREVISTADO: Benedita Maria de Macedo

JDD – *Durante quantos anos a senhora trabalhou no serviço público? Há quanto tempo esta aposentada? E há quanto tempo esta sindicalizada?*

BMM – Trabalhei durante 50 anos, comecei bem novinha. Aposentada estou há 10 anos, por aí... mas ainda estou trabalhando em escola particular. Em sindicato, estou não tem muito tempo não. Faz mais ou menos 15 anos. Custei muito de entrar, mas depois resolvi e não me arrependo não. Eu achava que não adiantava, que ninguém fazia nada, então eu percebi que o trabalho é serio, que o pessoal levava a serio e eu vejo que o pessoal leva a serio aqui, tudo feito com muito interesse.

JDD – *Há quanto tempo à senhora participa das atividades promovidas para os servidores públicos aposentados?*

BMM – Deve ter uns 2 ou 3 anos mais ou menos. Dança desde que começou as reuniões, festinhas de final de ano, São João...Cursos não, porque as vezes coincide com meu horário de aula, eu trabalho, então, tenho poucas tardes livres e ai não da para aproveitar muito.

JDD – *Em que isso influencia a sua vida?*

BMM – A dança é muito bom porque além de você exercitar, você conhece as pessoas. Eu conheci esse pessoal todo aqui. A gente brinca muito, conversa um com o outro. Eu danço só aqui, eu faço aula particular e danço em uma academia onde a maioria é jovem. O meu grupo mais velho é esse, o resto é tudo mais jovem, assim sua idade pra menos.

JDD – *Por que a senhora resolveu se aproximar do sindicato mesmo depois de estar aposentada?*

BMM – Eu já era sindicalizada, aí mandaram um jornalzinho pra nossa casa falando dos cursos de artesanato, de dança, aí eu liguei e vim aqui, fui recebida por Leonídia, aí ela disse que era pra eu vir porque eu ia gostar, eu vim e gostei. Hoje me sinto como se fizesse parte do sindicato. Gosto tudo aqui porque o pessoal trabalha com muita dedicação e seriedade para os aposentados. Todo governo diz que os aposentados são prejuízo aí eu sempre digo: ainda bem que não sou aposentada, porque continuo trabalhando.

JDD – *A senhora participa das manifestações organizadas pelo sindicato? Porquê?*

BMM – Passeata nunca fui, não gosto de passeata. Minha irmã quando era mais jovem fazia parte de tudo quanto era de passeata aí sofreu muito e eu não. Eu gosto de movimento assim, de festa, movimento agradável. Movimento de política não. Eu voto porque tenho que votar.

JDD – *A senhora já leu o “Via direta”, o de A a Z ou acessou o sitio do sindicato?*

BMM – Não conheço o via direta não. O A a Z, eu acho que é o que eles mandam pelo correio. É bom porque tem sempre as informações a respeito do sindicato e então, nós estamos sempre sabendo como está o andamento das coisas. Eu não lido com a internet não, lá em casa só meus filhos lidam com a internet. Eu só trabalho com Word pra fazer trabalhos da escola. Eu não posso pegar nos horários do sindicato porque eu tenho meus horários preenchidos.

ANEXO IV

Transcrição da entrevista com Edson Miranda Borges – coordenador geral do SINTSEF –

BA em Setembro/2001

Joana D’arc Dutra – *Qual o papel da comunicação na luta sindical?*

Edson Miranda Borges – o papel da comunicação é fundamental para essa crise que nós estamos vivendo hoje. Eu acho que nós só conseguiremos reverter a crise se tivermos aliado à ação política uma ação de comunicação muito eficaz... de ta conversando com a base, mesmo entre os próprios dirigentes você tem muito pouco diálogo. E o diálogo é fundamental nesse momento. E aí se você tiver diálogo entre essas corrente que compõe o sindicalismo hoje no Brasil, pra poder chegar ao objetivo...qual é o objetivo que nós temos? Porque também tem essa falta de objetivo do movimento sindical hoje. Então nós vamos construir isso através da comunicação, através do diálogo. O diálogo é importantíssimo, não só para o movimento sindical, mas para tudo que você tem dentro da contemporaneidade. É importante você ta dialogando, você não tem mais uma verdade fixa, ou alguém que se prosta num determinado ponto dizendo: “eu tenho a verdade, o norte é esse”. Eu acho que isso dever ser construído com o diálogo. Aí pra reverter essa crise é fundamental esse processo de comunicação e entende como a base da comunicação o diálogo, né?

JDD – *Na questão do embate, pensando instrumentalmente, como você vê o papel da comunicação?*

EMB – Eu acho que o movimento sindical tem que sair também dessa comunicação com a sua base, com a categoria específica. O movimento é muito dividido, muito corporativo e a comunicação acaba sendo uma comunicação muito dirigida. No nosso caso para o servidor público, não para a sociedade que recebe os serviços públicos. Nos bancários a mesma coisa é dirigido para os bancários e não pra sociedade que tem acesso aos serviços bancários, que fica numa fila, que tem dificuldade...

JDD – *E isso é fundamental porquê?*

EMB – Porque se você não tiver essa comunicação com esse público, se o servidor público não tiver essa comunicação pra ta conversando com o povo, pra ta passando porque o serviço público vive essa situação o povo termina tendo a mesma imagem que algumas forças políticas do país, do servidor público preguiçoso, desleixado, demente. Então eu preciso dessa comunicação pra poder construir uma outra imagem. Se eu não conseguir fazer essa interlocução com a sociedade, dificilmente eu vou conseguir resolver o meu problema particular enquanto servidor público: meu problema salarial, ter um serviço de qualidade...eu preciso dessa parceria com a sociedade.

JDD – *Como o SINTSEF compreende a comunicação na sua luta?*

EMB- Acho que isso é uma construção. Para nós construirmos essa comunicação, evidentemente não significa que vamos ter que romper com uma série de ranços, uma determinada cultura, um determinado hábito no movimento sindical. Internamente, esse hábito, essa cultura é que dificulta essa interlocução com a sociedade, essa comunicação para a sociedade, para o outro. O movimento sindical, infelizmente, ainda não descobriu esse papel da comunicação, da comunicação com o outro. Eu me comunico comigo mesmo, com o outro servidor, o outro dirigente sindical, mas não me comunico com o outro, a sociedade como um todo.

JDD – *O que diferencia a comunicação feita por um sindicato, por exemplo, das comunicações de massa no que tange à relação com o público?*

EMB- Eu tenho a impressão que não significa uma comunicação alternativa, não é uma comunicação alternativa, porque hoje eu acho que a sociedade precisa dos grandes meios, ate mesmo os grandes meios que trabalham a noticia diariamente tem uma certa dificuldade de dirigir mais a informação para determinado aspectos...Eu acho que essa comunicação sindical, se o sindicato conseguir perceber isso, não como uma comunicação alternativa, mas como uma comunicação que pode ajudar inclusive aos grandes meios. Você pode trabalhar as noticias veiculadas nos grandes meios de outra forma, dá um outro enfoque...Eu acho que isso seria importante para o movimento sindical. Infelizmente, o movimento sindical não faz isso, quando faz ele acha que a comunicação dele é alternativa para os grandes meios, por isso eu acho que não consegue resolver o problema.

JDD – *Mas é uma relação de embate também com os grandes meios, ou nesse teu raciocínio seria uma relação de “complementação” ou de aprofundamento das temáticas?*

EMB – Pode ser uma relação de embate em alguns momentos – isso não é uma coisa fixa, você não tem que tomar isso como uma coisa fixa. Você tem que estabelecer uma relação de embate, uma relação de força, às vezes, numa determinada temática, mas você pode exercer uma relação de complementaridade também. Mas tem esse problema também: o movimento sindical sempre toma coisas fixas. Ou é uma relação de embate, se não for de embate eu to me coopitando, eu to fazendo o papel da burguesia, estou auxiliando a força da burguesia, da elite.

Então esse tipo de conduta política, eu acho que dificulta a comunicação. Porque pra poder fazer a comunicação, você tem que romper com isso, você tem que ter um determinado consenso a respeito de como é que você vai dirigir a comunicação. Isso é o principal problema hoje: estabelecer esse consenso. Por isso que eu to dizendo que o diálogo é fundamental. Através do diálogo nós vamos estabelecer esse consenso. Mas nem todo mundo, nem todas as forças públicas, estão predispostas a fazer essa discussão. A estabelecer um diálogo profícuo e aí estabelecer consensos para uma ação política.

JDD – *Qual o investimento em reais da entidade para o setor da comunicação?*

EMB- O movimento sindical, aí eu to colocando também o SINTSEF, apesar da gente ter essa percepção de quem é importante, o investimento ainda é muito pouco porque ainda precisamos romper determinadas arestas, determinados comportamentos políticos, e isso dificulta um investimento maior na comunicação. Mas eu acho que nós fizemos uma construção. Construindo, você vai rompendo arestas, vai construindo o consenso e a comunicação ao longo de um tempo. Nós estamos aqui há três anos e eu acho que nós conseguimos construir alguma coisa, tipo estar diversificando a comunicação com a nossa base através da internet, através dos jornais, através dos investimentos em rádios comunitárias, tendo inserção na grande mídia paga, ou construindo ações que interessam a grande mídia.

JDD – *Algum outro setor tem investimento similar? Porque?*

EBM – Existe uma demanda muito grande do departamento jurídico e você tem que trabalhar com a base, inclusive através da comunicação, pra poder romper isso. Nós costumamos dizer que se não tomarmos cuidado o jurídico acaba abocanhando todo o sindicato. Aí o sindicato vai virar um grande escritório, um grande balcão.

JDD – *Que instrumentos de comunicação o sindicato dispõe?*

EMB- Temos um boletim, que não tem uma periodicidade, temos também um jornal que aborda os assuntos com maior profundidade. O boletim é aquela coisa mais imediata. Se houver necessidade, nós podemos soltar ate dois, três exemplares por semana do Boletim. O jornal também tem uma periodicidade indefinida. Quando nós entramos aqui, em 98, nós

demos uma cara nova para o jornal, mas não ganhou periodicidade, o boletim pode ter uma página frente e verso e o jornal pode ter oito.

JDD – *E que tipo de temática aparece no jornal, que diferencia do boletim?*

EMB- Ainda substancialmente a temática corporativa, o que não é o objetivo nosso. Nós queremos um jornal que a gente possa fazer também essa discussão...Ampliar mais a comunicação com a sociedade, mas infelizmente a temática ainda é predominante corporativa: a questão dos servidores públicos, as questões salariais. Nas temáticas, o boletim e o jornal não se diferenciam. Primeiro porque pra gente construir um jornal que ampliasse mais a comunicação, nós precisaríamos ter uma equipe maior, e para isso, precisávamos ter recurso pra contratar, pra ter recurso você precisa redirecionar toda a atividade do sindicato.

JDD – *Tem a participação de outros profissionais ou você sempre trabalha com o mesmo número de profissionais?*

BEM- Não. Quando tem no caso de uma greve como nós estamos tendo agora, um caso atípico, nós contratamos mais profissionais para compor a equipe, mas no cotidiano, no dia-a-dia, nós temos um jornalista e 2 estagiários.

JDD – *E a tiragem desses jornais?*

BEM- Por volta de 10.000 a 15.000 jornais. Se o boletim for distribuído no interior e para aposentados passa para 12.000, para poder distribuir para todo mundo, se não, uma média de 4 a 5.000 exemplares para as pessoas da ativa aqui de Salvador.

JDD – *Quantos sindicalizados vocês têm e qual sua categoria?*

BEM- Nós temos 12.000 quase 13.000. Quanto à categoria, nós não temos isso bem definido, nós temos vinte e poucos mil funcionários públicos federais daqui da Bahia, mas é um dado que nós temos ainda do governo faz alguns anos, de lá pra cá muita gente se aposentou e muita gente saiu pelo PDV, nós precisaremos rever esses dados, mas digamos que nós temos 80% de nossa categoria sindicalizada. Esse é um bom índice se nós formos contar universidades, previdências, o pessoal que poderia se filiar a nossa base.

JDD – *Uma campanha de sindicalização por exemplo, para vocês não desperta esse tipo de interesses?*

EMB- Não. Depois, logo quando nós construímos o sindicato em 89, fizemos aquela campanha “sindicalizar” e não fizemos mais nenhuma campanha mais sistemática de sindicalização.

JDD- *As definições dessas pautas como acontecem? Vocês tem um diretor de imprensa não é?*

EMB- Sim. A diretoria e o coordenador de imprensa sentam vêm as demandas que aparecem no dia-a-dia do jurídico, da formação, dos aposentados...Essas pessoas encaminham o caso a comunicação e a temática agente sente com o jornalista, discute mais ou menos qual será o foco, o que é que deve ser dado mais enfoque na edição do jornal, dos boletins trabalha desta forma. Mas tenho também uma crítica aos jornalistas ligados aos sindicatos. Eu acho que os sindicatos exercem um controle sob a comunicação, sob o veículo. O jornal e o boletim têm menos liberdade que a grande imprensa. Eu posso identificar na grande imprensa uma maior liberdade do profissional, do jornalista para trabalhar determinadas temáticas, no sindicato existe um limite rígido por parte das pessoas que representam as correntes políticas dentro do sindicato e os jornalistas terminam se enquadrando nessa coisa, expressando esse rigor, fazendo muito aquela análise superficial, muito ideológica das temáticas...Deveriam ter mais liberdade para trabalhar determinados temas ou não utilizam muito essa liberdade porque é mais cômodo, ou porque é um vínculo que se cria, que se criou, um dependência, e a pessoa termina se acomodando àquele ambiente ali e termina reproduzindo isso.

JDD – *Quanto tempo tem a home-page de vocês? Qual o diferencial do uso da Internet nessa forma de comunicação? Qual a diferença que vocês pensam na pratica da Internet e da prática do boletim?*

EMB- Nós montamos essa página com uma empresa especializada logo depois que nós assumimos em 98, mas é necessário que o pessoal esteja atualizando diariamente, pagar para manter a página tem uma certa dificuldade, e o fluxo de informação do pessoal que mantém a página não é adequado. Nós temos uma categoria basicamente de classe média, instruída, que têm computador em casa ou no trabalho. Hoje, todo serviço público está ligado à Internet e isso facilita bastante essa comunicação. De manha por exemplo, uma pessoa chega, entra num órgão desses, vai à pagina do sindicato, pega o que tem, mas para isso a página precisa esta

atualizada, se não estiver a pessoa entra uma, duas, e na terceira vez diz: “não vou encontrar nada ali”. Aí você quebra essa relação.

JDD- *Vocês pensam uma coisa específica para a Internet ou ela ainda é uma transposição da parte impressa?*

EMB- Ela termina reproduzindo muito essa parte impressa, mas você tem outras coisas, você tem outros acréscimos. Nós estamos terminando de montar um programa para disponibilizar toda a parte jurídica, onde e como esta a ação do sindicalizado, para ele ter acesso. A mesma coisa é a parte financeira, como todas as movimentações disponibilizadas nos boletins e vamos disponibilizar agora também na Internet. É essa coisa de transparência que a gente ta querendo implementar, por que isso é importante para estabelecer confiança. Nenhuma instituição hoje, nenhuma pessoa, se não conseguir estabelecer uma relação de confiança não adianta. Ele não vinga. É uma coisa fundamental estabelecer essa relação de confiança para que possamos trabalhar, mas existe uma série de percalços a serem vencidos.

JDD – *Você falou do boletim, falou do jornal, da Internet; fala alguma coisa sobre radio comunitária, da para especificar melhor?*

EBM- Existe uma seção baiana da Associação Brasileira de Rádio Comunitária – ABRAÇO – e nós fazemos parte dela, temos um representante na diretoria. No início, foi algo que nós identificamos ser interessante investir para poder justamente ampliar essa comunicação do sindicato, sair da comunicação só com o servidor público. Tem um espaço aqui onde a ABRAÇO - funciona, estamos sempre dando apoio além do pagamento da cota mensal para ser filiada dessa associação, nós ajudamos mandando pessoas para congressos, produzir o material.

JDD- *Existem informações do SINTSEF sendo transmitidas pelas rádios comunitárias que compõem a ABRAÇO?*

EMB- Em todas não, mesmo porque existem poucas rádios funcionando hoje no Brasil e aqui na Bahia por dificuldade de tramitar no Ministério das Comunicações. Então, muitas rádios que ousaram funcionar estão fechadas pela polícia federal.

Nós construímos uma rádio em conjunto com a igreja católica lá na cidade de Valença no ano passado e a colocamos no ar, depois ela sofreu ameaças de ser fechada pela polícia federal e então a seguramos um pouquinho, só precisa fazer a incursão no Ministério das Comunicações para ver se a gente libera o funcionamento da rádio.

JDD- *Então, sua participação na radio comunitária seria ainda conceitual, você compreende a importância, mas a instrumentalização como outro veículo ainda não?*

EMB- Não seria conceitual porque nós já fizemos o investimento de mais de R\$ 15.000,00 numa rádio, e agora nós estamos batalhando para poder coloca-la no ar, legalmente, para estar evitando esta coisa de está sempre num suspense, polícia federal vai chegar, vai apreender, porque eles apreendem o material e a perda é bem maior.

JDD- *E em relação a assessoria de imprensa, como é a relação do SINTSEF com a imprensa local por exemplo?*

EMB- Só em época que nós temos algum fato relevante, principalmente uma greve, mas no cotidiano praticamente não existe. Tem que existir esse momento extraordinário, que seria a greve para nós construirmos uma comunicação com a sociedade, mas é uma comunicação num momento extraordinário, fica parecendo que a gente só trabalha no período da greve, então essa comunicação deve ser, mas infelizmente não é, construída no cotidiano.

JDD- *Você tem idéia de como é que o sindicato poderia aparecer na mídia sem ser ligado diretamente a questão da greve?*

EMB- Nós precisamos mudar um pouco o pensamento evidentemente político do sindicato que é o embate, é a luta pela sobrevivência, é a greve...Desde quando o sindicato foi criado, nós vivemos disso, mesmo porque os servidores públicos da época de Collor pra cá, vêm sendo alvo de constantes ameaças por iniciativa do governo e nós temos muito pouco tempo ou recurso para está direcionando um pouco a luta para esta construção mais técnica, que é esta produzindo conhecimento, sistematizando informação, subsidiando a grande imprensa com esta informação. Então essa produção de conhecimento nossa praticamente não existe.

JDD – *Vocês não são autorizados, digamos assim, pela mídia a falar de outra coisa..?*

EMB – Claro. Só é autorizado pela mídia para falar a respeito de alguma temática, quem a mídia reconhece como autoridade, como especialista daquela determinada temática. Como você investe muito pouco nessa produção de conhecimento, seria necessário investir mais para poder se especializar, ter um gabarito e ter uma produção de conhecimento suficiente para poder falar sobre políticas públicas, sobre o problema da saúde, da educação, do meio ambiente, caso contrário não, é só a comunicação no período da greve – questão corporativa, defesa de salários, dos direitos...

JDD – *Como é a relação do sindicato com a base dele?*

EMB- Eu diria que dentro do movimento sindical é uma relação das melhores com relação a outros sindicatos e outras bases. Mesmo porque nós investimos durante o período inicial do sindicato muito nesta comunicação e nesta relação interpessoal, de está direto no local de trabalho, então isso construiu para uma relação muito mais forte do que uma comunicação às vezes só por boletim, distante, fria, ou só pela Internet.

JDD- *Você fala no seu livro de uma pesquisa que avalia a recepção da..*

EBM- Isto esta sendo sempre feito porque é importante você esta sempre tentando pesquisar o perfil do funcionário público. Se você não tem esta informação que é básica, como é que você faz política? Tem que romper com determinadas culturas, determinadas posições políticas para poder você fazer este investimento, enveredar por este caminho. No congresso da Confederação do ano retrasado, não tínhamos uma relação com a entidade que é intersindical do serviço público internacional que é uma entidade que congrega sindicatos, confederações, federações e servidores públicos no mundo todo e nós já havíamos acertado com esta instituição um convênio para que ela pudesse financiar um perfil do funcionário público brasileiro, mas aí o congresso, determinadas forças políticas inviabilizaram isso. O fato de você ter um convenio técnico com esta instituição que esta financiando um estudo, uma pesquisa aqui no Brasil, uma pesquisa que é importante inclusive para você definir a política, ser totalmente inviabilizada é uma coisa irracional .

JDD- *Você tem em algum momento de 89 para cá que a base foi ouvida? Eu digo, não nas relações interpessoais, mas formalmente.*

EMB- Temos, mas sem uma metodologia correta, direi até que com pouco profissionalismo, porque para você poder fazer uma pesquisa dessa é preciso envolver profissionais da área, que depois você possa tabular, sistematizar esses dados e isso é feito de uma forma muito precária, às vezes, feita pelos próprios dirigentes aqui do sindicato.

JDD- *Esse perfil, do servidor público, talvez seja mais urgente.*

EMB- Claro. Se eu não conheço o perfil de quem eu estou representando, como é que eu posso abrir as aspirações desse pessoal?

JDD- *Vocês tem algum tipo de feedback com relação às campanhas de comunicação desenvolvidas pelo sindicato?*

EMB-Muito pouco. De vez em quando chegam cartas de associados, falam se não recebeu o boletim, abordam determinados temas do boletim que eles não concordam, dão sugestão de temas que podem ser abordados, mas não tem uma resposta, um ponto de vista que seria importante para o sindicato até para esta mensurando isso a partir desse feedback.

JDD- *No ato da entrega do boletim e do jornal você entende que o servidor público federal compreende isso como um instrumento importante?*

EMB- Eu acho que as pessoas não ligam muito quando você chega e só entrega, mas quando eu vou distribuir alguma coisa, eu procuro estar discutindo, dizendo o que é que tem para que a pessoa mesmo que não leia ali na hora, possa levar para casa, mas isso não é uma regra entre as pessoas que distribuem, muitas vezes deixam até com o vigilante uma quantidade para depois distribuir e essa ação faz com que se perca totalmente o objetivo do boletim e do jornal.

JDD- *Quando você pensa em um objetivo para o boletim e para o jornal, você pensa em que?*

EMB- O objetivo é basicamente o de informar dentro da política do sindicato o que esta acontecendo, no jornal de uma forma mais ampla que no boletim, porque aqui a gente aborda outros temas como o problema racial.

JDD- *A Internet também tem esse papel da informação claramente, tem a abertura de outros departamentos como você estava falando. A possibilidade de feedback possivelmente é maior na Internet que através de cartas, ou não?*

EMB- No princípio sim. Mas como o pessoal da comunicação não consegue atualizar, eu acho que as pessoas perdem o interesse em ta entrando na Internet, mandando e-mail para cá, nós criamos mesmo na nossa página da Internet alguma coisa assim: “fale com o advogado do sindicato”. Então essa coluna é bem freqüentada, as pessoas estavam sempre mandando, mas como o advogado ou o setor jurídico terminam não respondendo em tempo hábil, eu acho que estará basicamente ruindo o interesse das pessoas.

JDD- *Você vai dizer que a incorporação da nova tecnologia não é sucesso garantido. Não é?*

EMB- Claro que não, você precisa esta atualizando no dia-a-dia, se não tiver não adianta. Daqui a pouco a gente termina suspendendo por que não da certo, a tecnologia por si só significa que você esta conseguindo se comunicar.

JDD- *E que outras estratégias o sindicato utiliza nesta perspectiva da comunicação, já que lá na frente você define o objetivo?*

EMB- A gente us ao lazer fazendo campeonato de futebol, sala de jogos; a cultura como exposição artística, teatro; para estabelecer outro tipo de...que dá resultado se for sistemático. Se você faz uma vez só, e leva um ano, seis meses sem fazer não da resultado. Aqui não tem pessoa que assumam ou então não temos recursos para poder pegar pessoas de fora. Pelo menos o campeonato de futebol aconteceu ou no ano passado, está acontecendo este ano. Somente as atividades com os aposentados são sistemáticas, você tem aula de dança, palestras...

JDD- *E esse feedback é mais fácil de ser sentindo.*

EMB- Isso é mais sistemático com os aposentados que são 50% de nossa base contribuinte hoje. Os aposentados estão aqui todos os dias por causa dos jogos, das palestras, das aulas de dança...

JDD- *A contribuição é voluntária ou obrigatória?*

EMB- É voluntário. E o imposto a gente não cobra, a gente devolve para a categoria. Quer dizer, hoje em dia o governo nem desconta mais, porque sabe que nós mandamos um documento para não descontar. São muitos aposentados que ficavam ali na piedade, às vezes tomando cachaça, hoje em dia eles vem para cá pro sindicato, ficam aqui.

JDD- *Então não há como medir os resultados da utilização destes veículos de comunicação em relação a mudanças dos índices de sindicalização. Então como poderíamos mensurar a eficácia ou não destes veículos ou os impactos dos mesmos juntos À categoria?*

EMB- Eu acho que por causa de uma maior participação nas atividades do sindicato ocorre aquela coisa de não ficar reclamando. Você sente quando o sindicato não faz a política correta.

JDD- *Como são as eleições de vocês já que não há um imposto obrigatório?*

EMB- nós mudamos nosso estatuto agora, passamos a ter de 3 em 3 anos. Você agüentar uma diretoria péssima dois anos é ruim, mas para uma diretoria que desenvolve um bom trabalho, dois anos é pouco. Ai resolvemos mudar, mudamos há três anos. Tivemos as eleições agora no final do ano passado, em dezembro e, então esta diretoria fica três anos.

JDD- *E como é que funciona a eleição de vocês, é aqui?*

EMB- Na Bahia toda, eleição direta. Define os locais onde vão ter urnas, comissão eleitoral tirada em assembléia, estatuto eleitoral tirado em assembléia também, você tem um percentual de 20% de votos dos associados para garantir as eleições já que nossos sindicalizados não são obrigados a votar.

JDD- *E esse índice será que já não foi alterado logo dessa historia ou já no começo...*

EMB- Não. Foi alterado. Nos últimos anos a tendência é ter caído devido à dificuldade de sindicalização que é muito grande hoje e a participação também.

JDD- *Essa contribuição sindical é feita como?*

EMB- Quando o funcionário público federal assina a ficha de filiação do sindicato, passa a ter sua contribuição descontada em folha de pagamento e depositada na conta do sindicato. Ai vem direto para pra, aqui a gente prepara e entrega pro governo.

JDD- *Esse é o único rendimento do sindicato ou vocês têm outra forma de rendimento?*

EMB- Não. Só esse, que esta hoje na faixa dos R\$ 90.000,00 com contribuição de 0,5% da remuneração.

JDD- *Os servidores são concursados?*

EMB- Uma grande maioria é concursado, mas tem gente que não, Tem muita gente que veio de fundações e fundação não é chamada administração direta.

JDD- *Para ser concursado tem que ter no mínimo segundo grau?*

EBM – Exatamente, mas para alguns concursos como auxiliar não necessariamente segundo grau, mas eu acho que a grande maioria é segundo grau. Você tem 350.000 pessoas no Brasil no governo federal. A maioria dessas pessoas não tiveram nenhum reajuste nos últimos sete anos. A média salarial está na faixa de R\$ 600,00, R\$ 700,00.

Não tem concurso em determinados órgãos a 20, 30 anos, então é uma categoria envelhecida sem qualificação e sem reciclagem, com uma série de dificuldades, problemas psicológicos, alcoolismo, Um desestímulo. Os órgãos desmontados, sem polícia pública, sem recursos para investimentos. O pessoal sai para o trabalho, ficam ali na mesa o dia todo, não tem o que fazer.

JDD- *Isso certamente reflete na qualidade do serviço.*

EMB – Claro. Você poderia botar bilhões e bilhões de recursos hoje no serviço público e você não resolve este problema, você não qualifica o serviço público.

JDD- *É uma das bandeiras do sindicato, digamos assim, a questão de concurso e qualificação profissional, além da questão salarial?*

EMB – É o problema de sobrevivência do serviço público. O governo contrata basicamente terceiros e aí dá um treinamento, às vezes, rapidinho para determinadas áreas que são vitais, como saúde, combate a dengue mesmo. Você tem um conhecimento acumulado durante vários anos, que é desperdiçado porque não são incorporadas.

JDD- *O alcoolismo é um problema, digamos, doença de trabalho, no serviço público é o problema mais grave.*

EMB – É. O problema é o desestímulo. É o psicológico mesmo. Falta de apetite com o trabalho também considero brabo. Nós estamos fazendo uma pesquisa sobre saúde.

JDD- *Tem notícia de outra coisa, outra doença sem ser o alcoolismo, que também...*

EBM- Tem em determinados setores muitos problemas com a aplicação de produtos químicos decorrente dos trabalhos com veneno, toxicação, LER no setor de atendimento ao público.

JDD – *Você estava falando que não pode ter uma política de comunicação corporativa...*

EMB – Não. Você tem que ter uma política de comunicação do movimento sindical pra sociedade. Não é uma política de comunicação do SINTSEF, dos bancários. Outra coisa que ainda é ruim para o movimento sindical é a retransmissão dos partidos políticos, apesar de algumas correntes políticas no Brasil e no mundo terem rompido com o socialismo real, o que é muito prejudicial porque você não realiza a política sindical e sim a partidária.

JDD- *Não se pensa na cultura da comunicação como algo transformador?*

EMB- Não. É instrumental. É pra comunicar conteúdos. O movimento sindical precisa fazer jornalismo para ouvir a base, o que as pessoas pensam, qual é a opinião delas a respeito de determinado tema, determinado fato, determinado problema. Normalmente é a voz do diretor, é a voz da direção. É a voz e a imagem. Em alguns outros locais é uma coisa assustadora a imagem dos diretores em profusão nestes veículos.

ANEXO V

Entrevista com Ney Sá – assessor de imprensa do SINTSEF – Ba

Data: 04/04/2002.

Joana D'arc Dutra – *Quais são as atividades de um jornalista em imprensa local?*

Ney Sá – Na redação de um jornal você tem uma estrutura montada, fazendo um paralelo, mas dentro de um ótica, de uma linha de montagem. Você tem a pessoa que prepara a pauta, outra que faz a coleta da notícia que é o repórter, o editor, o revisor o copydesk. Você tem uma serie de etapas de elaboração e produção da informação que passa por varias mãos. Na imprensa sindical a assessoria não tem o mesmo recurso de um empresa de comunicação, então ela é formada normalmente por um assessor ou dois se o sindicato for maior. E a finalidade do sindicato não é produzir informação, é fazer a representação de uma determinada categoria, então neste sentido o sindicato tem uma abrangência diferenciada. Produzir comunicação é uma das atribuições e não necessariamente isso é prioritário. Uma boa parte dos sindicatos não tem nem recursos para se investir numa assessoria de imprensa como deveria, embora toda a atividade sindical tenha necessidade de uma, mesmo que eles nem saibam disso, uma boa parte deles não tem nem noção do que é uma assessoria de imprensa sindical. Um jornalista de comunicação sindical tem atribuições diferenciadas, é ele quem faz o levantamento da pauta, pensa um pouco as necessidade da categoria, tem necessidade de compreender como se organiza as necessidades da categoria, tem necessidade de compreender como se organiza politicamente aquela entidade. O que diferencia também a comunicação sindical como qualquer outra empresa que produza conhecimentos, informação ou bens de consumo não tem como finalidade o lucro. O lucro do sindicato é está representado bem a categoria, é esta chegando ao seu associado com uma mensagem importante para ele. É esta atento as demandas jurídicas e demandas políticas, está cumprindo o papel organizativo permanente, ou seja, um sindicato que esta tendo lucro é um sindicato que esta alcançando objetivos.

JDD – *E esse jornalista tem que ser militante?*

NS- Não necessariamente. Eu acho que é importante a gente diferenciar militância de atividade profissional. Pode ser um militante que queira atuar como jornalista, mas eu acho importante

que haja pelo menos uma separação do ponto de vista pessoal, ou seja, do profissional, do jornalista pra que as coisas não se misturem no meio do caminho porque é muito comum mesmo para um jornalista que esteja exercendo uma atividade exclusivamente profissional não compactuar 100% com aquela ideologia, mas é importante que ele tenha capacidade de fazer esta diferenciação porque se não você mistura o que é necessário fazer do ponto de vista profissional e do ponto de vista da militância. Eu acho muito difícil um jornalista trabalhar para uma entidade sindical se ele não tiver um nível de identidade com a proposta política dela, assim como é difícil para um jornalista trabalhar em qualquer empresa que não tenha nenhuma afinidade com a linha de pensamento dele, ou seja, existem determinantes que tenham a ver não com a formação profissional do indivíduo que é anterior inclusive a própria escolha da profissão. Esse perfil como pessoa é importante inclusive para que o jornalista defina em que área de atuação que ele vai trabalhar. Nesse sentido, é importante que um jornalista que esteja atuando em numa entidade de classe, tenha uma afinidade, a melhor possível, com o que esta propugnando aquela entidade porque do contrario é você vender força de trabalho, você não faz uma reflexão sobre o seu papel enquanto ator social, porque o jornalista é um ator social importante que trabalha com a formação de opinião e essa reflexão ele faz enquanto pessoa.

JDD- *Qual a função de uma assessoria de comunicação dentro de um sindicato?*

Eu acho que é básica porque um diretor de sindicato é essencialmente um ator político. Ele entende as relações de trabalho que estão colocadas naquele jogo porque a ação do sindicato é eminentemente política, então o diretor do sindicato tem que entender o papel dele do ponto de vista de negociação, de representação, de organização, de mobilização, as possibilidades que ele tem de conduzir esta categoria dentro de uma determinada linha de ação política para obter resultados que consigam levar esta categoria de trabalhadores a uma condição de trabalho melhor, uma condição salarial melhor, enfim, a uma condição de vida melhor. O objetivo do sindicato é melhorar a condição de vida da categoria que ele representa, É neste emaraiado que a comunicação exerce o papel de organizar conteúdos e de balizar ações políticas porque quando a comunicação sindical existe dentro de uma relação de negociações entre partes, significa que você tem informação circulando, ou seja, você tem uma categoria que esta informada sobre o que se passa nas relações entre patrão e empregado o que é responsável até pelo nível de mobilização que esta categoria é capaz de adquirir porque uma categoria desinformada fica a mercê de uma condução quase que exclusiva de uma liderança. A liderança é quem vai cumprir o papel de apontar os caminhos e uma categoria informada e ter

condições ate de interferir nas decisões que esta liderança toma. Você ter comunicação, informação dentro de uma estrutura do movimento sindical significa dizer que você é um melhor amigo de compreensão das pessoas que estão nesta estrutura e conseqüentemente de ação também porque a categoria quando entrar em qualquer tipo de ação seja ela uma paralisação, ação de protesto, reivindicação, ou simplesmente uma manifestação qualquer, ate mesmo uma greve, ela não entra porque alguém esta induzindo, mas porque compreende a importância daquele momento que ela esta vivendo.

JDD- *Você esta pensando na comunicação para alem de um instrumento de divulgação, mas também com um compromisso com a cúpula?*

NS- Sem dúvidas. Toada comunicação é formadora de opinião pública. Dizer que a comunicação é meramente informativa é reduzir o papel da comunicação a um nível que não é real. A questão da informação não é uma coisa isenta de ideologia própria de cada um. No caso da comunicação sindical, ela é menos escondida, porem não necessariamente panfletária, não necessariamente ideológica do ponto de vista de tolher outras possibilidades de manifestação, talvez seja esta a grande responsabilidade do jornalista que trabalha com comunicação sindical ele tem que ter a visão de que, quando você faz assessoria para uma entidade que representa uma categoria você esta fazendo assessoria para uma parcela da sociedade que tem linhas de pensamento múltiplas. Então vai acontecer que a linha de comunicação de um sindicato é afinada com uma determinada tendência política-ideologica da diretoria que esta à frente daquela entidade naquele momento porque se pressupõe que a diretoria eleita para uma entidade sindical, representa um conjunto de idéias daquela categoria já que aquela categoria votou.

A lógica de organização que as entidade de classe estão montadas é uma lógica de organização de representatividade e consecutivamente, de processos democráticos de organização. Então é uma diretoria eleita, amplamente divulgada na categoria, onde se discute propostas de ação política e ideologia. Então quando você esta fazendo assessoria para esse sindicato, você esta trabalhando dentro de uma vertente de idéias que foi previamente discutida naquela categoria.

JDD- *Em termo de mercado você poderia avaliar como esta a comunicação sindical na Bahia?*

NS- Em 83, você poderia contar nos dedos os sindicatos que tinham ou que pensavam em assessoria de comunicação. Hoje todo sindicato, se não tem uma assessoria de imprensa permanente tem alguém prestando serviço para fazer sua comunicação, minimamente um jornalzinho, um boletim, alguma coisa que faça essa interfase entre direção da entidade e sua base. Eu acho que hoje todo dirigente sindical compreende a importância desta comunicação, pode até ter dificuldade em entender como é que um jornalista se encaixa..aí a gente entra naquela velha discussão que para se escrever é necessário ser jornalista, a questão de se ter um diploma que também passa pelo movimento sindical.

JDD- *Quanto tempo faz que você trabalha no SINTSEF e quais são as atividades que você desenvolve aqui?*

NS- No SINTSEF eu trabalho desde 1995. Atividade é essencialmente assessoria de comunicação, dentro das atribuições desta atividade é a produção de releases, produção de informativos, boletins, jornais, eventualmente produção de vídeos de palestras, cartilhas com temas específicos, eventualmente produção de vídeos de palestras, cartilhas com temas específicos, eventualmente um texto para rádio e televisão para veicular chamadas, de assessorar o tipo de imagem que se vai associar a uma campanha salarial, por exemplo, a direção do movimento trabalha com idéias e nós fazemos propostas. Quando é uma campanha nacional, por exemplo, a confederação preocupa-se em contratar uma agencia de publicidade. No SINTSEF atualmente, nós temos a produção de um informativo diário – Via direta – distribuído via fax e e-mail, um jornal bimestral – A a Z- que tem uma característica menos daqueles padrões convencionais do que é jornalismo sindical, a gente procura abrir um pouco mais do ponto de vista estético, da redação e das abordagens. A gente esta numa fase de se pensar a comunicação do SINTSEF, mas nós temos um boletim e dois jornais.

JDD- *O que diferencia as temáticas do boletim e do jornal?*

NS- O jornal cumpre o papel de documentar, de mostrar as campanhas de uma maneira mais ampla, de abordar uma gama de assuntos maior e de passar para a categoria as ações que o sindicato desenvolve, fazer uma comunicação de uma perspectiva mais ampla de informação e resgata ações que foram desenvolvidas pelo sindicato num período mais longo. O boletim ele tem uma característica mais pontual, trata de poucos assuntos e cumpre o papel de fazer uma mobilização pontual, de dinamizar o processo da informação bem residual, então ele tem um

tempo e uma gama de ação mais restrito. O boletim tem um papel diferenciado, mas busca dar conta de cobrir o jornal do SINTSEF. (OUVIR A FITA)

JDD- *É difícil para um sindicato classista entrar na mídia baiana?*

NS- O grupo de comunicação controlado pela família de Antonio Carlos Magalhães é bastante impermeável às notícias do movimento sindical, pra você ter notícia de alguma questão sindical na Tv Bahia ou no Correio da Bahia, por exemplo, é muito difícil. Esse veículos quando dão alguma notícia é com certas incorreções, às vezes até certas deturpações. No restante dos veículos, aqueles que não são controlados pela família de Antônio Carlos Magalhães a história já é outra. Quando existe alguma coisa que tem o interesse público, gera um impacto na sociedade, não só do sindicato, os meios de comunicação abrem espaço para informar esta questão.

JDD- *Como é mensurado o feedback dos veículos de comunicação do SINTSEF pela categoria?*

NS- Pela interface que a diretoria faz com a base porque esse jornal (Via Direta) é distribuído por mala direta via correio e também pelos diretores. É muito comum o pessoal que recebe o jornal conversar com o diretor, às vezes telefonam ou passam e-mail.

JDD- *O fato de uma grande parcela dos associados do sindicato serem aposentados é uma ação deliberada?*

NS- Não. Isso é uma consequência do modelo que existe hoje no serviço público brasileiro, que tem um contingente de funcionários se aposentando que vai superando o número de funcionários da ativa porque não tem concursos públicos. Eu acredito que os aposentados continuem associados pela imagem de credibilidade que o sindicato tem dentro da categoria. Uma parte desses aposentados possui ações na justiça conduzidas pelo sindicato, como no âmbito do governo federal, dos serviços públicos existe um ataque permanente dos direitos dos trabalhadores, isso demanda um volume de ações jurídicas considerável. Na medida em que você tem muito desrespeito ao direito do trabalhador, você tem uma demanda jurídica porque ele se sente lesado e recorre à justiça para assegurar seus direitos.

JDD- *Existem políticas fora da relação jurídica – econômica voltada especificamente para os aposentados?*

NS- O SINTSEF tem uma coordenação de aposentados que desenvolve cursos. O SINTSEF enquanto entidade representativa está se preocupando com ações políticas e de convívio pessoal que integrem com esta parcela da categoria.